



GRÂNDOLA, VILA MORENA



Publicamos hoje, na pág. 7, a primeira de uma série de reportagens que o nosso camarada Josué da Silva acaba de realizar em Grândola e que nos dão uma outra perspectiva da «Vila Morena» a caminho do futuro que o fascismo lhe negava. Na foto, um aspecto do que foi a alegria nas ruas de Grândola, durante a manifestação popular de júbilo pelo triunfo do «25 de Abril»

DEFINIDA A COMPETÊNCIA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Um decreto-lei hoje enviado para publicação no «Diário do Governo» define a competência do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (C. E. M. G. F. A.) e cria na sua competência o Estado Maior General das Forças Armadas (E. M. G. F. A.).

Trata-se da institucionalização de uma situação de facto já reconhecida. O general Costa Gomes vinha exercendo, já, as funções de C. E. M. G. F. A., cargo a que o presente diploma confere categoria idêntica à do Primeiro-Ministro, com as mesmas honras, regalias e vencimentos, sucedendo-lhe imediatamente na hierarquia da função pública. Ao mesmo tempo, a competência para os assuntos de natureza militar, atribuída pela legislação em vigor ao Presidente do Conselho de Ministros, passa a pertencer ao C. E. M. G. F. A. Por outro lado, os chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Força Aérea, na dependência directa do C. E. M. G. F. A., têm as honras, regalias e vencimentos correspondentes ao cargo de ministro.

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas fica na dependência única do Presidente da República e é o responsável pela direcção efectiva do emprego das Forças Armadas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. Terá de ser um ofi-

cial-general do Exército, da Armada ou da Força Aérea, hierarquicamente superior a todos os oficiais-generais das Forças Armadas.

Para efeitos operacionais, o Conselho Superior de Defesa Nacional pode colocar as forças militarizadas na directa

dependência do C. E. M. G. F. A., o qual é assistido nas suas funções por dois vice-chefes do E. M. G. F. A. Tanto o chefe como os vice-chefes devem normalmente pertencer a ramos diferentes das Forças Armadas. O C. E. M. G. F. A.

Continua na pág. 24

OS BANCOS EMISSORES SERÃO NACIONALIZADOS

-decidiu o Conselho de Ministros

A nacionalização do Banco de Portugal, do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino foi uma das decisões do Conselho de Ministros na sua reunião de ontem, a que presidiu o Primeiro-Ministro, coronel Vasco Gonçalves. Eis o comunicado oficial da reunião:

«1. Foi aprovado um diploma que revoga a Lei 2105 e limita os vencimentos dos membros dos corpos sociais dos estabelecimentos do Estado, empresas públicas e das seguintes sociedades, companhias ou empresas:

a) concessionárias ou arrendatárias de serviços públicos ou de bens de domínio público;
b) em que o Estado tenha participado de lucros ou seja accionista, desde que tais posições estejam previstas em diploma legal, em contrato, ou nos respectivos estatutos;
c) em que, independentemente de condicionalismo referido na alínea anterior, o Esta-

do participe directa ou indirectamente com, pelo menos, 10 por cento do capital social;

d) que explorem actividades em regime de exclusivo ou com benefício ou privilégio mais favoráveis do que os previstos em lei geral;

e) quando o Estado, por virtude de financiamentos feitos ou por ele garantidos, para elas deva nomear, ou nomeie, delegados ou administradores — quer se revistam da forma de administração, direcção, comissão executiva, fiscalização, ou qualquer outra.

2. Foi apreciada a situação da indústria de camionagem e deliberadas as medidas adequadas a aplicar pelo Ministério do Equipamento Social.

3. Foi aprovado um projecto de diploma relativo às empenhadas e revisão de preços de empenhadas e fornecimento de obras públicas.

4. Foi apreciada a situação financeira da C.P. e aprovado o diploma que cria a favor desta um crédito especial de 500 mil contos.

5. Foram aprovadas as normas de crédito a praticar pela Caixa Geral de Depósitos relativamente à construção civil e aos adquirentes de habitação para uso próprio.

6. Foi aprovado o diploma que estabelece incentivos para aquisição de casas para habi-

Nomeados os governadores civis de Lisboa, Porto Coimbra e Castelo Branco

tação e terrenos para construções.

7. Foi aprovado o projecto de diploma referente a relações colectivas de trabalho.

8. Foram nomeados os seguintes governadores de distrito: Porto, dr. Mário Cal Brandão (o governador civil substituto será nomeado oportunamente); Coimbra, prof. eng. Luis Guilherme Mendonça de Albuquerque; Castelo Branco, dr. Vasco Luis da Conceição e Silva; Lisboa, arquitecto Mário Bruxelas e governador civil substituto D. Maria Luis Gameiro Salinas Dias Monteiro.

9. Foi deliberado efectivar a nacionalização do Banco de Portugal, Banco de Angola e

Banco Nacional Ultramarino, iniciando-se a discussão dos respectivos diplomas.

10. Foi aprovado o diploma que autoriza os corpos administrativos e os conselhos de administração das federações de municípios e dos serviços municipalizados, a conceder aos seus servidores, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1974, as melhorias de vencimentos e outras regalias que, pelo Decreto-Lei 372/74, de 20 de Agosto, foram atribuídos aos servidores civis do Estado.

11. O conselho solicitou ao ministro da Comunicação Social que desse conhecimento ao País de uma sua resolução relativa à situação na TAP».

Azambuja: suspensa a greve dos rurais

(ler na pág. 24)

TAP: enquadramento militar põe fim a greve

O enquadramento militar da TAP, com a consequente sujeição à disciplina e ao foro militares de quantos compõem aquela empresa concessionária dos transportes aéreos, foi deliberado pelo Conselho de Ministros, pondo-se assim termo à greve que deixara a Portela quase vazia. Efectivamente, os voos nacionais limitavam-se aos da ponte aérea para o regresso das tropas da Guiné e várias companhias estrangeiras haviam cancelado as suas escalas e carreiras para Portugal. Segundo o Ministério do Trabalho, a acção grevista estava a custar mil contos por hora. (Pág. 24)



Aspecto da reunião realizada esta manhã nas instalações da TAP no Aeroporto da Portela

...OU COMEM TODOS

Já lá vão dezenas de anos (nos tempos eufóricos do fascismo italiano e do seu afilhado português Estado Novo ou Revolução Nacional), apareceu por todo lado, nas repartições, escolas, edifícios públicos em geral, a célebre frase de Salazar: «Enquanto houver um lar sem pão, a revolução continua». O ditador dissera isto referindo-se, demagogicamente, à Revolução Nacional. Mas a realidade ultrapassa a demagogia e mal sabia Salazar a força da verdade que estava por detrás de tal frase...

A sabedoria popular afirmava, por outro lado, e menos demagogicamente, que «ou há moralidade ou comem todos...»

Vem isto a propósito de certos jornais de parede que, na fachada da Caixa Geral de Depósitos, ao Calhariz, denunciavam o facto de alguns «tubarões» saneados naquela empresa estarem reformados com mais de 60 contos mensais... Um escândalo e um insulto para um povo cujo ordenado mínimo não chega a quatro mil escudos!

Por isso, o diploma que acaba com este escândalo, embora não resolva o problema da maioria, constitui, iniludivelmente, um acto de moralização. «Ou há moralidade ou comem todos...» E enquanto houver um lar sem pão, a revolução continua. Já o dizia Salazar, embora saibamos os seus verdadeiros intuitos...

MANUEL DE AZEVEDO

Uma colagem de citações, poemas, canções, fragmentos de peças de várias épocas e estilos, sobre o tema da luta pela Liberdade.

LIBERDADE LIBERDADE

De LUIS FRANCISCO REBELO, LUIS DE LIMA e HELDER COSTA, baseado no roteiro do espectáculo de MILLOR FERNANDES e FLÁVIO RANGEL

LUIS CÉU JOÃO
DE LIMA GUERRA PERRY

MÚSICA e DIRECÇÃO MUSICAL de
JOSÉ MÁRIO BRANCO e FAUSTO

Encenação LUIS DE LIMA
Assistente de Encenação HÉLDER COSTA

- Cantor — CARLOS CAVALHEIRO
- Órgão, piano e viola — JÚLIO PEREIRA
- Viola-baixo — CARLOS PATRÍCIO
- Flauta e canto — MARIA JOÃO RELÓGIO
- Percussão — PINTINHAS
- Cenografia e figurinos — MÁRIO ALBERTO
- Adereços — ISABEL BRANCO
- Guarda-roupa — AMÉLIA VAREJÃO
- Sonoplastia — JORGE CORTE REAL
- Contra-regra — CARLOS COSTA
- Maquinista chefe — ANTÓNIO MATOS
- Electricista chefe — RAFAEL PEREIRA
- Operador de luz — JOSÉ COSTA
- Ponto — CARLOS GUALDINO
- Operador de som — ANTÓNIO MARQUES
- Publicidade — HELDER FERNANDES, CARLOS GRACA e HELDER COSTA
- Fotos — CARLOS GIL

HOJE, às 21.45

ESTREIA

AR CONDICIONADO
TEATRO VILLARET
o mais moderno e confortável de Lisboa

Um espectáculo de
RAUL SOLNADO

(não aconselhável a menores de 13 anos)

14 LOJAS

LANIDOR

EM

SALDOS

29 - 30 - 31 AGOSTO

NACIONAL

COSTA GOMES NO ALFEITE

"Cimentar o espírito de camaradagem militar"

O general Costa Gomes visitou ontem o Alfeite onde foi recebido pelos chefes do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro de Azevedo, comandante naval do continente, capitão-de-mar-e-guerra Molarrinho do Carmo e o comandante da base naval do Alfeite, capitão de-mar-e-guerra Mário Dias Martins.

Segundo afirmou o aspirante Eurico Martins aos jornalistas, cujo acesso não foi permitido à sala onde se dirigiu o general Costa Gomes, esta visita «foi essencialmente de trabalho destinada a facilitar o conhecimento pessoal entre os oficiais e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e a cimentar mais o espírito de camaradagem, que a mais alta virtude militar».

Na declaração lida pelo porta-voz Eurico de Melo destacou-se a seguinte passagem: «Aproveitou o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas a oportunidade que o diálogo permitiu para fazer o ponto da situação político-militar, sublinhando a responsabilidade das Forças Armadas de um País que caminha para a democracia; e clarificar bem os comportamentos e atitudes que competem aos militares mais responsáveis, de cuja flexibilidade de espírito se terá de esperar um sentido nítido de resposta pela hierarquia e simultaneamente uma vigilância es-

clarecida para acelerar os processos democráticos em curso».

O general Costa Gomes que desembarcou de helicóptero pelas 10 horas, acompanhado por oficiais do seu gabinete, depois de terminada a reunião almoçou no Palácio do Alfeite onde está instalado o Comando Naval do Continente.

TEMPO PARA ROUBAR E ORDEM PARA BEBER

Um jovem de 19 anos, de apelido Pais, e um menor de 15, furtaram, esta madrugada, na Rua do Alvíto, uma pasta de couro, contendo sete contos em dinheiro, pertencente ao cobrador Avelino Borges, que na altura a transportava debaixo do braço. Logo perseguidos pelo leão, por um agente da P.S.P. e por vários populares, os dois jovens conseguiram escapar-se, aproveitando a escuridão e a multiplicidade de ruelas existentes na zona.

Alertado mais tarde, o pai do menor pôs-se então em campo, conseguindo detectá-los cerca das 4 horas, junto à estátua do Marquês de Pombal, já em adiantado estado de embriaguez. A seu lado jazia a pasta, onde faltavam quatrocentos escudos, importância que eles confessaram ter gasto numa «boite» no Conde Redondo.

Depois o epílogo da aventura: devolução do dinheiro ao cobra-

dor, detenção do jovem Pais, liberdade para o menor, e instauração de um processo ao proprietário da «boite» que permitiu aos dois assaltantes «queimarem» quatrocentos escudos em bebidas alcoólicas.

LUSOFRIO
REPARAÇÕES
FRIGORÍFICAS
Telef. 77 62 87 — LISBOA



Banco
de Fomento
Nacional

EMIÇÃO DE 200 000 OBRIGAÇÕES 2ª fase

autorizada por Portaria de Sua Excelência o Ministro das Finanças, de 16 de Novembro de 1973, publicada no Diário do Governo, III série, n.º 273, de 22 de Novembro de 1973.

JUROS

Avisam-se os Senhores Obrigacionistas de que a partir do dia 1 de Setembro próximo se começará a processar o pagamento do cupão nº 1 (33\$8356165 líquido).

O pagamento do juro acima indicado será efectuado por carimbagem nas cautelas em poder dos subscritores, pelo que, a partir daquela data, deverão os Senhores Obrigacionistas dirigir-se aos balcões das instituições de crédito onde tenham sido efectuadas as subscrições.

TÍTULOS DEFINITIVOS

Oportunamente será anunciada a data a partir da qual se efectuará a troca das cautelas pelos títulos definitivos.

Lisboa, 23 de Agosto de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARMANDO PEREIRA DA SILVA

OS MAUS EXEMPLOS QUE NÃO PODEM VOLTAR

As farsas eleitorais que agrediam o País de quatro em quatro anos, no imenso período que durou o regime salazarista, são por demais conhecidas para estarmos aqui a relembrá-las — embora julguemos que a explicação do que era o fascismo e suas características bem próprias no caso português seja tarefa premente a não esquecer e que de modo algum se deve deixar para trás no processo de esclarecimento político do povo português. Nesta nota, porém, pensamos valer a pena alguns apontamentos, partindo de casos concretos, para desmascarar a burla igual ou pior — por mais requintada — do tempo de Marcelo Caetano, portanto a partir de 1969. E isso é importante quando as estradas do País começam a ser ocupadas por frases como «Viva Caetano», autênticos insígnias neste momento dirigidos à Nação e a quantos lutaram por libertá-la de um regime vergonhoso. E que Marcelo Caetano e a sua organização política — a chamada ANP, sucedâneo demagógico da UN salazarista — tentaram dar uma imagem ao País e ao Mundo de falsa seriedade eleitoral, sobretudo nas «eleições» de 1969, chamando a si uma onda de simpatia em certa imprensa internacional e procurando enganar o povo que dizia governar com vista ao propalado «Estado social». Da amarga experiência dessa «primavera política» já o povo tirou conclusões. Mas torna-se importante relembrar que os métodos, o sistema, o processo básico da vida política do regime não se alteraram em nada em relação aos governos de Salazar: a ANP/UN continuou, por esse País além, a controlar politicamente as promessas eleitorais de progresso social, e fazia-o em termos de reivindita, com contas bem feitas, retaliações, ameaças. Concelho ou freguesia que lograsse fugir ao seu controlo político de ferro, estava condenado. Fontanários, luz eléctrica e caminhos de terra batida só eram temporariamente concedidos, paternalmente, a grupos comunitários «bem comportados».

Um exemplo muito recente: no domingo passado, durante uma reportagem-inquérito da Emissora Nacional, um trabalhador do Tejo, ao falar da sua terra, afirmou: «Sou de Sarilhos Grandes, terra pobre onde não há nada. Sabe, em 1969 a Oposição ganhou lá as eleições. E pronto: Sarilhos ficou como estava».

Outro caso exemplar podemos lembrar agora aos nossos leitores, já que na altura a Censura Exame-Prévio não nos permitiu a sua divulgação: em Talhadas do Vouga, o então governador civil de Aveiro presidiu a uma cerimónia, com o povo, para restituição oficial dos terrenos usurpados arbitrariamente a particulares pelos serviços florestais, bem como de vastas áreas paroquiais à freguesia. Isto era consequência e vitória parcial da longa luta unitária do povo da região contra a presença daqueles serviços criados por Salazar nos anos quarenta. Pois o célebre representante do Governo em Aveiro permitiu-se afirmar ao povo que estava ali «para passar uma esponja sobre o passado, passando esse em que as populações se tinham portado muito mal», tresmalhadas, na sua expressão, por **polítiques oportunistas (!)**. Esse «passar a esponja sobre» era a saída «airosa» do regime para uma situação extremamente incómoda, irresponsável, criada por uma luta que teve foros de exemplar na sua unidade e decisão contra todo um sistema político de exploração monopolista. A qual «zangou», naturalmente, o Poder, apanhado que tinha sido, habilmente, na malha das suas próprias contradições.

E este tipo de governação que não pode repetir-se. Os seus representantes directos têm de ser afastados dos feudos que ainda detêm. A situação tem de ser virada ao contrário, passando o povo a impor a sua vontade justa às minorias exploradoras. Assim é a democracia.

TORQUATO DA LUZ

Um serão de província

Forçado a uma noite em Torres Vedras (em Santa Cruz tirava-se em pleno Agosto e eu já vira o filme), eis-me de súbito no cinema da vila. Sala à cunha, claro, porque é sábado e não há mais para onde ir. «É uma terra sossegada», dizem-me, e eu acredito, pensando, no entanto, que o sossego talvez tenha pouco a ver com isto.

E um filme de «cowboys» (pelo-me por eles!) e a assistência agita-se, participa: assobios quadrados assinalam os momentos em que o rapaz enlaça, apaixonadíssimo, a sua amada; gritos de guerra fazem coro com os da banda sonora; e até silvos característicos do arrançar de um velho comboio do Oeste encontram na

plateia os ecos apropriados.

E um ambiente geral de euforia, se é caso dela; de raiva (Ah, malvado!) quando o «yankee» enterra o sabre nas costas do índio; de tristeza, quando o rapaz se despede, ao crepúsculo... Os espectadores torrienses de cinema tomam parte activa no espectáculo, não são meros as-

sistentes passivos.

Mas o que eu estava longe de esperar, palavra, era que, quando o comandante da força «yankee» manda torturar um dos índios para que «confesse tudo», a plateia irrompesse, em uníssono a exclamação indignada: «Fascista! Fascista! Parece da Pide!». Claro que o torturador não ouviu.

EDUARDO PRADO COELHO

O CAPITALISMO EM LETRA DE IMPRENSA - 1

SOBRE «TEMPO NOVO», SEMANÁRIO, N.º 2

No final de Julho começou a publicar-se o semanário «TEMPO NOVO», «semanário de informação independente». Dirige-o José Hipólito Raposo e, segundo se diz, a redacção é chefiada por Manuel Gama.

Ao propormos a sua análise, não visamos a «resposta» ao conteúdo do jornal. Resposta a quê, aliás? A informação? Aqui ou ali certa, aqui ou ali errada, quase sempre calculadamente deformada — a informação apenas atinge quem não estiver informado. A teoria? Mas teoricamente «TEMPO NOVO» não existe: é a reconhecida mediocridade de várias direitas (trêmulas e extremas) em oportuno conluio.

A análise proposta guiar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Não se trata de argumentar «contra», mas de revelar mecanismos da informação e do raciocínio, os esquemas latentes da polémica, as piruetas do discurso.

b) Precisamos de ler as várias frases que constituem o texto do jornal como uma só frase intencionalmente descontínua e fragmentada — procurando no trabalho de montagem textual o efeito de mensagem que o jornal pretende.

c) E teremos uma vez mais de pôr à prova o princípio de que só há efectivo trabalho de leitura quando a leitura é feita em termos de luta de classes — princípio que toda a direita pretende abafar apertando a luta de classes a um mero confronto de ideologias, a uma simples concorrência de ideias.

II O ESQUEMA DE BASE

Consideremos com atenção o seguinte enunciado: «A significativa demissão dos pais foi uma das marcas mais graves do estado a que o fascismo deixou chegar o País, demissão traduzida em revolta generalizada (ou quase) da juventude, conduzida e calibrada por grupos minoritários mas extremamente activos e lúcidos na manobra» (p. 3).

Qual é o processo utilizado? Muito simples: a primeira parte da frase apresenta-se em tom antifascista, segundo o modelo posterior ao 25 de Abril, de forma a permitir que passe (por outras palavras: a assegurar a cobertura ideológica) a segunda parte da frase, onde surge o essencial da argumentação fascista tal como amplamente se divulgava em termos oficiais antes do 25 de Abril. Deste modo, o esquema discursivo de «Tempo Novo» é fácil de entender: toda a frase tem sempre duas partes, ser-

vindo o antifascismo de uma delas para garantir a eficácia do fascismo veiculado pela outra.

Vejam os outros exemplos: «Psicologicamente condicionado pelo ensino para a irreflexão, para a ausência de crítica, para a incultura (por paradoxal que pareça), a juventude tornou-se vulnerável a manobras publicitárias desde que estas contestassem o «statu quo» (p. 3).

Mas o melhor exemplo é aquele que nos aparece na primeira página, no artigo notável com que o jornal se dirige aos seus leitores acerca da descolonização:

«Uma grande parte dos portugueses — muitos certamente nossos leitores — acreditavam sinceramente que se estava a caldear uma grande Nação Portuguesa englobando todos os povos dos territórios ultramarinos. E acreditavam independentemente da sua filiação política ou da sua adesão ao Governo deposto. Muitos deles sofreram até perseguição ou agravo por pensarem e clamar, quando o podiam fazer, que a política desse Governo, proclamada nos princípios era muitas vezes falseada nos factos.»

Analisemos:

a) «Uma grande parte dos portugueses» — onde se prova que «Tempo Novo» é um jornal democrático, na medida em que pretende falar em nome de «uma grande parte dos portugueses».

b) «muitos certamente nossos leitores» — onde se prova claramente que os leitores de «Tempo Novo» são constituídos por uma grande parte de uma grande parte — qual? —, o que garante uma vez mais as linhas democráticas da publicação.

c) «E acreditavam independentemente da sua filiação política ou da sua adesão ao Governo deposto» — frase em que o *independentemente* deve ser lido em ressonância com o *independente* que acompanha o título («semanário de informação independente»), para ficarmos a saber que a informação deste jornal se pretende «independente» na medida em que procura que os leitores não averiguem se aqueles que o escrevem foram ou não dependentes em relação ao Governo deposto. A ler, portanto, deste modo: *semanário de informação que se pretende independente do facto de os seus redactores terem sido dependentes do Governo deposto*.

d) «a política desse Governo, proclamada nos princípios, era muitas vezes falseada nos factos.» — Qual é pois a principal objecção que «Tempo

Novo» faz ao Governo deposto? Não é nada que tenha ver com os seus princípios fascistas? É apenas o facto de tais princípios fascistas terem sido falseados nos factos. Não é o fascismo, mas a incoerência do seu proceder. Não é o fascismo, mas a incompetência dos seus executantes.

e) «muitos deles sofreram até à perseguição ou agravo» — ponto onde a frase, moldando-se à retórica antifascista, procura obter o apoio emocional do leitor e *mistificá-lo*.

III O FASCISMO INCOMPETENTE

Convém, portanto, verificar qual o tipo de objecções que «Tempo Novo» põe ao Governo deposto — precisamente aquelas que figuram como cobertura ideológica da mensagem reaccionária do jornal.

Notemos, primeiro, que se fala sempre em «Governo deposto» — sem mais adjectivos. Nem «fascista», nem «reaccionário», nem «de direita». Deposto apenas...

E de tal modo as coisas se apresentam que é fácil concluir que o *grande defeito do regime deposto foi o facto de se ter deixado depor*.

Daí que se possa ler na prosa do sr. Gastão da Cunha Ferreira (que adiante aparecerá como o inflamado porta-voz do... Partido Liberal) estas coisas pasmosas:

«O regime salazarista, caracterizado pela distracção do humano e pelo maior entusiasmo pela obra pública, deixou a opinião e a cultura portuguesa em ruínas.

O País debatia-se com gravíssimos problemas económicos, cuja origem estava em grande parte na incompetência dos estados-maiores e dos gestores sociopolítico-económicos. Ainda aqui um problema humano. Incompetência no domínio das técnicas da organização económica e na produção e incompetência no domínio das relações humanas, das políticas globais. (Quando a Espanha já abria escolas de sociologia, aqui era proibido por ser subversivo)» (p.6).

Qual é portanto o grande defeito do governo fascista?

E não fazer coincidir os princípios e os factos.

E ser um fascismo incompetente — tanto gestores como estados-maiores.

E donde vem o bom exemplo?

Precisamente do fascismo que (ainda) se não deixou depor: a Espanha, com as suas escolas de sociologia.

IV GATO ESCONDIDO COM A GRÉCIA DE FORA

As coisas aclaram-se no arti-

go sobre política estrangeira: a Grécia, o fim da Junta Militar, o início de uma democracia conservadora.

Depois de algumas considerações sobre a decadência dos grandes impérios, inevitável, mas por vezes apressada pela «desistência moral dos responsáveis pelo «statu quo», pela «inconsistência das responsabilidades assumidas» (e tudo isto parece trazer Mediterrâneo no bico...); depois desta visível prova de «apoio» ao programa do nosso Movimento das Forças Armadas: «Por muito que isso custe aos pacifistas, são as vitórias militares que asseguram as sólidas soluções políticas»; e depois de enfadonhas considerações sobre a História grega — chegamos à actualidade, e que se diz?

Diz-se que a Junta Militar se suicidou em atitude de «carácter teatral». Como de costume (o paralelo começa aqui), «o novo governo promulgou imediatamente as medidas democráticas habituais: libertação de todos os presos políticos, regresso dos exilados, abolição da censura, etc.». Como de costume, «o povo confraternizou em delírio com as Forças Armadas, gritando: «Democracia! Democracia!» e ofertando cravos vermelhos aos soldados».

E conclui: «inventores da tragédia, os gregos vivem-na, desde os tempos homéricos, na sua carne e no seu sangue. Felizmente, os portugueses só inventaram a revista».

Pergunta-se: será isto uma agressão ideológica?

Ad hoc a quem doer, parece que sim.

V

E A PROPÓSITO DE AGRESSÕES IDEOLÓGICAS

Quando se escreve (p. 18) que «verdadeiramente apetece tirar o chapéu ao mais coerente dos portugueses: o sr. Casal Hibeiro» — isto o que é?

VI

VARIANTE DO ESQUEMA DE BASE

Como vimos, as frases de «Tempo Novo» caracterizam-se pela existência de dois momentos: o antifascista que faz passar o fascista.

Mas há uma variante: por vezes: o antifascista aparece, sim, mas para fazer passar o anticomunista.

A mensagem final é simples: o comunismo é equivalente ao fascismo (variante desta variante: é pior que).

São os cartazes do sr. Almeida Araújo.

Note-se: não se diz que o fascismo é igual ao comunis-

Continua na pág. 19

ENSINO

Infantários e jardins de infância

Em várias reuniões da U.N.E.S.C.O. declarou-se que em matéria de educação, até há pouco, a sociedade não foi encarada de forma justa, porque o ensino o estudo em geral, revestiram certo carácter de privilégio, ao qual

nem todas as classes sociais tinham acesso em igualdade de condições. Um exemplo frisante é a vantagem que se dá às classes menos necessitadas através do ensino pré-primário. O ministro Magalhães Sobrinho acentuou isso de forma clara. Durante a pré-escolaridade, a criança vai herdar todo um património intelectual, cultural, social e afectivo que determinará, em bora parte, o seu comportamento por toda a vida.

A Obra Social do Ministério da Educação e Cultura, quanto aos seus funcionários, empreendeu uma acção decisiva, através de várias reuniões e alguma documentação muito interessante como elementos de estudo quer como comparticipações, quer como concessão de subsídios para infantários, jardins de infância nos estabelecimentos de ensino e outras entidades, quer na colocação de crianças em infantários e jardins de infância particulares. E no entanto necessário ir mais além, segundo as linhas traçadas pelo M.E.C.

Realmente se a juventude não goza de possibilidades iguais no momento em que se empenha na existência é porque as forças do dinheiro continuamente dominam a vida económica, políti-

ca e social. São estas forças que é necessário adestrar para dar a todos a possibilidade de ocuparem na colectividade nacional, o lugar que lhes compete em função dos seus méritos.

Para se ter uma ideia do que se passa, sob o ponto de vista económico nos infantários e jardins de infância oficiais e particulares existentes neste momento, e em vias de remodelação total (é evidente que não estamos a falar de depósitos de crianças) podem-se citar os seguintes elementos:

Escola Preparatória Francisco Arruda: **Infantário**: pessoal docente 400\$00; administrativo: 200\$00; auxiliar: 100\$00; externos 600\$00. Cada almoço 8\$00. **Jardim de Infância**: pessoal docente: 200\$00; administrativo: 100\$00; auxiliar: 100\$00; exter-

nos: 300\$00. Almoço de 8 a 10\$00.

Escola Preparatória Fernando Pessoa: **Infantário e Jardim de Infância**: pessoal docente (todo o dia) 400\$00 (meio-dia): 300\$00; pessoal auxiliar 250\$00 (sem alimentação).

Escola Preparatória Paula Vicente: **Infantário e Jardim de Infância**: pessoal docente 1 filho: 300\$00; 2 filhos 500\$00; administrativo: 1 filho 170\$00, 2 filhos 300\$00; auxiliar 1 filho 150\$00, 2 filhos 250\$00 (sem alimentação).

Escola Preparatória Luís António Verney: **Infantário e Jardim de Infância**: pessoal docente 1 filho 150\$00, 2 filhos 240\$00; outro pessoal: 1 filho 80\$00, 2 filhos 140\$00 (sem alimentação).

Quanto a outros serviços:

Por
CALVET DE MAGALHÃES

Sindicato dos Profissionais de Escritório
Infantário e J. de Infância — Roseiral

Capitação familiar	Comparticipações
até 500\$00	90\$00
de 500\$00 a 750\$00	120\$00
de 750\$00 a 1 000\$00	180\$00
de 1 000\$00 a 1 500\$00	300\$00
de 1 500\$00 a 2 500\$00	500\$00
de 2 500\$00 a 3 500\$00	562\$50
de 3 500\$00 a 4 500\$00	625\$00
Superior a 4 500\$00	700\$00

OBS. Não inclui alimentação o quadro acima mencionado. No **Jardim de Infância** as crianças pagam com almoço e lanche mais trezentos escudos (300\$00); Refeições avulso — 17\$50 por dia; Aquecer refeições — 50\$00; No **Infantário** pagam 6\$00 por fazerem os biberons desde que se levem os leites.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil: As mensalidades a pagar pela frequência correspondem a 5% sobre os vencimentos dos pais.

Alguns exemplos de Infantários e Jardins de Infância particulares:

Assistência

Infantário e J. Infância da Misericórdia

Capitação familiar	Comparticipação
até 300\$00	15%
de 300\$00 a 500\$00	20%
de 500\$00 a 900\$00	25%
de 900\$00 a 1 500\$00	30%
a partir de 1 500\$00	500\$00

Obs. Inclui alimentação

Previdência

Infantário e J. de Infância do I.O.S.

C/ alimentação	S/ Alimentação
160\$00 por mês	100\$00 por mês

Jardim A

Inscrição	300\$00
Com alimentação (1 filho)	1 400\$00 por mês
Com alimentação (2 filhos)	1 000\$00 por mês

INFANTARIO B

Com alimentação (até 1 ano)	1 400\$00 por mês
Com alimentação depois de 1 ano	1 500\$00 por mês

Infantário do Jardim de Infância

Creche com 3 refeições	1 300\$00 por mês
Jardim Infantil com 2 refeições	1 200\$00 por mês

SARZEDO — ARGANIL



ALFREDO PAIVA
FALECEU

João António Lima das Neves, Vitória Marques de Paiva Lima das Neves, Luís Manuel Paiva Lima das Neves e demais família participam o seu falecimento e que o funeral se realiza amanhã, pelas 9,30 horas, da Igreja dos Anjos para o cemitério do Sarzedo.

AGÊNCIA MARTINS
Telef. 55 75 28

WATERGATE O PROCESSO QUE DERRUBOU NIXON

BOB WOODWARD

CARL BERNSTEIN

Washington Post

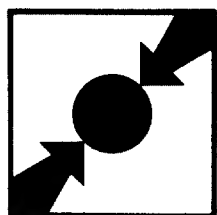
coleção
DOCUMENTOS
DE TODOS
OS TEMPOS
95\$00

LIVRARIA
BERTRAND

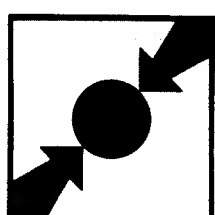


ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

No Chiado, a estrear, com cerca 75 m2 cada
R. GARRETT, 80



CDS
PARTIDO DO CENTRO
DEMOCRÁTICO SOCIAL



SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

6ª FEIRA, 23 DE AGOSTO ÀS 21,30
ESPLANADA DO LOULETANO EM LOULÉ

SÁBADO, 24 DE AGOSTO ÀS 21,30
CINEMA MARIANI EM MONTE GORDO

DOMINGO, 25 DE AGOSTO ÀS 21,30
CINE-TEATRO DE PORTIMÃO

2ª FEIRA, 2 DE SETEMBRO ÀS 21,30
ESPLANADA DE S. LUÍS EM FARO

ESPECTÁCULOS

QUANDO A DESLEALDADE
É UM PECADO MORTAL

Parece que há, ou vai haver borbulha no panorama internacional. Não percebi muito bem, porque o tempo era pouco, o *Telejornal* já ia longo. Não sei quão em Chipre, não sei quão a União Soviética e vai o Kissinger conseguiu levar o Egipto para a órbita dos Estados Unidos, e todos se recordam certamente, da visita triunfal do presidente Nixon, àquele país, pelo que um conflito, não sei quão, entre os árabes e Israel não deixava de convir à União Soviética... Tenho receio de me enganar, se calhar não foi bem isto o que se disse na televisão se calhar não foi mesmo nada disto, custa-me a aceitar que a televisão comece deste modo a entrar pelo caminho dos golpes baixos que levam água no bico, água muito suja e no bico de milhafre, mas repito: exactamente porque é isso, exactamente porque não sei quão a isenção das notícias, o mais certo fui eu enganar-me, a menos que o apetite de atacar a União Soviética já tenha chegado ao Lumiar claro que volto a dizer que não acredito, a notícia foi lida tão rapidamente, e compreende-se: é que havia notícias importantes sobre o Futebol, de maneira que vamos dividir as coisas ao meio: o Carlos Cruz leu o comentário à pressão e eu tive apenas uma impressão que corresponde talvez a uma certa apreensão da minha parte mas que de forma alguma, etc., etc., etc.

O *Telejornal* mandou o Luis Alberto Ferreira fazer a reportagem do assalto à carrinha do Banco, mandou-o lá, ao «cenário físico», e não se percebeu nada, como aliás já se esperava. Enfim, houve um ferido.

Para já não falar naquela reportagem das águas do Vimeiro, cujo consumo foi suspenso por indicação da companhia exploradora: o engenheiro explicou que os casos de cólera detectados nas vizinhanças provinham de águas tiradas de poços caseiros, sendo certo que passa ali perto um rio sem nenhuma condição higiénica. Odr. Paulo Relógio, do hospital de Torres Vedras, confirmou as afir-

mações do engenheiro mas quanto à responsabilidade das águas do Vimeiro apenas garantiu que a água consumida pelos doentes não era água canalizada. A informação não satisfaz. Quer se queira, quer não, a dúvida persistiu. Será necessário ir mais longe na explicação. Águas há muitas, na Maceira. Seria preciso dizer que as águas termais nada têm a ver com as águas suspeitas. Oxalá isso venha a fazer-se com brevidade. As águas termais são uma riqueza do nosso país e há que defendê-la.

Televisão debruçada para os nossos problemas eis a que tivemos na rubrica «Em Foco» dedicada aos trabalhadores do Matadouro. Chamaram-lhe *magentes* e talvez até seja termo oficial, muito embora a carga odiosa que comporta. Não sei como a essa palavra reagirão os trabalhadores do Matadouro. Talvez pouco se importem com eufemismos meus pequeno-burgueses, com minha licença. O que eles pretendem, isso sim, é a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, a defesa contra as doenças sempre possíveis naquelas tarefas. O que eles pretendem é que os considerem homens, que os não confundam com os animais que esfolam. A dureza brutal dos trabalhos nas câmaras frigoríficas, aqueles homens que, ao longo do dia, transportam as costas toneladas de carne (não, leitor, não me enganei, foi exactamente toneladas o que escrevi) eis aí alguns elementos que levaram o major dr. Sales Madeira a considerar justíssima a luta dos trabalhadores dos matadouros.

Também na rubrica «*Há só uma Terra*» se desenvolveu o tema das condições de vida e de trabalho. Denunciou-se a engrenagem dentro da qual um homem, para ganhar a vida, deixa praticamente de viver.

Foi no entanto com um hino ao trabalho que a rubrica terminou. E compreende-se: por um lado, um maior esforço na produção corresponde a uma necessidade vital, é uma condição de sobrevivência da democracia que se deseja ver implantada no



Por MARIO CASTRIM

nosso país; em segundo lugar, o trabalho não surge como uma forma pura e simples de sujeição do trabalhador a processos aberrantes de exploração. O Movimento das Forças Armadas constitui a garantia de que os trabalhadores portugueses poderão avançar para outra maneira de viver e de defender os seus direitos e as suas responsabilidades.

A isto se chama verdadeiramente o processo de democratização. Há que acabar, de uma vez para sempre, com o mito da *competência* e de *eficiência* para, em contrapartida, valorizar a consciência. Quer dizer: quando se trate de cumprir tarefas não deve ser bastante que se alegue conhecimento e domínio na matéria, porque o essencial é a integração no desejo de construir uma sociedade mais justa, de a democratizar. A eficácia ganha-se na experiência, mas o desejo de colaborar no processo de democratização não se aprende do pé para a mão, muito menos se aprende de mão-beijada. Ah, quanto reaccionarismo não se pode praticar em nome da Santa Eficácia!...

Quando se trata de proceder a preenchimento de vagas aqui e ali importa, antes de mais nada, saber o comportamento social dos indivíduos *não agora* (não há nada mais maleável do que o videirismo...) mas quando era quase nula a esperança de mudança brusca e rápida. Não, meus caros, não se avalia a qualidade da embarcação nas águas tranquilas do lago: há que conhecê-la quando o barco está batido pela tempestade.

A praga, do anticomunismo está cegando muita gente... e oxalá não cegasse quem tem obrigação de estar vigilante, porque pelo anticomunismo se vai direitinho para a boca dos lobos. Quando não para a boca das hienas. Quer-me parecer que muito boa gente se defende com eficácia para esconder o

Ministério da Marinha

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO
AVISO

Faz-se público que está aberto concurso para admissão de Serventes Especializados do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha (Lotação da Direcção do Serviço de Abastecimento), a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de 3300\$00, pelo menos.

As condições de admissão encontram-se patentes na Direcção do Serviço de Pessoal — 4.ª Repartição — Ministério da Marinha (Praça do Comércio) e na Secretaria Central desta Direcção, no Alfeite.

Direcção do Serviço de Abastecimento, Alfeite, 23.8.1974

O DIRECTOR,
Carlos Alberto Mota
Cap. m. g. AN

fronteira

Jornal da LUAR REAPARECEU!

Já está à venda o n.º 8, primeiro desta nova fase. Dentro de dias surgirá o próximo número

Redacção e administração provisoriamente na:

Av. João XXI, 49, 3.º, Dt.º — LISBOA

TERENCE HILL
HENRY FONDAO MEU NOME
É NINGUÉM

(MY NAME IS NOBODY)

NAO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

ESTREIA, 6.ª Feira

"Reaprender novas tarefas
no Ministério
da Comunicação Social"

Foi empossada, no Ministério da Comunicação Social, a Comissão de Saneamento e Reclasseificação, nomeada por despacho de 20 do corrente e constituída pelos srs. dr. Sebastião José de Sousa Dinis, chefe da Repartição de Estudos e Publicações da Direcção-Geral da Informação; dr. Augusto Neves Pinto Caldeira, dos Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral; e pela sr.ª D. Irene Costa Fernandes Calado, 2.º oficial do quadro aprovado por lei.

A cerimónia efectuou-se na Biblioteca do Ministério e a ela assistiram o ministro da Comunicação Social, directores-gerais, directores de serviços e numerosos funcionários do departamento.

Após a leitura do auto de posse, o ministro Sanches Osório pronunciou um breve discurso em que declarou, nomeadamente:

A comissão de saneamento tem já determinadas normas segundo as quais se vai reger. Não se pretende com ela instalar aqui, no Ministério, um clima de denúncia e de insubordinação, pretende-se, com essa comissão,

arranjar na função pública uma autêntica equipa capaz de trabalhar objectivamente na democratização do País e na democratização das estruturas. Isso significa arranjar estruturas eficientes, arranjar estruturas operacionais — e aqui surge um outro ponto que correrá em paralelo com o saneamento e que é o da reorganização. Como todos sabemos, este Ministério deriva, quer nos agrade agora ou não, em linha recta, do Secretariado da Propaganda e esse tem a sua origem nas doutrinas alemãs que iluminaram a última guerra. É com esse espírito que temos que acabar, mas para que ele acabe verdadeiramente não chega mudar o nome: tem que se mudar o espírito.

O ministro afirmou ainda aos funcionários do MCS que não se pretende tirar trabalho a ninguém, mas sim criar uma nova estrutura em termos eficientes. Nesse sentido, afirmou: Todo o pessoal do Ministério terá o seu lugar; mas terá que haver, muito possivelmente, mudança de funções; terá que haver um rearranjo de novas tarefas e um rearranjo das antigas agora em novos moldes.

MONUMENTAL

Telef. 555133

VASCO MORGADO
APRESENTA

HOJE 2 SESSÕES

Às 20.45 e 23 horas
Um SUSEXO em Lisboa

O ÚLTIMO FADO
EM LISBOA

Com BADARÓ

Alina Vaz, Sandra, David
Silva, Carlos Queiroz,
Cristina Cassola, Nuno
Emanuel e Ana Le Mat-
tre

Ballet de Fernando Reina
Colaboração da Estrela
Internacional

VIOLETA MONTENEGRO

El Amerindio/Barry

Burgess

O corpo sem censura de

POUPÉE LA ROSE

Vedeta do Crazy Horse

Saloon de Paris

O show russo de

VAHÉ DJERRAHIAN

em danças e cantares da

URSS

HUMOR, LINDAS MU-
LHERES E MÚSICA NUM

SEXERCÍCIO TEATRAL I
(Interdito a menores de
18 anos)

Domingos: «matinéas»
às 16 h.; 2.ª Feira: Des-
canso da Companhia.



SALDOS

PRONTO A VESTIR

RUA AUGUSTA, 62 A 74

AVENIDA DE ROMA, 31 A / C

TECIDOS A METRO

AVENIDA DA REPÚBLICA, 2-B

RUA FERREIRA BORGES, 183-C

AVENIDA DE ROMA, 31 A / C

RUA AUGUSTA, 62 A 74

ESPECTÁCULOS

Uma carta íntima

Era para lhes contar esta ontem, a propósito já não sei bem de quê.

Entre o lixo do Silva Pais (querem ver que este há 525 anos comia à mesa comigo?) foi encontrada uma mimosa cartinha em que se punham à disposição da PIDE, cento e não sei quantos bilhetes para um espectáculo de teatro infantil. A filantrópica atitude não consta ter sido alguma vez tomada em relação às crianças que tinham os pais na cadeia por se recusarem a dar vivas ao «Estado Novo»...

Trocava coisa para mim valiosa, pelo direito ao papelinho que, como é evidente, não se destinava nada a «engraxar» o eficiente Silva Pais... Como de valor nada tenho, fico na memória com a simpática assinatura empresarial. Deixo agora ao leitor, o trabalho de adivinhar o nome da prestável criatura. Quente, quente...

ALEXANDRE PAIS

NÃO HÁ MAIS "TIDES"

Vamos ouvir "Os Insubmissos"

O Rádio Clube Português começa, amanhã, a transmitir «Os Insubmissos», texto do nosso camarada Urbano Tavares Rodrigues, numa adaptação a folhetim radiofónico de Costa Ferreira. São intérpretes dos 20 episódios: Irene Cruz, Guida Maria, Alina Vaz,

Adelaide João, Ermelinda Duarte, Maria Isabel, António Montês, Rogério Paulo, Armando Caldas, Paulo Renato, Vítor de Sousa, Tomás de Macedo, Armando Cortez, Carlos Santos, Rui Furtado, Mário Sargedas, Manuel Cavaco, Canto e Castro e Fernando Gusmão. Na foto, vemos precisamente estes dois últimos, por certo figuras de justo destaque no novo trabalho da Emissora da Liberdade.

Teatro Maria Matos

A R. T. P. apresenta
«PORTUGUÊS,
ESCRITOR, 45 ANOS
DE IDADE»
de Bernardo Santareno
Todos os dias
às 21.45 horas
Domingos, «matinées»
às 16 horas
Segundas-feiras
descanso da Companhia
AR CONDICIONADO
Bilhetes à venda
Telef. 71 70 17
Interdito a menores
de 13 anos

A C.P. INFORMA COMBOIO SOTAVENTO

Até aviso em contrário, o comboio SOTAVENTO passa a efectuar-se, também, às sextas-feiras, no sentido Lisboa-Vila Real de Santo António e, aos domingos, no sentido Vila Real de Santo António-Lisboa. Assim, os dias de circulação desse comboio são os seguintes:

— Lisboa (Terreiro do Paço) - Vila Real de Santo António-Guadiana:

terças, quintas, sextas-feiras e sábados.

— Vila Real de Santo António-Guadiana-Lisboa (Terreiro do Paço):

segundas, quartas, sextas-feiras e domingos

CINEMAS - ESTREIAS

Billy Jack e o pacifismo

Título original: **BILLY JACK**
Realização: T. C. Frank, 1971 (EUA)
Intérpretes: Tom Laughlin, Dolores Taylor, Clark Howat, Bert Freed, etc.
Distribuição: Columbia e Warner
Estreia: Cinema Roma (16-74).

O programa do cinema Roma enuncia, com algum rigor, e de forma sucinta, a acção de **Billy Jack** nos seguintes termos: «Numa terra da província (EUA), a filha do adjunto do xerife regressa a casa do pai, depois duma aventura numa comunidade hippie, e vem grávida. O pai dá-lhe uma sova e abandona-a no mato, onde é recolhida por Billy Jack. Billy é um ex-combatente do Vietnam que virou as costas à sociedade e vive isolado nas montanhas, onde aprende as tradições índias.

Leva Bárbara para uma escola igual a nenhuma outra, dirigida por Jean, uma pacifista, e onde cada um é livre de viver à sua maneira. Na procura por Bárbara, envolve-se toda a população, muito particularmente o rico da terra. É o filho dele que humilha as crianças índias, violenta Jean e lança todo um mundo de ódio e sangue naquela comunidade adepta da não-violência. Billy desce das montanhas para se vingar. É encurralado numa velha igreja, dando luta de morte. Mas Jean dentro das suas teorias de pacifismo e amor ao próximo, convence-o a entregar-se para que o seu julgamento alerte a opinião pública para o modo injusto.

to como os índios (as minorias) são tratados. Billy rende-se, passando entre uma guarda de honra de jovens, atentos ao seu sacrifício por eles.»

Filme pacifista, portanto? Evidente que sim ainda que numa óptica simpática e relativamente progressista, desde que enquadrada na sociedade norte-americana. Aliás o filme de T. C. Frank (nome de quem não temos nenhuma referência) oferece ainda outros elementos de interesse relativo. Por um lado parece ser produzido por uma escola ou, pelo menos, relacionado com uma. Será a própria escola que aparece no filme? De qualquer forma trata-se de um filme que procura documentar processos de educação e terapêutica social. Processos esses curiosos, mesmo tendo em conta alguns falhos de exposição. Na verdade, a escola que surge em Billy Jack não procura de forma nenhuma influenciar a sociedade, transformando-a. Trata-se antes de um refúgio para onde se vai, cortando quase todos os contactos com a realidade circundante. O choque existe, porque o exterior não tolera esses marginalizados que põem surdamente em causa os princípios da comunidade.

Por outro lado o filme coloca-se numa perspectiva idêntica, falando das minorias sociais (índios, negros, mexicanos, os alunos da escola, os pacifistas, etc.). Eles são grupos que procuram ser aceites, mas não se procuram integrar numa realidade mais vasta: ou seja, a própria sociedade. Este é, pois, um filme de recusa de uma sociedade e do seu estágio de civilização, mas nunca para a transformar por a achar injusta e viciada. Unicamente para procurar co-existir. Co-existir, vivendo à custa da injustiça alheia. Pois que a escola é subsidiada pela comunidade que procura recusar. Será por conseguinte que se propõem pequenas comunidades ideais (minorias) parasitárias de vastas comunidades injustas e viciadas? O filme acabará, portanto, por veicular uma ideologia algo conformista e predominantemente egoísta no seu formulário: «O ideal será

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido na Papelaria e Tabacaria Santa Sofia — Rua de Santa Sofia, 10-A — CRUZ QUEBRADA.

LAURO ANTÓNIO

Estreia: Cinemas Avis, Europa e Eden (14.8.1974)

Um bom filme de aventuras para todas as idades. A apologia da aventura no bom sentido, do exercício da imaginação, do amor, da amizade, da liberdade.

Em filme com homínidos, feticheiros, minotauros, mágicos, bruxedos, viagens marítimas, o desconhecido por pano de fundo. Tudo sem qualquer tipo de violência chocante. Um belo filme de aventuras, cuja tradição muito gostaríamos de ver reacender-se no panorama da cinematografia contemporânea, toda ela tão decididamente voltada para a violência gratuita, a pornografia, a idiotice.

PATO DONALD E C.ª

Título original: **Pato Donald and C.ª**
Realização: Walt Disney, (EUA)

Antologia de desenhos animados:

Distribuição: Sif.
Estreia: Cinema Alvalade (15.8.1974)

Uma mão cheia de pequenos desenhos animados da melhor época dos estúdios Walt Disney. Aqui e ali, o característico reacionismo do velho mestre da animação americana, que era também (e sobretudo) um comercial nato. Mas, abstraindo esses aspectos (que neste conjunto até não adquiriram particular significado) esta antologia de cartoons é bem elucidativa do trabalho de Disney e um presente aceitável para a miudagem em férias.

A NOVA VIAGEM DE SINBAD

Título original: **The Golden Voyage of Sinbad**

Realização: Gordon Hessler: 1973 (Inglaterra, Espanha)

Intérpretes: John Phillip Law, Caroline Munro, Tom Baker, Douglas Wilmer, Martin Shaw, etc.

Distribuição: Columbia e Warner.

CINEMA NO MUNDO

"Os chineses em Paris": exibição com tumultos

«OS CHINESES EM PARIS»
EXIBIÇÃO COM TUMULTOS

Deu lugar a tumultos, provocados pelos grupos maoístas da Baviera, a estreia, em Bona, da versão alemã do filme francês «Os Chineses em Paris», depois de se terem malogrado os esforços da embaixada da China Popular junto do governo alemão para que a exibição fosse proibida na República Federal.

A película mostra os chineses maoístas entregues freneticamente a todas as volúpias da sociedade burguesa, depois de terem conquistado Paris pelas armas.

PECKINPAH

As autoridades alemãs aprenderam a película «Traz-me a Cabeça de António Garcia», de Sam Peckinpah, ao abrigo do artigo do Código Penal que proíbe a glorificação da violência.

BELMONDO

No Outono, Jean Paul Belmondo será nos estúdios de Roma o protagonista da película «San Giovanni da Campestrano», em que se evoca a invasão da Hungria pelos turcos em 1400.

BERTOLUCCI

«900» (1900) é o título de uma película de Bernardo Bertolucci em rodagem entre Parma, Mantua e Cremona. Protagonistas: Burt Lancaster e Sterling Hayden.

JEANNE MOREAU

André Tchire teria levado dois anos a preparar o argumento do seu próximo filme, «Souvenirs d'en France», que principiou no dia 19 a ser rodado em Toulouse com Jeanne Moreau e Michel Auclair.

Também no elenco Michel Moretti e Julien Guiomar.

TRAGÉDIAS...

«Mãe alcoólica, pai indolente e malandrim, filha ignorante e obsecada sexualmente, rapaz intelectualizado e com crises repressivas»: tal é a síntese, feita pela crítica, de película italiana «A Desavergonhada», com Philippe Leroy, e Leonora Fanni como protagonista, numa realização de Giuliani Biagetti.

C. T. M. — COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARÍTIMOS

COMUNICADO PAQUETE «FUNCHAL»

Avisam-se os Senhores Passageiros e Público em geral que devido ao Navio «UIGE» ter sido fretado, o Pacote «FUNCHAL» por imperiosa necessidade do tráfego nacional regressa ao serviço das linhas regulares da MADEIRA e dos AÇORES, cancelando os Cruzeiros Internacionais a partir de 17 de Setembro.

Para reservas e outras informações solicitamos aos Senhores Passageiros o favor de ser contactada a nossa SECÇÃO DE PASSAGENS: RUA AUGUSTA, 152 — Telef. 67 71 81 / 69 01 51 — LISBOA

GRÂNDOLA
VILA MORENADo que o passado lhe negou
ao que o presente lhe promete

Grândola, Vila Morena, a 21 de Agosto de 1974. O dia arde, morrão vulcânico penetrando o ventre da planície em meio de tremelinas tropicais. Vila Morena, amodorrada, ferve, mas não só devido aos trinta e tantos graus centígrados do grande Verão. No ar prenhe de sabores a montado e horta, aspira-se uma certa impaciência, uma certa ânsia de progresso imediato. E que Grândola, terra de homens, não quer ser apenas tema de uma canção feliz, mesmo que de uma canção que fez história quando a escolheram para senha da vitoriosa arrancada do «25 de Abril».

— Esperar, esperamos nós demasiado. Aliás, nem foi bem um esperar. Foi antes um termos de nos vergar às circunstâncias. Muitos democratas desta terra pagaram caro a ousadia de se oporem aos regimes que não estavam com o povo. Desde o tempo de Jacinto Nunes, que Grândola se ergue em arremedos epopeicos, lutando por uma dignidade que, por isso mesmo, sempre lhe foi negada.

Não é um indivíduo que fala neste parágrafo. É o próprio povo de Grândola. Voz que nos foi dada gravar às portas da «Vila Grande» — será aqui que terá nascido o título de Grândola? — onde convivemos nos confins da tarde afogueada, com homens de rosto tisonado pela idade e pelo suor e mulheres que à compita com eles, em dezenas e dezenas de anos de trabalho mal remunerado, pelos

região corticeira e avaramente, guardamos a vantagem de não sermos, nem verdadeiramente alentejanos, nem verdadeiramente estremenhos. Quer isto apenas dizer que temos características especiais, o que talvez esteja na raiz de muitas atitudes também especiais. Não, não pense nisso — acrescenta Armando Espada com um sorriso de simpatia no rosto magro e menineiro — não estou a fazer racismo. Estou somente a determinar um factor que possivelmente irá perturbar muita gente mal informada, mas que os mais entendidos sabem ser autêntico. Então — indaga-se a si próprio com um enorme ar de espanto Armando Espada — porque é que nos deixaram tantos anos neste abandono? Grândola não foi só uma terra desprezada, como, sentimo-lo nós na carne, também foi uma terra odiada pelo fascismo.

O PASSADO
E O PRESENTE

Quase toda a gente é unânime: Grândola teve contra si a má vontade constante dos maiores do anterior regime, porque a esses maiores se lhes afigurava difícil dominar as suas gentes.

Houve vários projectos para a implantação de indústria aqui, na vila ou arredores — confirma-nos o dr. Joaquim Palmeiro Gonçalves actual vogal da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Mu-

nada se dizia sobre a verdadeira defesa dos interesses das populações — que é para isso, parece-nos, que necessitamos das edificações. Vem-nos à memória,



Em Grândola, o «25 de Abril» foi comemorado desta maneira, com desfile pelas ruas e vivas à revolução. O dique rebentara após cinquenta anos de negra noite e Vila Morena homenageava assim, os todos os seus filhos sacrificados pelo fascismo

por exemplo, uma célebre sessão da Câmara Municipal da Covilhã, a que assistimos por dever de ofício nos princípios de 1964. Aquilo foi um gozo. Durante quase duas preciosas horas, vereadores e presidente, perderam-se na fútil análise da qualidade das laranjas produzidas em propriedades e terrenos diferentes de alguns dos senhores vereadores. Laranja cá, laranja lá, por fim era tempo de irmos todos ao jantar e então despachou-se em alguns minutos os assuntos do povo, que pelos vistos menos interesse e importância tinham para aquelas excelentíssimas vereações, do que o interesse e importância que davam aos seus assuntos particulares.

Funcionam de maneira muito diferente — e outra coisa não seria de esperar — as comissões nomeadas para coordenarem os destinos dos municípios. Seguimos de perto os trabalhos de uma reunião camarária em Grândola (reunião pública) e vimos como todo o tempo é aproveitado para discussão dos problemas mais ingentes, deliberação e aprovação de linhas de conduta que permitam a Vila Morena recuperar o atraso em que o fascismo a deixou:

— É-nos difícil apresentar já hoje uma definição de esquema de trabalho, mas temos como assente, o seguinte: uma reunião quinzenal com elementos das comissões concelhias dos movimentos ou partidos políticos existentes, ou que venham a ser criados, os quais acompanharão os problemas do Município, sendo-lhe reconhecido o direito de voto consultivo.

António Jesus Figueira Mendes é o presidente da Comissão administrativa de Grândola. Fala-nos com entusiasmo do trabalho de grupo em que está metido:

— Às vezes até às duas, três horas da manhã. E é pouco. Porque tudo estava por fazer nesta terra. — E prossegue: — Já o dissemos num boletim informativo, o número 1 que distribuímos no dia 15 de Julho: o nosso esquema de trabalho inclui, entre outros princípios, o de se dar conhecimento ao povo

de tudo quanto se está a passar no Município. Assim, teremos um reunião plenária mensal com o povo de Grândola para o informar sobre os trabalhos realizados, ao mesmo tempo que auscultaremos o parecer e vontade de amplas camadas da população.

Assim funcionava o Ágora ateniense. Assim se conduz por linhas verdadeiramente democráticas. De resto, o plenário que se efectuou em Grândola no passado dia 19 do corrente, deu bem a medida de como o povo corresponde às solicitações, sempre que o deixem livre para falar, actuar e concretizar.

OS PROPÓSITOS
DA REACÇÃO

No entanto, nem tudo é mar de rosas em Grândola. A reacção move-se. Embora em núcleo minoritário, alguns dos seus elementos (sobejamente conhecidos) possuem, pelo menos, poder económico, para recrutar mercenários e tomar posições. Tímidos ainda, mas que são já um sinal para os bem avisados.

— O povo de Grândola não esperou muitas horas, após o 25 de Abril, para tentar apagar as manchas fascistas desta terra — declara-nos o sr. Camacho, nosso agente em Vila Morena. — Viemos para a rua e quisemos de imediato mudar a face das coisas. Claro que ardemos de impaciência. Mas é uma impaciência que reconhece que nada se faz sem tempo e muito esforço.

Andámos por Grândola procurando reinventar o que foi o «25 de Abril» neste rincão de democratas. Na realidade, o povo, ordeiramente, logo fez desaparecer os vestígios mais aparentes do antigo regime. Assim, a placa que numa das artérias da vila dizia «Rua Dr. Oliveira Salazar» (te arrengo), foi arrancada e, como não havia outra placa para substituição eficaz, os grandolenses pintaram na esquina, a letras gordas: Rua General Humberto Delgado. O antigo Largo dos Correios, passou, igualmente por vontade da população, a chamar-se Largo 25 de Abril. O saneamento da

Reportagem de
JOSUÉ DA SILVA

— Vamos mas é arranjar aí umas brigadas para patrulhar a vila durante a noite — ouvimos num dos cafés da vila. — Se apanho um desses fascistas a lambuzar p'raí as paredes, bem lho faço pagar caro.

O povo mantém-se atento. O que será a melhor garantia para um rasgar de futuro que Grândola já presente no vento novo que respira desde um certo fim de Abril.

A seguir: OS PODRES QUE
O FASCISMO SEMEIOU

O VERÃO É A
MELHOR RAZÃO PARA
TAMPÕES TAMPAX

Porque o Verão é sol e mar, nadar e mergulhar, correr e brincar — um nunca parar de mexer, de fazer, de ver, de viver.

Se você não é capaz de perder um minuto de Verão, não pode dispensar a segura protecção dos tampões Tampax. São de uso interno — e protecção interna quer dizer que não há desconforto, que não há cheiros, que não há pensos volumosos. Você pode nadar sempre que quiser, durante todo o Verão. Pode imaginar melhor razão para os tampões Tampax?



O nosso único interesse é protegê-la.

tampões
TAMPAX

PROTECÇÃO HIGIÉNICA PARA USO INTERNO

PEÇA UMA AMOSTRA A:
ANTÓNIO PACHECO AGOSTINHO, LDA.
R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-21 - LISBOA



Em Grândola, o «povo e quem mais ordena»: em lugar de Rua dr. Oliveira Salazar, agora Rua General Humberto Delgado

montados e minas do concelho, deixaram o melhor da sua vida.

— Repare: o concelho de Grândola — diz-nos Armando dos Santos Espada, comerciante da Rua Jacinto Nunes e grandolense «a sério» — possui creio que dez centros mineiros. Possui, além disso água em abundância e um excelente solo para culturas. Estamos no eixo de dois portos de mar: um que nunca deixou de ser importante, o de Setúbal, e outro, o de Sines, que embora porto pesqueiro, já há muito fazia desejado um grande empreendimento. Não nos faltam condições naturais para o desenvolvimento de um turismo cheio de vantagens, ao contarmos com praias como Melides e Troia, com curiosidades como as antas situadas nos arredores da vila e o velho artesanato de cortiça, do mais fino do País. Somos ainda donos dos melhores montados de toda a

nicipal de Vila Morena, após uma reunião ordinária a que assistimos. — No entanto, tais projectos acabaram por ser postos de parte ou, pior, retransportados para outras zonas em detrimento de Grândola. De resto, é bom de ver: numa terra altamente «comprometedora» como Grândola, juntar à população das minas e dos campos, mais uns milhares de trabalhadores da indústria fabril, era um perigo. Para eles, unir tudo o que cheirasse a povo tornava-se um problema. E um problema maior, quando se apercebiam de que essa união lhes poderia criar terríveis dores de cabeça.

Já lá vai o tempo (se bem que não tão longínquo como desejariamos) em que assistir a uma reunião camarária era assim como contar uma anedota em noite de velatório: cochichava-se muito mas falava-se pouco, ria-se alguma coisa porém

EXCURSÕES abreu
EM AUTOPULMAN

Se está interessado numa excursão de pequena duração (1, 2 ou 3 semanas) peça nos o livro "EUROPA 74".

Se prefere uma excursão de maior duração visitando todos os principais países da Europa, peça nos o livro "COM ABREU O MUNDO É SEU".

EXCURSÕES TRADIÇÃO NA QUALIDADE
abreu
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
fundada em 1840

LISBOA: Av. da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Seta, 2 • Telef. 2 70 1/2

GERAL

Malogro no Congresso do M.P.L.A.

LUSAKA, 27 (FP/ANI) — O Congresso do M.P.L.A. conclui hoje os seus trabalhos, nesta cidade, com um aparente malogro, e a consagração da fractura absoluta no seio daquele movimento emancipalista angolano.

O presidente do M.P.L.A., dr. Agostinho Neto, fortemente combatido por uma facção chefiada por Daniel Chipenda, informou, num comunicado, que os seus partidários vão reunir num congresso próprio, em local e data a indicar mais tarde. Anteriormente, precedendo a abertura do Congresso, Agostinho Neto pusera objecções à escolha de Lusaka, cidade onde o seu mais directo rival, Daniel Chipenda, comandante militar da zona Leste, tem quartel-general.

Alguns observadores são de opinião de que o malogro do Congresso se acelerou no domingo. Agostinho Neto teria acusado os seus rivais de haverem criado uma «atmosfera de circo» durante os trabalhos, impossibilitando quaisquer debates razoáveis.

Na próxima sexta-feira, representantes das três facções seguirão para o Congo, com uma delegação zambiana, com o objectivo de explicarem a uma reunião cimeira de chefes de Estados Africanos as razões do insucesso.

A cisão no M.P.L.A. surge, precisamente, no momento em que o Partido procurava encontrar uma unidade, que lhe permitisse depois estabelecer com o partido rival, a F.N.L.A., uma frente comum para dialogar com Portugal sobre o futuro político de Angola.

«Malogrou-se o Congresso do Movimento Popular para a Libertação de Angola, que se iniciara em 12 do corrente, nesta capital; vieram à tona muitas divergências que originaram ao Congresso dificuldades, impedindo-o de trabalhar unidamente. A Zâmbia fica convencida que o futuro do M.P.L.A. e de Angola depende da unidade. Sem unidade não haverá Angola. Continuaremos, pela nossa parte a enviar esforços para conseguir esta unidade», comentou, a este pro-

pósito, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Vernon Mwangi.

DECLARAÇÃO DE AGOSTINHO NETO

A Casa de Angola, em Lisboa, distribuiu ontem a seguinte declaração em que Agostinho Neto explica as razões que provocaram o malogro do Congresso:

«O desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional levará a reunião plenária do Comité Director, em Setembro de 1971, a decidir a realização do Primeiro Congresso do M.P.L.A. no mais curto espaço de tempo.

«Dificuldades de ordem diversa sobretudo devidas ao afastamento das várias frentes de combate, foram impedindo a materialização daquela decisão, ao mesmo tempo que condicionamentos externos contribuíam para agravar divergências existentes no seio do Movimento e que culminaram com o aparecimento sucessivo de duas fracções contestando a autoridade da direcção do M.P.L.A. em confronto.

«A todo o momento procurou a direcção, num espírito de salvaguarda da coesão interna, ir ao encontro das motivações de que as fracções se reclamavam. Estas fracções escudando-se em pretextos sem causa nem fundamento, recusavam-se ao diálogo no seio do Movimento, forçando, desde o princípio, a exteriorização, se não a internacionalização das divergências que arvoravam.

«Perante tal situação, a O.U.A. e os países limítrofes constituíram-se em intermediários primeiro, e em comissão de bons ofícios depois, entre as supostas partes do M.P.L.A.

«A experiência histórica do M.P.L.A. nomeadamente a que se refere ao período de 1963-64, bem como a dos movimentos de libertação dos países irmãos, já nos tinha mostrado a impossibilidade de resolver tal problema por simples fusão de grupos fraccionistas. Quando as condições atingem o limite de rup-

tura, é difícil, se não impossível, reduzir essa ruptura enquanto persistirem as contradições que, muitas vezes, são reflexo de poderosos interesses externos.

«Conscientes daquela experiência histórica, mas impregnados do espírito de conciliação e de unidade, aceitamos participar construtivamente no Congresso, numa derradeira tentativa de encontrar uma base comum de entendimento.

«Sempre no espírito de unidade no seio do M.P.L.A. e de encontro de uma solução interna dos problemas, fomos ainda mais longe nas nossas concessões: presença em Mogadiscio, durante a conferência cimeira da O.U.A., em delegação «tripartida», admitindo o uso da palavra em nome do M.P.L.A. a um dirigente suspenso chefe de facção; participação em partes iguais, na Comissão Preparatória do Congresso; reunião da Comissão Preparatória, fora dos locais do M.P.L.A.; critério de participação antiestatutário, em que o Movimento é obrigado a aparecer com o mesmo número de delegados (165) que uma das facções, e em que a outra facção participa, com a totalidade dos seus aderentes (70) — muitos deles de militância duvidosa ou sem militância alguma. Segundo o critério de participação estatutário cabiam ao M.P.L.A. cerca de 70 por cento dos delegados, mas o que veio a verificar-se foi a participação de 40 por cento; aceitação da realização do Congresso fora do nosso País, pelo significativo e estranho medo manifestado pelas facções em reunir-se no seio do seu próprio povo; escolha de observadores e convidados não tendo em conta os laços tradicionais de amizade e de solidariedade que nos ligam a outros países.

«Estas e outras concessões fazem-se ao mesmo tempo que as fracções recusam reconhecer a direcção legal do Movimento e vão ao ponto de não aceitar que a abertura do Congresso seja feita pelo presidente do M.P.L.A.»

«Chegados ao Congresso não param as nossas concessões e começam as anomalias que iriam travar, de maneira insolúvel, a marcha dos trabalhos: logo na verificação de mandatos, no dia 13 de Agosto, se descobrem 14 elementos da F.N.L.A. integrados na delegação da dita «Revolta de Leste». Um outro elemento da mesma facção viria declarar-se da F.N.L.A. na Plenária de 21 de Agosto; apesar da rigorosa exigência da realização do Congresso à porta-fechada, assiste-se a um pulular de notícias tendenciosas, difundidas por determinadas agências de informação, aparentemente sem contacto com o Congresso; desde a abertura do Congresso, assiste-se à orquestração de um espírito de «feira», que tolhe toda a solenidade e seriedade a um acontecimento desta natureza; apesar das concessões acima descritas, apesar do nosso espírito de conciliação, que se reflectiu na nossa proposta de aprovação das decisões fundamentais por uma maioria agravada de 2/3, que estabelecesse o consenso e evitasse a sobreposição de uma parte sobre a outra, e mais, possibilitasse a coesão real do Movimento, as duas fracções aproveitaram-se do facto de, coligadas, estarem em maioria para tentarem, a todo o momento, espezinhar a direcção e com ela todo o Movimento, com o objectivo de mais tarde lhe impor soluções,

em absoluto contrárias aos interesses do nosso povo.

«Perante esta situação que demonstra a inutilidade dos esforços consentidos na procura de uma solução, e verificada que ao nosso espírito construtivo responde uma sistemática atitude destrutiva.

«Fortalecidos pelo apoio incondicional do nosso povo, dos nossos militantes e das nossas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola;

«Conscientes do dever indeclinável de defender as conquistas revolucionárias de treze anos de luta armada;

«Conscientes da necessidade imperiosa de encontrar directamente a solução dos gravíssimos problemas que nesta hora se colocam ao país e ao nosso povo;

«Conscientes de que o arrastar-se indefinido de um Congresso anormal apenas agrava a situação interna de Angola, pela qual nos sentimos responsáveis, ao mesmo tempo que permite as forças imperialistas organizarem-se no país;

«Conscientes de que só no terreno da luta e entre o nosso povo encontraremos soluções que não traíam os seus sagrados interesses;

«Encorajados pelo apoio de largas massas populares ao M.P.L.A. e ao seu presidente, expresso por dezenas de manifestações por toda a Angola, por milhares de assinaturas subscrivendo mensagens, cartas e telegramas chegados ao Congresso;

«A direcção do M.P.L.A. e os militantes mandatados pelo Movimento a este Congresso especial declaram:

«A impossibilidade de continuar a procura de um entendimento com fracções cujo objectivo é a negação total e sistemática do espírito de unidade que nos reuniu;

«A sua inabalável decisão de prosseguir a luta por todos os meios até à independência completa de Angola;

«A próxima realização do Primeiro Congresso do M.P.L.A. nas zonas libertadas do nosso país;

«A ilegalidade da realização de pseudocongressos ou conferências em nome do M.P.L.A. por fracções a sós ou coligadas, bem como o uso abusivo do nome do M.P.L.A. por qualquer facção.

«Este importante documento prossegue com expressões de agradecimento à Frelimo, ao P.A.I.G.C., ao Congo e à Zâmbia e com um apelo a todos os países do Mundo para que mantenham o seu apoio ao M.P.L.A.

«Por fim, a direcção do M.P.L.A. dirige um convite a todos os militantes, «que se apresentem ocasionalmente junto de grupos fraccionistas», à participação no primeiro congresso do M.P.L.A., «com plena independência de opiniões que preside à unidade de princípios por objectivos comuns.»

Hoare e os seus "rapazes" — uma ameaça à Frelimo...

Tem 53 anos e foi oficial do Exército de Sua Majestade Britânica. Aprendido o uso das armas nas fileiras desse Exército onde as aventuras coloniais já não tinham louros a distribuir, Michael Hoare embarcou para as Áfricas e ganhou fama nas aventuras neocoloniais. A cabeça de um Exército de mercenários (rodesianos, sul-africanos e britânicos) «distinguiu-se» no Congo ex-belga ao serviço de Moisés Tshombé. Vive agora retirado em Durban (África do Sul), onde o jornalista norte-americano Peter Younghusband o entrevistou para a «Newsweek». Tema principal da entrevista: confirmava-se ou não que «Mad Mike» (o louco Mike, como era conhecido nos seus tempos famosos) fora encarregado de recrutar mercenários para Moçambique?

Os nossos leitores decerto recordam recentes notícias onde se falava de um bando de mercenários operando em Moçambique por conta de Jorge Jardim. A possibilidade de uma intervenção de mercenários em Angola e Moçambique, sob a égide das forças mais reacçãoárias desses dois territórios em processo de descolonização, é frequentemente posta em destaque. Quer se confirme, quer não, a existência do bando de Jorge Jardim, o certo é que há ainda muitos aventureiros irresponsáveis e ávidos de dinheiro que estão dispostos a entrar no processo de independência dos países africanos. Dispostos a isso, e, pelos vistos, muito esperanças nos «bons resultados». De facto, Michael Hoare não hesita em afirmar que «com mil mercenários limpava a FRELIMO provavelmente em seis a oito meses».

Espectro do entrevistador: «Como é que um tal exército fazia em tão pouco tempo o «trabalho» que o Exército Português não conseguiu concluir em 13 anos?» Michael Hoare tem resposta pronta: «O Exército Português fazia uma guerra defensiva e pouco entusiástica. Mas nós havíamos de perseguir a Frelimo. Havíamos de desalojar os guerrilheiros».

Contudo, diz «honestamente» (sic) que não recebeu quaisquer propostas nesse sentido. Mas não afasta de todo a hipótese de vir eventualmente a aceitar. Sob uma condição: ter o consentimento do Governo legal do território onde os mercenários actuem e que esse Governo trate as forças mercenárias como forças armadas do país.

Instado pelo jornalista, Michael Hoare explica as razões por que em 1974 põe condições tão diferentes das que aceitou em 1963 no Catanga. A ONU e a OUA estão mais organizadas, as linhas de orientação mais claramente traçadas, e as aventuras mercenárias são mais mal vistas pelo Mundo. Além disso, o apoio de um exército mercenário conferido a um regime ou a um estado minoritários não proporciona hoje grandes

possibilidades. Hoare cita como exemplo da sua asserção o caso do Biafra. As novas condições, pois, uma nova tática. E — segundo mestre Hoare — os mercenários de hoje só devem ser utilizados nas seguintes condições: que o país onde forem actuar esteja num caos sem outra alternativa à vista que não seja a do recurso a uma força mercenária rapidamente organizada para que o poder estabeleça um programa de permanente estabilidade.

«Será essa a situação presente em Angola e Moçambique?» — pergunta o jornalista.

Michael Hoare esquiva-se a uma resposta directa. Diz que há na verdade uma situação de caos nesses territórios, acrescentando porém que a ordem está a ser assegurada pelo Exército Português e que haveria problemas políticos se uma força mercenária entrasse naqueles territórios, enquanto as forças portuguesas ali estivessem.

O jornalista pergunta então se Hoare estava disposto a constituir um exército de mercenários e a intervir em Moçambique, depois de as tropas portuguesas saírem do território, e se este ficasse sob uma administração conservadora, apoiada em poderosos interesses ameaçados pela Frelimo. A resposta de Hoare é categórica: nesse caso, sim, aceitaria esse contrato. Porém, seria necessário que lhe garantissem que a Frelimo não tinha o apoio de Moçambique na sua totalidade.

Neste ponto, ficamos interditos: democrata, o sr. Michael Hoare?! Não, simplesmente pragmático: é que no caso de a Frelimo ter o apoio da população, não estavam inteiramente preenchidos os requisitos prévios que já citou para a actualização dos mercenários no nosso tempo. E, além disso, a tarefa dos intrusos seria extremamente complicada.

Haverá ainda muita gente disposta a embarcar num «trabalho» desses? Sim, senhor — segundo o nosso homem, os «rapazes» do 5.º Comando que actuou no Catanga têm telefonado de todo o lado a saber se o chefe está, realmente, a recrutar gente para Angola e Moçambique. O coronel tem-lhes aconselhado, dizendo-lhes que estando coisas no pé em que estão (o sublinhado é nosso) não há ainda recrutamento. Dedução lógica de quem lê a entrevista: quando as coisas estiverem no pé desejado, Michael Hoare tem já muitos «rapazes» dispostos a entrar em funções...

Finalmente, o jornalista pergunta a opinião do coronel sobre os guerrilheiros da Frelimo.

«São corajosos e estão bem armados. Mas têm sido sobreestimados. A meu ver, se logo de início tivessem sido combatidos por tropas sul-africanas ou rodesianas teriam desaparecido sem deixar vestígio» — respondeu.



D. MARIA LUISA XARA-BRASIL NOGUEIRA

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Dr. António José Xara-Brasil Nogueira, sua mulher e filhos, António Xara-Brasil, Mário Xara-Brasil e filhos, Maria das Dores Xara-Brasil, José Xara-Brasil mulher e filhos, Evaristo Nogueira e mulher, Afonso Nogueira, mulher e filhos, Ana Nogueira, Alfreda Nogueira e Albano Nogueira e mulher, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento da sua querida mãe, sogra, avó, irmã e cunhada, no passado dia 23, e que será rezada Missa do 7.º dia quinta-feira, 29, pelas 19 horas, na Igreja, de S. Sebastião da Pedreira.

AGÊNCIA BARATA

Tarifas ferroviárias não aumentadas

Apesar de a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses dever apresentar este ano um

défi de cerca de um milhão e seiscentos mil contos, o Governo decidiu não recorrer neste momento ao aumento das tarifas ferroviárias para não agravar problemas sociais na actual conjuntura.

Na reunião do Conselho de Coordenação Económico-Social, realizada no passado dia 21, foi determinado que a política ferroviária será revista quan-

do, futuramente, se proceder à revisão da política global de transportes no País.

Estão previstos, nos próximos dez anos, investimentos da ordem dos trinta milhões de contos nos caminhos-de-ferro, no sentido de aumentar substancialmente a expansão e a rentabilidade do caminho-de-ferro. Espera-se, de resto, que o agravamento crescente dos preços dos combustíveis líquidos e a criação de novos polos industriais, como Sines, por exemplo,

originarão quantidades maciças de tráfego a executar. Também as ligações aos nós ferroviários de Lisboa e Porto impõem radicais melhorias e visão larga do futuro.

O Governo espera que «a médio prazo, haja sensíveis melhorias nos caminhos-de-ferro nacionais e que a sua rentabilidade aumente de forma notável» afirma-se num comunicado à Imprensa do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

Acusação grave contra o subdelegado de Santiago do Cacém

Acusações contra o subdelegado de Saúde de concelho de Santiago do Cacém são formuladas pelo sr. António José Serafim numa carta que nos enviou com o pedido de publicação. Juntamente com a carta chegou-nos uma fotocópia do atestado médico, segunda via, que lhe terá sido passado depois de o subdelegado rasgar em pedaços o original.

Eis o texto da carta:

«Com esta carta levo ao conhecimento de V. E. a inqualificável atitude para comigo por parte do subdelegado de Saúde do concelho de Santiago do Cacém.

«Morreu-me, recentemente, na Guiné um filho que, como é natural, me deixou um grande e profundo desgosto.

«Dada a minha idade e porque sofri uma trombose cerebral com hemiplégia esquerda, comecei a tratar da necessária documentação para obter a pensão de preço de sangue.

«Entre os documentos obtive do médico Exm.º Senhor Dr.

Acácio Cortes Cabrita um atestado que precisava ser «visto» pelo subdelegado de Saúde do concelho de Santiago do Cacém.

«Com a maior dificuldade desloquei-me de Ermidas Sado, onde resido, à sede do concelho — 27 km de distância — no dia 20 do corrente, a fim de obter o referido «visto».

«Com grande espanto meu, o subdelegado de Saúde recusou-me o visto dizendo-me que o mesmo não era necessário.

«Uma vez que o impresso remetido pelos serviços militares indicava que era indispensável o referido «visto» voltei uma vez mais à Subdelegação de Saúde tendo este funcionário recusado satisfazer o que lhe solicitava acabando por rasgar em quatro pedaços o atestado médico.

«Aos superiores hierárquicos deste funcionário e à opinião pública deixamos a apreciação da atitude que classificamos de desumana para com

um Pai, velho e doente a quem o destino tão fortemente castigou com a morte de um filho na guerra da Guiné.

«Será, certamente, tomada uma atitude, por quem de direito, ou então o «25 de Abril» deixa de ter sentido para funcionários que assim procedem e para quem continua a sofrer as suas prepotências».

"Não agora, mas em breve"

Leitores menos avisados poderiam ser levados a supor, depois de conhecerem a carta aberta que o dr. Rocha Barbosa houve por bem dirigir-me (e ao eng.º Pedro Coelho, secretário de Estado da Emigração) nas colunas deste jornal, que haveria entre nós qualquer divergência de fundo quanto ao problema em discussão.

Lida atentamente a carta, e porque me parece digna de resposta e de aplauso pelo espírito que levou o autor a escrevê-la e ainda pela clareza com que o dr. Rocha

Barbosa expõe casos da sua experiência profissional relacionados com o fenómeno da emigração, nada me fica para afirmar que não seja o reconhecimento de que coincidimos, quer no essencial, quer no acessório.

Assim, defendendo a urgência de se criarem (e portanto «não em breve, mas já») as condições para o regresso dos emigrantes, o que passa pelo indispensável acelerar do desenvolvimento económico, tentei, por outro lado, advertir para

os inconvenientes de um imediato regresso maciço dos nossos compatriotas que se encontram a trabalhar no estrangeiro (e daí o título «Não agora, mas em breve»).

O dr. Rocha Barbosa entendeu por bem desenvolver apenas o primeiro dos aspectos enunciados — e é evidente que, pela forma como o fez, de bom grado subscreveria, eu também, as suas justíssimas e oportunas considerações.

TORQUATO DA LUZ

CELANCK



Assente bem os pés nos números.

Deposite as suas economias na **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**. É terreno firme.

3% ao ano, nos depósitos à ordem até 50 contos.

7% ao ano, nos depósitos a prazo de 6 meses, renovável.

8% ao ano, nos depósitos a prazo de 9 meses, renovável.

8,5% ao ano, nos depósitos a prazo superior a 1 ano, renovável.

9,5% ao ano, para depósitos especiais de poupança.

Os juros dos depósitos estão isentos de quaisquer impostos. Os depósitos beneficiam da garantia do Estado.

Estas são as vantagens. Mas ainda há outra: estamos ajudando Portugal a crescer!



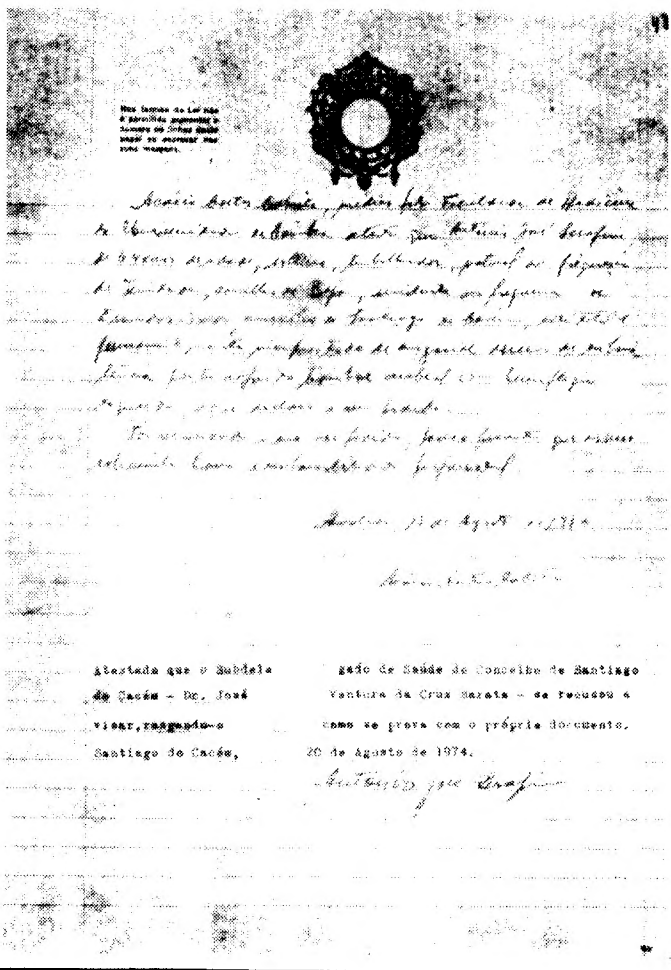
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO

TRABALHADORES MUNICIPAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Reunido em plenário, o secretariado distrital de Setúbal, dos trabalhadores municipais e equiparados, ocupou-se do Decreto-Lei n.º 372/74, tendo decidido expressar o seu desagrado por continuarem a ser marginalizados no quadro das soluções respeitantes aos trabalhadores da função pública, como voltou a suceder ao deferir-se para momento posterior a extensão à classe das melhorias agora concedidas aos servidores do Estado.

O Plenário reafirmou em

uníssono a sua fidelidade ao programa do Movimento das Forças Armadas e a confiança na acção de Presidente da República, do Governo Provisório e das Forças Armadas para garantirem aos portugueses um são convívio democrático, uma justa partilha de bens com imediata prioridade para o extracto populacional presentemente mais desfavorecido e um recto e salutar exemplo no respeito pelos princípios expostos naquele programa.



GERAL

Porto

Regressam ao trabalho operários da Construção Civil

PORTO, 28 — Retomaram o trabalho os operários da construção civil que trabalham no Bairro de S. Tomé, ao Ameal (Porto) em greve desde a semana passada por desacordo sobre questões salariais e não cumprimento das promessas nesse sentido feitas pela empresa Soares da Costa. A paralisação havia-se alargado a cerca de 3000 operários daquela empresa que trabalhavam em diversas obras da região do Porto. Nos estaleiros da Rechousa, em Gaia, os respectivos operários voltaram também ao trabalho. A paralisação mantém-se todavia noutras obras em curso, nomeadamente à Rua do Campo Alegre, em Arcozelo (Gaia) e no Bessa. As negociações nestes sectores da firma onde a paralisação continua, estão ainda em curso, muito embora a empresa tenha chegado a anunciar o regresso geral ao trabalho dos seus milhares de operários.

PARALIZAÇÃO NA NEOLUX

Desde a passada segunda-feira que cerca de 200 trabalhadores da fábrica de reclusivos Neolux paralisaram o trabalho e ocuparam as instalações em consequência de não ser cumprido o contrato colectivo de trabalho dos fabri-

O «Diário de Lisboa» é vendido em S. Pedro do Estoril e no Murtal por Porfírio da Silva Carreira.

cantes de material eléctrico homologado em 8 de Maio último.

Num comunicado tornado público a comissão dos trabalhadores daquela firma, para além de outros aspectos, refere que a gerência da Neolux informou os trabalhadores de que não estava da disposição de cumprir o referido contrato colectivo.

O movimento de paralisação que começou na fábrica de Canidelo, em Gaia, estendeu-se depois às instalações do Porto, Coimbra, Viseu e Faro.

AUTOGESTÃO BOICOTADA

Conforme noticiámos, o pessoal da empresa Santos Assunção, do Candal, V.N. de Gaia, ocupa as instalações da fábrica, onde se produzem cápsulas de garrafas, mantendo-se em laboração pelo facto de a gerência ter abandonado a empresa e recusar-se a cumprir os salários estipulados no contrato colectivo. As operárias têm procurado garantir as encomendas, condição essencial da sua sobrevivência, ao que o Sindicato dos Metalúrgicos tem dado o seu apoio. Segundo nos informam agora as operárias a gerência da empresa está a tentar boicotar as encomendas. Informam também que, como medida de solidariedade, o pessoal de firmas concorrentes com aquela se vai recusar a satisfazer encomendas que se destinem à fábrica que as operárias mantêm em laboração.

ASSALTO COM "SPRAY" NOS OLHOS

Já foram detidos quatro implicados no assalto à carrinha de um banco

Quatro estrangeiros encontrados sob custódia da Polícia Judiciária depois de serem detidos como suspeitos de participação directa ou indirecta no assalto à carrinha do Banco Pinto de Magalhães perpetrado, ontem à tarde, junto à dependência da Rua da Palma. O montante do roubo atingiu quase os três mil contos. Um saco com 600 mil escudos foi logo recuperado quando populares apanharam à mão e após luta corpo a corpo o francês Louis Beaumont que participou no assalto. Mais dinheiro, em avultada quantia foi encontrado no hotel onde os outros três indivíduos (dois homens e uma mulher todos entre os 30 e 35 anos) foram detidos.

Em traços gerais o caso passou-se assim: eram 17 e 45 quando o automóvel do Banco chegou à porta da dependência da Rua da Palma para recolher o dinheiro da caixa que todos os dias é transportado para os cofres centrais da instituição. No porta-bagagens já vinham três sacos de outras dependências, um com 600 contos e os outros dois com cerca de 1 200 contos cada. Mal o motorista entrou na dependência e o seu ajudante abriu o porta-bagagens para tirar impressos da sede, um dos assaltantes saiu, lesto de um carro estacionado atrás, encostou uma pistola aos rins do funcionário do Banco, despejou-lhe «spray nos olhos e, acto contínuo, saltou para o volante do automóvel. Arrancou a grande velocidade sendo seguido pelo outro veículo onde se

transportavam os cúmplices da operação.

Passada a surpresa inicial vários populares lançaram-se em perseguição dos assaltantes, nomeadamente um motorista o proprietário de um «boogie» e outras pessoas. Subiram as ruas da encosta que conduz à Penha de França e aí, na praça António Sardinha, os gatunos fizeram a mudança do dinheiro para outro carro, abandonaram o que é propriedade do Banco e voltaram a arrancar. Durante a operação de mudança, contiveram os perseguidores sob a ameaça de pistolas de grosso calibre. Só um guarda reformado lhes

disparou três tiros, quando arracavam, mas sem qualquer resultado.

Da Penha de França, os meliantes conseguiram fugir até à Quinta da Eira. Aí verificaram não haver saída. Encurralados, um deles atingiu a tiro, com certa gravidade, o condutor do «boogie» (Fernando dos Santos Martins, de 39 anos, que ficou internado, depois de operado de urgência, no Centro Ortopédico de Lisboa). Foram disparados maistiros para conter a multidão dos perseguidores mas não tiveram outro remédio que não fosse abandonar a viatura que os transportou e fugirem com o dinheiro

através do intrincado de barracas existentes no local.

A perseguição acirrou-se e um dos fugitivos o francês Louis Beaumont, acabou por se precipitar num quintal e ser detido mais abaixo, depois de atingido à pedrada por uma senhora residente no local e de um duelo corpo a corpo com vários populares.

Foi-lhe apanhado um saco com 600 contos. Gatuno e dinheiro foram entregues à Polícia Judiciária para averiguação e para se iniciarem as diligências tendentes à captura do resto da quadrilha que agiu meticulosamente e com rigor científico.

O PARTIDO SOCIALISTA SAÚDA A GUINÉ-BISSAU

O Partido Socialista emitiu um comunicado em que toma posição de apoio e felicitações à nova República da Guiné-Bissau ao mesmo tempo que recorda o passado político do seu primeiro líder, o malgrado patriota Amílcar Cabral. O PS recorda, sobretudo, as lutas do fundador do PAIGC no MUD e em todas as campanhas antifascistas dos anos quarenta.

Diz o comunicado: «No momento em que os povos da Guiné-Bissau e de Portugal se reencontram na liberdade e na dignidade, o Partido Socialista saúda o povo irmão da Guiné e a sua vanguarda revolucionária, o partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, que ao longo de quase 20 anos de resistência e de luta contra as forças do fascismo e do colonialismo ergueu na sua pátria a bandeira de uma nova sociedade, liberta da opressão e da dominação coloniais.

«No desenvolvimento de uma linha política internacionalista, o Partido Socialista sempre apoiou a justa luta do povo da Guiné-Bissau pela sua emancipação, tendo presente em todo o momento que tal luta se não dirigia contra o povo

português, mas sim contra o Governo fascista que oprimia os povos de Portugal e das Colónias. O sentido dessa luta de- ra-o já, de resto, o primeiro combatente do PAIGC, o camarada Amílcar Cabral, presente, ele também, ao lado de tantos lutadores antifascistas portugueses, na permanente batalha do povo português contra a ditadura e a opressão. Exemplo alto dessa luta permanente e fraterna, recordamo-lo nesta hora, terá sido o MUD e todas as campanhas antifascistas dos anos quarenta, em que Amílcar Cabral participou.

«O profundo significado histórico desta hora em que dois povos se libertam para, na liberdade e igualdade, construir um futuro de paz e progresso e-nos dado pelo modo como os dois povos souberam fraternalmente, na Guiné-Bissau de após o 25 de Abril, cooperar para a destruição das estruturas coloniais e para o edificar de uma nova nação.

«O reconhecimento por Portugal da República da Guiné-Bissau é pois momento alto de uma história comum, que abrirá amplas perspectivas de amizade e cooperação frater-

nas entre os dois povos, cooperação que o Partido Socialista deseja baseada na igualdade e na dignidade e com total repúdio de quaisquer relações de natureza neocolonial.

«Ao saudar o povo da Guiné-Bissau, por intermédio da sua vanguarda revolucionária, o PAIGC, o Partido Socialista deseja reafirmar a sua posição anticolonialista em relação aos povos ainda sob dominação colonial portuguesa — os povos irmãos de Angola e Moçambique, cujo processo de descolonização desejamos se desenvolva rapidamente no respeito de todos os legítimos interesses.

«A luta libertadora do povo da Guiné-Bissau contribuiu decisivamente para a libertação do povo português.

«Neste momento histórico da vida dos dois povos, o Partido Socialista entende como dever indeclinável reafirmar a sua solidariedade para com o povo da Guiné-Bissau e o PAIGC, certo de que, no futuro como no passado, os dois povos e os dois partidos permanecerão unidos na luta contra todas as formas de dominação e opressão, contra todas as formas de colonialismo e imperialismo».

6.ª FEIRA
DIA 30

SAI O N.º 66

motor
revista

NESTE NÚMERO:

- CORREIO DOS LEITORES
- RIAS BAJAS-74
- CAMPEONATO MUNDIAL DE CONDUTORES-F. 1
- CAMPEONATO MUNDIAL DE MARCAS
- FÓRMULA 2, SPORT/2 LITROS, TURISMOS
- CAMPEONATO MUNDIAL DE RALLIES
- KARTING: O FINAL DO CAMPEONATO

DOIS TESTES: UM BARCO E
UM AUTOMÓVEL (DATSUN 1600-J-SSS)

MESMO FORMATO ★ MESMO NÚMERO DE PÁGINAS
MESMO PREÇO 10\$00



PAULO GUILHERME apresenta

CABARETISMO

UM ESPECTACULO
DE MUSIC-HALL

(O SHOW COMEÇA ÀS 23,30)

RESERVAS PELO TELEFONE
28 37 50

PRAÇA DE TOUROS DE CASCAIS
PÓRTICO N.º 11

NACIONAL

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO G.A.D.C.G.

O P.A.I.G.C. não abdicou de Cabo Verde

«Depois da conquista da independência nacional da Guiné e de Cabo Verde e com base na vontade popular que será oportunamente consultada, união destes dois povos para construir uma pátria africana forte e progressiva. A forma de união dos dois povos será estabelecida pelos seus representantes legítimos livremente eleitos. Direitos e deveres iguais, união sólida e colaboração fraternal entre os guineenses e cabo-verdianos. Interdição e liquidação de todas as tentativas de divisão dos dois povos.» (Capítulo III do Programa Maior do P. A. I. G. C.)

A INDEPENDÊNCIA SEPARADA DA República da Guiné-Bissau de forma alguma corresponde a uma abdicção da luta por igual destino de Cabo Verde, cujo estatuto colonial persiste, apesar do reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, declarou firme e claramente um responsável do Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné, organismo de apoio político ao P. A. I. G. C., funcionando em Lisboa com a colaboração de simpatizantes deste Partido.

O responsável do G. A. D. C. G. respondia à pergunta de um jornalista, durante a conferência de Imprensa realizada menos de 24 horas depois da assinatura do acordo de

Argel, como noticiámos na nossa 2.ª edição de ontem. Os seis ele-

mentos que compunham a mesa sublinharam a sua qualidade de simpatizantes do P. A. I. G. C. No entanto, as suas opiniões são unanimemente reconhecidas como reflectindo as teses e posições do Partido.

O povo de Cabo Verde está com o P. A. I. G. C. e apoia-o de forma extraordinária, como provam as manifestações de massas, reunindo dezenas de milhares de pessoas, que se seguiram à chegada do novo governador nomeado por Lisboa. Dizemos «não» ao referendo. A vontade do povo manifestar-se-á através da Assembleia Nacional Popular eleita. A Assembleia dirá então se quer a independência e proclama-la-á, como aconteceu na Guiné-Bissau. A união dos dois povos e dos dois territórios numa só pátria far-se-á nos termos do programa do P. A. I. G. C., apoiado pelo povo:

eis o enunciado do processo formal de libertação tal como apresentaram ontem os representantes do G.A.D.C.G.

Efectivamente, os dois primeiros pontos do Programa Maior do P. A. I. G. C., datado de Abril de 1969, como aliás todos os textos do Partido, não obrigam a percursos iguais e simultâneos dos dois territórios em direcção à independência política e económica: «(1) Conquista imediata, pelos meios que forem necessários, da independência nacional, total ou incondicional do povo da Guiné e do povo de Cabo Verde. (2) Conquista do poder, na Guiné, pelo povo guineense, e em Cabo Verde, pelo povo cabo-verdiano.

A Constituição da República da Guiné-Bissau diz no art.º 3.º: «O Estado fixa-se como objectivo a libertação total da Guiné e Cabo Verde do colonialismo, a sua unificação num Estado, de acordo com a vontade popular (...).» A proclamação da independência, em Setembro de 1973, diz que «nas Ilhas de Cabo Verde será criada, chegado o momento oportuno, a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, com vistas à formação do órgão supremo da soberania total do nosso povo e do seu Estado unificado: a Assembleia Suprema do Povo da Guiné e Cabo Verde». Abílio Duarte, representante do Partido, declarava em 29 de Março de 1974, perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas, que «a unidade da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde é a opção fun-



Aspecto da conferência de Imprensa

damental do P. A. I. G. C.» e que «o P. A. I. G. C. é o único, legítimo e autêntico representante da população de Cabo Verde».

A assinatura do acordo de Argel sobre a Guiné-Bissau, por parte do P. A. I. G. C. não envolve qualquer alteração ou desvio da sua linha política quanto ao conjunto dos dois territórios e quanto à luta que as suas populações estão travando contra o colonialismo e o imperialismo. A conferência de Imprensa de ontem respondeu terminantemente à insinuação de que «o P. A. I. G. C. teria podido impor, na mesa de conferência, a independência imediata de Cabo Verde». Eis a tese: o P. A. I. G. C. não impõe nada; o povo de Cabo Verde é que decide do seu destino e só agora se conjugam as condições para que a sua

vontade se formule e se expresse. Torna-se evidente que a suspeita sobre o comportamento do P. A. I. G. C. visa dividir os povos guineu e cabo-verdiano, e serve o colonialismo ao procurar desautorizar o partido que de armas na mão o derrotou na Guiné.

COMBATIVIDADE

A vitória do P. A. I. G. C. na Guiné-Bissau constitui um estímulo decisivo à implantação do movimento libertador nas ilhas de Cabo Verde: é o que se conclui da descrição da luta política de massas desenvolvida no arquipélago depois do 25 de Abril, com base nas estruturas clandestinas lançadas ao longo dos anos pelos militantes do Partido.

Antes do 25 de Abril, a situação em Cabo Verde caracterizava-se pela violência institucionalizada, pela acção brutal do aparelho policial-burocrático, pela miséria provocada pela exploração colonial, pela emigração forçada de milhares de trabalhadores jovens. Depois do golpe de Estado, as estruturas mantêm-se praticamente intactas, embora se verifique uma decompressão que procura evitar a radicalização das lutas. Mas o nível de combatividade das massas não deixa de aumentar. A possibilidade de mobilização criada com o golpe deu lugar a uma explosão popular extraordinária, que poderá parecer espontânea, mas que significa a forte radicação do P. A. I. G. C. no povo de Cabo Verde, sintetizou um dos intervenientes na conferência de Imprensa.

Já depois do 25 de Abril, registaram-se graves avançadas da repressão, que chegou a provocar um morto e muitos feridos entre manifestantes pró-P. A. I. G. C. na ilha de Santiago. Por outro lado, foi proibido o jornal «Alerta», que reflectia posições favoráveis ao movimento libertador, e arrancados jornais de parede, da mesma tendência, em S. Vicente.

Acrescenta-se à repressão o aparecimento de grupos fantoches de aparência autonomista mas ligados aos interesses colonialistas metropolitanos e locais. Os responsáveis do G. A. D. C. G. citaram a U. D. C. (União Democrática de Cabo Verde) e a U. P. I. C. V. (União Popular para a Independência de Cabo Verde), organizações que desenvolvem actividades, apesar da sua limitada projecção e nula representatividade popular.

Em relação a estes grupos, o P. A. I. G. C. procurará não entrar no confronto físico directo. Toda a linha do Partido se baseia no trabalho político na consciencialização e na mobilização das massas. A neutralização e isolamento dos grupos fantoches é efeito da radicação e desenvolvimento das nossas posições. No entanto, se esses grupos nos atacarem, como aconteceu em Lisboa

há poucos dias, certamente que organizaremos grupos de autodefesa asseverou ontem um simpatizante do P. A. I. G. C.

REFERENDO, NÃO!

O G. A. D. C. G. anunciou, como dissemos na edição de ontem, a chegada a Cabo Verde de três dirigentes do P. A. I. G. C., que ali coordenarão as múltiplas tarefas políticas em que se corporiza, neste momento, a luta pela conquista da independência.

Depois de sublinharem o «marco importante» que para a descolonização representa o acordo de Argel, e a «grande vitória» que é esta «formalização» de uma situação de facto já plenamente vivida na Guiné-Bissau, os responsáveis do G. A. D. C. G. dedicaram largo espaço da conferência de Imprensa ao combate à tese do «referendo» como processo de «autodeterminação» do povo cabo-verdiano. Contrapuseram-lhe então o plano que o programa do P. A. I. G. C. enuncia.

Foi preciso algum referendo para ratificar o regime português depois do 25 de Abril?, perguntou a simpatizante do P. A. I. G. C. encarregada de expor os traços gerais da questão; também não precisamos de referendo para sabermos que nos queremos libertar do jugo colonial que há quinhentos anos nos oprime. Propor um referendo para resolver a questão colonial, é objectivamente e na prática negar o direito à independência. Quem preconiza o referendo? Os saudosistas de um Império que está em extinção.

A FOME

No termo da reunião, um dos intervenientes insistiu na reforma agrária em Cabo Verde como necessidade imperiosa da construção do novo País, uma vez liberto da exploração colonial.

A miséria de Cabo Verde, a fome do nosso povo são produto apenas do colonialismo e da opressão. Para vivermos, temos de nos libertar da exploração colonial. Porquê pior do que aquilo está, só morrer!», exclamou.

A fome e a miséria são o que o colonialismo deu ao povo cabo-verdiano. Já em 1971, Amílcar Cabral intimava o Governo de Portugal «a abster-se de todas as iniciativas visando utilizar a fome como instrumento político e de repressão do movimento de libertação», e proclamava: **Homens, mulheres e crianças de Cabo Verde! Povo de Cabo Verde! Chegou a hora de mostrar à África e ao Mundo que queremos a nossa dignidade de homens e de africanos! Que não queremos a vida de miséria, de fome e de sofrimento que nos dão os colonialistas portugueses! Sob a bandeira gloriosa do nosso Partido, de mãos dadas com os nossos irmãos da Guiné, vamos reconquistar a nossa dignidade de homens e de africanos. Avante na nossa luta de Libertação!** A. O.

P.C.P.

O acordo de cessar-fogo na Guiné é propício à libertação de Moçambique e Angola

«1. O acordo de cessar-fogo na Guiné — «de jure», porque «de facto» ele era já uma realidade no próprio terreno de operações — e o acordo de transferência de poderes, juntamente com a marcação da data do reconhecimento do Estado da República Guiné-Bissau, que deverá ser anunciado no dia 10 de Setembro, são acontecimentos históricos de uma importância transcendente na luta libertadora dos povos oprimidos pelo colonialismo português e do nosso próprio povo que se libertou do regime fascista em 25 de Abril.

«Trata-se de uma grande vitória do povo da Guiné-Bissau, uma vitória que vem coroar muitos anos de dura luta, mas também de uma grande vitória do povo português, de todos aqueles que durante longos anos lutaram em Portugal pela liquidação do colonialismo e pelo fim das guerras coloniais, em primeiro lugar dos comunistas. O P.C.P., fiel aos princípios do internacionalismo proletário, e cumprindo simultaneamente uma tarefa nacional e patriótica do povo português, foi desde sempre o defensor intransigente do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e durante largos anos a única força que lutou consequentemente por esses princípios. E ainda uma vitória das forças democráticas portuguesas que fizeram do anticolonialismo uma vigorosa bandeira de luta e do M.F.A. cujo papel no processo de descolonização é de uma importância decisiva.

«O P.C.P. saúda calorosamente o P.A.I.G.C. por esta vitória conjunta dos nossos dois povos e reafirma, como sempre o fez em condições tão difíceis, a sua firme solidariedade com os patriotas guineus, uma solidariedade que se reforçou durante os longos anos de domínio colonial na luta contra um inimigo comum.

«2. O histórico acordo agora assinado em Argel é o resultado de toda essa heroica luta, é o produto das modificações políticas ocorridas no país com a criação do Segundo Governo Provisório e pela inscrição inequívoca no Programa do M.F.A. do reconhecimento do direito dos povos coloniais à independência.

«O repúdio de soluções neocolonialistas confirma a seriedade dos actuais governantes e o P.C.P. confia que a este primeiro passo para liquidar a herança colonial-fascista do antigo regime se sigam outros que, esmagando o terrorismo dos racistas brancos em Angola e Moçambique e assegurando ao mesmo tempo, de acordo com os movimentos de libertação, os legítimos direitos dos portugueses radicados nesses países, aplique-mos consequentemente a estes povos os mesmos princípios.

«A forma corajosa como os militares do M.F.A. souberam compreender, numa conjuntura política tão complexa, que essa era a única via justa para a dignificação do nosso povo aos olhos dos outros povos deve ser posta em relevo.

«Com o seu repúdio pelo colonialismo os militares portugueses mostraram como é possível sair com prestígio de uma situação que envergonhava Portugal aos olhos dos outros povos.

«Este primeiro grande êxito da luta anticolonialista abre o caminho à solução política do problema colonial no seu conjunto e é um incentivo aos esforços das massas populares para que seja activado e levado a bom termo o processo das negociações com os movimentos de libertação dos povos de Moçambique e Angola — o FRELIMO e o M.P.L.A. — e dos outros povos ainda submetidos ao colonialismo português, para o regresso à pátria tão rápido quanto possível de todos os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais ainda mobilizados nas colónias.

«O P.C.P., que sempre considerou complexa e difícil a solução do problema colonial, opôs firmemente às impaciências verbalistas uma política clara e consequente — a mais realista — para se pôr termo, no mais breve prazo possível, às guerras coloniais e ao colonialismo.

«3. Os primeiros contingentes de soldados, sargentos e oficiais já iniciaram o seu regresso à pátria vindos da Guiné, para o seu país libertado do fascismo, empenhando em consolidar e alargar os direitos e liberdades conquistadas e em destruir as manobras da reacção fascista derrotada. Esse comportamento foi e será um dos factores directos para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação

pacífica entre o povo português e o povo da República da Guiné-Bissau.

«O P.C.P., ao mesmo tempo que saúda estes militares, confia que eles serão em Portugal firmes defensores do processo de democratização nacional em curso.

«O regresso dos soldados deve ser apressado. Nenhuma outra causa que não seja de ordem militar ou técnica deve retardar a sua retirada da Guiné. Impedir ou dificultar a ponte aérea que deve trazer rapidamente para a pátria esses militares — e que a greve actual da TAP imposta ao conjunto dos trabalhadores por uma minoria esquerdizante, pode comprometer — seria uma coisa que certamente o nosso povo não compreenderia e condenaria.

«4. No dia 10 de Setembro será formalmente declarada a independência da República da Guiné-Bissau, dois dias antes da sua data nacional que é, ao mesmo tempo, a do 50.º aniversário do grande patriota e dirigente da luta do povo guineu assassinado por mercenários a soldo do colonialismo, Amílcar Cabral.

«O P.C.P. apela para que o nosso povo manifeste pelas formas mais diversas a sua alegria e regozijo por este passo histórico da nossa vida nacional — um passo necessário para o estabelecimento definitivo da Democracia, da Independência e da Liberdade em Portugal, e para o estabelecimento de relações fraternas entre os povos portugueses e guineus.»

ASTRÓLOGA ELGA

Trata e resolve todos os problemas e assuntos de sua vida, mesmo sendo os mais difíceis. Só senhoras. Tel. 77 43 43.

CURSO DE PINTURA LIVRE

Crianças dos 4 aos 14 anos. Mês de Setembro em Lisboa. Tel. 262294

NACIONAL

O DECRETO-LEI SOBRE O DIREITO À GREVE E "LOCK-OUT"

1. A Constituição Política de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional de 23 de Setembro de 1933 proibiram a greve e o «Lock-out», para os quais se estabeleceu minuciosa tipificação penal (Decreto-Lei n.º 23 870, de 18 de Maio de 1934).

A ruptura da ordem política vigente até ao dia 25 de Abril implica a revogação do regime de proibição da greve e do «Lock-out», em consonância aliás, com o reconhecimento das associações sindicais e patronais e dos princípios que encontram expressão adequada no Programa do Movimento das Forças Armadas, parte integrante da nova ordem constitucional (Lei n.º 3/74, de 14 de Abril).

2. No plano internacional e nos países onde é admitida a greve o actual estatuto jurídico é expressão de uma certa mas segura evolução no sentido do reconhecimento de garantias mínimas de defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, evolução estreitamente ligada à progressiva consagração da liberdade sindical e do direito ao sindicato e à actividade sindical.

Nesta perspectiva a greve é um factor de ordem económica e social que importa regular em ordem a determinar e estabelecer as formas e garantias do seu exercício e da defesa de outros direitos fundamentais.

3. O presente diploma evitando uma minuciosa regulamentação do exercício do direito à greve, estabelece porém, as grandes linhas de orientação e os limites do exercício de tal direito, conexionando-os com os princípios jurídicos da regulamentação das relações colectivas de trabalho e com os poderes do Governo no domínio da requisição e mobilização definidos em lei especial.

4. Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o

Governo Provisório decreta e eu promulgo para valer como lei, o seguinte:

DIREITO À GREVE E «LOCK-OUT»

Artigo 1.º

É garantido aos trabalhadores o direito à greve nos termos do presente diploma.

Artigo 2.º

Considera-se greve a recusa colectiva e concertada do trabalho tendente à defesa e promoção dos interesses colectivos profissionais dos trabalhadores.

Artigo 3.º

Não é permitida a greve:

- As forças militares e militarizadas;
- Aos magistrados judiciais;
- As forças policiais e guardas prisionais;
- Aos bombeiros.

Artigo 4.º

Aos servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou instituições de previdência, será reconhecido o direito à greve nos termos que vierem a ser definidos por lei especial.

Artigo 5.º

- É ilícita a greve que tenha como objectivo a modificação de contratos e acordos colectivos de trabalho, antes de expirado o seu prazo de vigência.
- O disposto no n.º anterior não se aplica aos contratos e acordos colectivos homologados antes de 25 de Abril de 1974.

Artigo 6.º

Considera-se ilícita a greve declarada com desrespeito do processo e acordos colectivos, bem como:

- A greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos;
- A greve de solidariedade que não interesse directamente à mesma profissão, a menos que exercida em apoio a trabalhadores da própria empresa.

Artigo 7.º

- Não é permitida a cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo.
- É proibida a ocupação dos locais de trabalho durante a greve, sem prejuízo de poderem os grevistas formar piquetes externos com vista a assegurar que o trabalho não seja exercido por trabalhadores estranhos à empresa.

Artigo 8.º

- A greve deve ser obrigatoriamente precedida de um período de negociações e de tentativa de conciliação ou mediação com a entidade patronal nunca inferior a 30 dias, contados a partir da data da apresentação por escrito das reivindicações.
- Quando não for regulado o sistema de solução dos conflitos colectivos, a mediação de que trata o n.º anterior será exercida por comissões «ad-hoc», constituídas por um representante do Ministério do Trabalho que presidirá e por dois representantes dos trabalhadores.
- A greve só poderá ser declarada se forem desatendidas total ou significativamente, as reivindicações dos trabalhadores.
- As reivindicações serão subscritas pela associação ou associações sindicais competentes.
- Quando as associações sindicais não representem a maioria do pessoal da empresa, a competência para apresentar reivindicações pertence às assembleias dos trabalhadores das empresas para esse fim reunidas.

Artigo 9.º

- A competência para desencadear a greve pertence às associações sindicais dos trabalhadores quando isolada ou conjuntamente representem a maioria do pessoal da empresa.
- Nas empresas em que a maioria do pessoal não esteja representada por associações sindicais, a assembleia dos trabalhadores poderá decidir a greve nos termos seguintes ou delegar essa competência em organismos intersindicais quando legalmente reconhecidos.

Artigo 10.º

- As decisões da assembleia dos trabalhadores a que se refere o n.º 2 do artigo anterior serão tomadas em escrutínio secreto e deverão obter mais de 50 por cento de votos da totalidade dos trabalhadores da empresa a quem a greve respeite, ao serviço à data da entrega das reivindicações a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º.
- No escrutínio estará presente um representante do Ministério do Trabalho.
- Para o efeito do n.º anterior deverá a comunicação correspondente dar entrada com a antecedência de um dia útil no Ministério do Trabalho ou na sua delegação mais próxima com a indicação da data, hora e local do escrutínio.

Artigo 11.º

- Decidida a greve, esta será comunicada à entidade ou entidades contra as quais é declarada com a antecedência mínima de 7 dias úteis, ou os necessários para assegurar que por efeito da interrupção não resultem danos para os equipamentos ou deterioração dos produtos em elaboração.
- A declaração de greve será acompanhada da definição clara dos seus fundamentos, da fixação precisa do seu objectivo e da identificação dos delegados de greve a que se refere o artigo 12.º
- As indicações constantes dos n.ºs anteriores serão comunicadas também ao Ministério do Trabalho ou sua delegação mais próxima com antecedência mínima de 7 dias úteis antes do início da greve.

Artigo 12.º

- As direcções das associações sindicais ou dos organismos intersindicais, bem como as assembleias de trabalhadores, conforme os casos, deverão designar ou eleger 3 a 5 delegados de greve.
- Os elementos de identificação dos delegados de greve designados ou eleitos nos termos do número anterior deverão ser enviados ao Ministério do Trabalho ou sua delegação mais próxima e à entidade contra a qual a greve é dirigida no prazo máximo de 2 dias, a contar da designação ou eleição.
- Os delegados de greve servirão de representantes dos grevistas junto da entidade patronal.
- Os delegados de greve, designados ou eleitos nos termos deste artigo, não podem ser despedidos sem justa causa durante o prazo de 6 meses após o termo da greve.

Artigo 13.º

- Além dos piquetes a que já se fez referência no n.º 2 do artigo 7.º, aos grevistas é permitida também a organização de comissões de recolha de fundos e de propaganda.
- Os grevistas podem desenvolver actividade que vise persuadir pacificamente a obtenção de adesão à greve dos trabalhadores que à mesma não hajam aderido.
- As actividades referidas nos números anteriores não podem ser exercidas no interior do estabelecimento.

Artigo 14.º

- É garantida a liberdade de trabalho dos não grevistas.
- Quando durar a greve não pode a entidade patronal substituir os grevistas por pessoas que, à data da entrega das reivindicações não estejam ligadas à empresa por um contrato de trabalho.

Artigo 15.º

As associações sindicais e os trabalhadores ficam obrigados a garantir, durante a greve e de acordo com as normas estabelecidas, os serviços necessários à segurança e manutenção das instalações sem prejuízo do disposto no artigo 7.º n.º 2, relativamente à ocupação dos locais de trabalho.

Artigo 16.º

- A greve suspende o contrato dos trabalhadores pela intervenientes sem prejuízo de observância das disposições aplicáveis na legislação sobre previdência.
- O tempo de suspensão conta-se para efeitos de antiguidade.

Artigo 17.º

- Para o efeito do presente diploma consideram-se empresas de utilidade pública:
 - Todas as que respeitem a indústrias essenciais à defesa nacional;
 - As instituições de crédito;
 - As que assegurem as comunicações e os transportes colectivos;
 - As que prestam cuidados hospitalares, médicos e medicamentosos;
 - As empresas funerárias;
 - As que prestam serviços de distribuição de água, leite e energia;
 - As de recolha de lixo.
- Para as empresas de utilidade pública referidas no número anterior, é de 10 dias a antecipação prevista no artigo 11.º n.º 1 do presente diploma.
- As associações sindicais e/ou os trabalhadores ficam obrigados a assegurar, durante a greve, os serviços das empresas de utilidade pública que vêm definidas, por forma a garantir a satisfação das necessidades mais urgentes.

Artigo 18.º

Durante a greve deve continuar a negociação e a mediação entre os representantes dos trabalhadores e das entidades patronais com vista a abreviar a sua duração.

Artigo 19.º

A suspensão do contrato de trabalho nos termos do artigo 16.º cessa: a) Pela conclusão do acordo entre as partes; b) Quando as associações ou assembleias competentes para declararem a greve decidirem a sua cessação.

Artigo 20.º

- Não é permitido às entidades patronais recorrer ao encerramento total ou parcial da empresa para impor condições de trabalho aos trabalhadores ao seu serviço.
- As pretensões das entidades patronais serão resolvidas nos termos que vierem a constar da lei sobre conflitos colectivos de trabalho.
- Enquanto não for regulado o sistema de conflitos colectivos, as pretensões das entidades patronais que sejam desatendidas pelos trabalhadores ou seus organismos representativos, serão examinadas por comissões «ad hoc» constituídas nos termos do n.º 2 do artigo 8.º.

Artigo 21.º

As entidades patronais apenas poderão proceder ao encerramento da empresa: a) Quando seja declarada uma greve que não obedeça ao condicionalismo previsto nos artigos anteriores; b) Quando se verifique a ocupação dos locais de trabalho em infracção do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do presente diploma; c) Quando se verifique, por parte dos trabalhadores, actos de destruição ou deterioração voluntária de mercadorias, de matérias-primas, equipamentos e instalações; 1) Quando, por razões de ordem técnica, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, se verifique a impossibilidade de continuação de laboração.

Artigo 22.º

O encerramento sem características de luta laboral é regulamentado nos termos gerais da lei do contrato de trabalho.

Artigo 23.º

- A entidade patronal notificará os trabalhadores do «lock-out» em prazo não inferior a 7 dias úteis, com indicação circunstanciada das razões que levaram a tomar tal decisão, sendo dispensado o prazo nos casos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 21.º
- Idêntica notificação e com igual antecedência deverá ser feita ao Ministério do Trabalho ou à sua delegação mais próxima.

Artigo 24.º

O exercício do «lock-out», nos termos deste diploma, suspende o contrato de trabalho.

Artigo 25.º

- Se se verificar que o encerramento não obedece às condições previstas no artigo 21.º, deverá o Ministério do Trabalho ordenar a continuação do funcionamento da empresa.
- A decisão será tomada depois de ouvidos a entidade patronal e os representantes dos trabalhadores.
- O «lock-out» deve cessar logo que possa ser assegurada a laboração das empresas, ou que cessem as suas causas referidas no artigo 21.º alíneas b) e d).

Artigo 26.º

Nas empresas de utilidade pública referidas no artigo 17.º não é permitido o «lock-out».

Artigo 27.º

- O Governo poderá, nos termos de lei especial, determinar em circunstâncias particularmente graves, as medidas de requisição e mobilização necessárias para assegurar o funcionamento dos serviços de interesse público e para evitar situações de perigo para a economia nacional.
- Até à publicação da lei referida no número anterior, poderá o Conselho de Ministros determinar aquelas medidas.

Artigo 28.º

- Aqueles que desencadearem, mantiverem ou impedirem greves ou «lock-out» servindo-se de violência, ameaça ou coacção sobre os trabalhadores ou entidades patronais serão punidos com prisão até 6 meses.
- Os promotores das reuniões, delegados de greve e associações sindicais que não notifiquem o Governo, nos termos dos artigos 10.º n.º 4 e 11.º n.º 3 do presente diploma serão punidos com multa de 500\$00 a 10 000\$00, que será elevada ao triplo no caso do artigo 17.º n.º 3.
- Os empresários que não façam a notificação prevista no artigo 23.º n.º 2, serão punidos com multa de 10 000\$00 a 200 000\$00.
- O presente artigo não prejudica a aplicação de penas mais graves estabelecidas na lei geral, ficando também ressalvada a responsabilidade civil e disciplinar pelos actos praticados.

Artigo 29.º

- Enquanto não for reestruturada a organização judiciária do País serão competentes os Tribunais do Trabalho para decidir todos os litígios emergentes da aplicação do presente diploma.
- Nos casos de ilícito criminal, incluindo a aplicação das sanções do artigo anterior, são competentes os tribunais comuns.

Artigo 30.º

O presente diploma será revisto obrigatoriamente antes de um ano a contar da sua entrada em vigor e integrar-se-á no diploma sobre soluções dos conflitos colectivos de trabalho.

Artigo 31.º

Ficam revogados os artigos 170.º e 277.º do Código Penal, bem como o Decreto-Lei n.º 23 870 de 18 de Maio de 1934.

Trabalhadores do calçado

O novo contrato colectivo dos trabalhadores empregados no sector do calçado, nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa e Porto, deverá ficar acordado no próximo sábado, após difíceis negociações com os representantes do Grémio de Industriais daquele ramo de actividade.

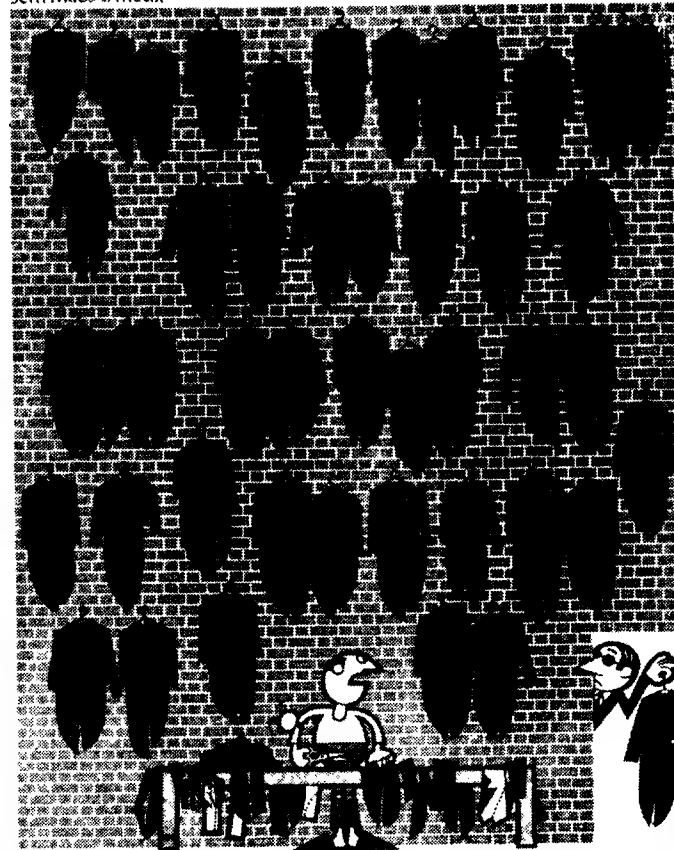
As alterações no contrato em vigor deverão incidir sobre salários, subsídios de férias e de Natal.

26 O 25 DE ABRIL

Por João Abel Manta

POSTER A CORES (76 x 61,5 cm) — PREÇO 45\$00

sem mãos a medir



'Não me chateia! Já disse que só lhe posso virar a cabeça às novas Setembro'

A VENDA NA DELEGAÇÃO «DL» NOS RESTAURADORES, 7
LIVRARIA FIGUEIRINHA, Praça da Liberdade, 68 — PORTO
(NÃO SE EXIGE CERTIFICADO DA JUNTA)

(Os direitos de autor destinam-se ao Movimento Democrático de Artistas Plásticos)

Maison Louvre

ROSSIO, 106

SALDA

Comércio de aviões de guerra: a grande batalha

PARIS, 28, (ANI) — Uma das maiores batalhas na história da aviação militar está a ser travada — em várias salas de conselho, nas chancelarias e nos

A Romênia na Imprensa chinesa

PEQUIM, 28 (F.P.) — Ao anunciar na primeira página o regresso da delegação chinesa que assistiu em Bucareste às celebrações do 30.º aniversário da libertação da Romênia, a Imprensa de Pequim em momento algum se referiu à presença do presidente do conselho soviético Alexei Kossyguine nessas comemorações, ao lado do vice-primeiro-ministro chinês Li Hsein-Nien.

Ao assinalar, no relato que fez das cerimónias de Bucareste, a participação dos países socialistas, a agência «Nova China», destacou, com efeito, a presença das delegações chinesa, norte-coreana e norte-vietnamita, limitando-se a falar, em relação às restantes, das delegações dos «outros países». Absteve-se por outro lado de registar os agradecimentos de Nicolae Ceausescu, chefe do P.C. e do Estado romeno, à URSS pelo papel que as tropas soviéticas desempenharam na libertação da Romênia. Em contrapartida, a «Nova China» pôs em foco a reafirmação, por Ceausescu, dos princípios do respeito pela soberania e pela não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Num desfile militar organizado a semana passada em Bucareste no âmbito das comemorações, Kossyguine e Li Hsein-Nien tomaram lugar na tribuna respectivamente à direita e à esquerda de Nicolae Ceausescu. Foi a primeira vez desde há cinco anos que altos dirigentes da URSS e da China se encontraram num mesmo local, a poucos passos um do outro.

Gerald Ford convidado a visitar Bucareste

BUCARESTE, 28 (R.) — O secretário da Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos, Caspar Weinberger, reuniu-se ontem com o presidente romeno Nicolae Ceausescu para lhe dar a garantia pessoal do presidente Ford da continuação da política estrangeira dos Estados Unidos.

Weinberger, que se encontra em Bucareste a tomar parte na conferência sobre população mundial da ONU, declarou aos jornalistas que Ceausescu havia convidado o presidente Ford a visitar a Romênia.

Richard Nixon foi o primeiro presidente norte-americano a deslocar-se à Romênia, em 1969.

O secretário da Saúde dos Estados Unidos propôs que a Romênia e os Estados Unidos iniciassem um programa de permuta de professores de liceu, como forma para aumentar as relações entre os povos dos dois países, mas tal projecto não recebeu resposta imediata do dirigente romeno.

gabinetes do Governo da Europa e dos Estados Unidos.

Estão em jogo contratos para cerca de 150 aviões de guerra no total de 3,6 biliões de dólares, e uma fortuna em vendas seguintes.

O magnate francês dos aviões, Marcel Dassault, construtor do jacto de combate «Mirage», afirmou esperar conseguir ganhar um terço do mercado na corrida de competição principalmente entre fabricantes franceses e norte-americanos.

A Holanda, a Bélgica, a Dinamarca e a Noruega procuram novos aviões para substituir os seus modelos desactualizados.

Em consideração estão o Northrop YF 17 Cobra e o general Dynamics YF 16, ambos dos Estados Unidos, o «Mirage F1 M53» da França, o «Viggen» sueco fabricado pela Sab, e o «Jaguar» franco-britânico. O «Mirage» e o «Cobra» são os favoritos.

Dassault pensa que não haverá um único vencedor.

«Penso que a França tem quase a certeza de conseguir um terço do mercado» — afirma.

«Se a Holanda escolher o Northrop, não ficarei surpreendido, porque os holandeses sempre preferiram aviões americanos. Mas penso que isto não será muito grave para o resultado final. A Noruega e a Dinamarca não tomaram ainda uma decisão e os belgas estão bastante interessados no «Mirage F1 M53». Nesta operação, parece-me possível que os países que querem substituir os seus aviões de combate fiquem com dois ou três tipos de aviões diferentes».

O que está em causa é de tal ordem que um adido militar norte-americano em Bruxelas

— cenário da tomada de decisão dos países compradores — ironizou: «Toda a gente está a fazer voar tudo o que tem, até os irmãos Wright».

Apesar da confusão, a revista francesa «L'Express» noticiou um limite de escolhas.

«Os holandeses escolherão possivelmente o Cobra. Os belgas inclinam-se para o lado do Mirage» — escreve o «O'Express».

«Repatriar o mercado teria a vantagem de evitar novas tensões entre Paris e Washington. Mas o tamanho do mercado, os interesses em jogo, a premente necessidade de estandarizar o equipamento militar, exige sem dúvidas uma escolha esclarecida» — concluiu «O'Express».



Artilharia, infantaria e força aérea de Israel, em «grandes manobras no deserto do Sinai. Na foto, carros de assalto fazem exercícios (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

A “pragmática” brasileira frente ao caso cubano

BRASÍLIA, 28 (Por Hector Kuperman, da EFE — E provável que a alteração da posição brasileira frente ao «caso cubano» — tal como é denominado nos círculos oficiais — fique resolvida em princípios do próximo ano. Esta a informação que corre em Brasília, obtida em círculos autorizados, em comentário ao restabelecimento recente das relações diplomáticas entre o Panamá e a Havana.

Diversos sectores governamentais entendem, com efeito, que é ainda cedo para tratar da situação, porque o problema cubano é apenas uma questão de «timing», para utilizar a palavra hoje comum ao calão político norte-americano.

Esta questão de «tempo» (ou melhor: de «ganhar tempo», para formular uma tradução correcta do espírito da palavra inglesa) parece estar vinculada à reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros deste hemisfério, que deve realizar-se em Março do próximo ano em Buenos Aires.

Nessa reunião — acrescenta-se nos círculos políticos de Brasília — será possível traçar um quadro — preciso e precioso — das posições assumidas ao longo dos últimos anos pelos países latino-americanos perante Cuba. E entende-se que é prematura qualquer antecipação a esse encontro. No entanto, a declaração, na semana passada, do diplomata norte-americano Jack Kubisch, que admitiu a possibilidade de uma modificação na política de Washington relativamente a Cuba, veio trazer uma reactualização ao problema.

Nos corredores do Itamarati mantém-se absoluto silêncio sobre Cuba. Mas este silêncio não significa que o Brasil persista na linha de oposição sistemática a Havana. Talvez pelo contrário. Uma pista da evolução que pode operar-se — ou está a operar-se — surgiu na última reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington.

O chanceler argentino, Alberto Vignes, anunciou o desejo do seu Governo, de que haja uma presença cubana na reunião dos chanceleres america-

nos, em Março de 1975, em Buenos Aires.

Perante a declaração argentina, a delegação brasileira manteve absoluto silêncio, um silêncio que os delegados argentinos interpretaram como apoio positivo, embora nem sempre seja certo, evidentemente, o ditado que afirma que «quem cala consente»...

No entanto, recorde-se que, posteriormente, o Brasil não formulou qualquer objecção à admissão de Cuba no bloco latino-americano para a Conferência do Mar, em Caracas. E essa atitude foi mesmo explicada: o Brasil deseja «acompanhar o consenso geral».

Deve acrescentar-se ainda a este panorama o facto de ter iniciado a diplomacia brasileira da era do «pragmatismo responsável», por várias vezes defendido pelo ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira. E este «pragmatismo responsável» não tem cessado de ser posto em prática pelo governo do presidente Ernesto Geisel, que assumiu poderes em 15 de Março deste ano, enquanto o governo anterior, de Emílio Médici, se guiava antes nas águas diplomáticas pelas «fronteiras ideológicas» — posição que hoje parece totalmente superada pela

dinâmica dos acontecimentos mundiais.

Um velho diplomata sul-americano, em conversa com este cronista, teve esta observação: «Assim como pode produzir-se uma alteração no plano cubano de exportar a sua revolução para a América Latina, assim também pode modificar-se a posição dos vários países que até a um passado recente se opunham ao retorno da Havana ao concerto interamericano».

O nosso interlocutor recordou depois que os «Estados Unidos já iniciaram a viagem», referindo-se à declaração de Kubisch.

Como dado estatístico, pode-se acrescentar-se ainda que são sete os países da área que já reiniciaram relações diplomáticas e comerciais com Cuba: Argentina, Barbados, Peru, Panamá, Jamaica, Guiana e Trinidad, além do México, que sempre teve a sua embaixada aberta na Havana e não efectuou a ruptura decretada pela OEA. Finalmente observadores nomeiam a Venezuela, a Costa Rica, as Honduras, a Colômbia e o Equador como os países que mais provavelmente estarão dispostos a seguir pelo caminho do regresso à ilha das Caraíbas.

O “mal de Minamata”

TÓQUIO, 28 — (F.P.) — O «Mal de Minamata», o caso mais trágico de poluição conhecido até hoje, continua a causar novas vítimas não só na baía de Minamata mas também noutras cidades do Japão Ocidental.

Até agora, perto de 700 pessoas foram oficialmente declaradas atingidas por esta doença, enquanto 245 outras são-lho provavelmente dentro em breve, estando a ser observadas. Segundo os especialistas, os doentes foram envenenados pelo mercúrio proveniente dos esgotos industriais que correm para a baía de Minamata e que contaminou o peixe e os mariscos.

Os técnicos japoneses do meio ambiente qualificam o drama de Minamata como «génese da poluição», devido às proporções do caso e às controvérsias que suscitou na política do meio ambiente no Japão.

Foi em fins dos anos cinquenta que várias crianças de Minamata começaram a sofrer de pa-

ralisia dos braços e das pernas. Muitas delas morreram no hospital ou em suas casas, sem que se soubesse a origem daquele mal misterioso.

Os sobreviventes ficaram sofrendo de sérias deformações e a maioria deles passaram a viver deitados, incapazes de se moverem. O caso surgiu à luz do dia em Maio de 1956, quando mais quatro pessoas foram atingidas por uma doença aparentemente com a poliomielite, enquanto dezenas de outras apresentavam os primeiros sintomas. Uma equipa da faculdade de medicina de Kumamoto chamou a si o caso e começou a realizar estudos intensos.

No fim desse ano (1956), 53 pessoas já tinham contraído a doença e dez tinham sucumbido. Durante o Verão de 1959, os investigadores tinham adquirido a certeza de que as vítimas tinham morrido em consequência da acumulação de mercúrio no cérebro.

EXTERNATO GIL VICENTE

RUA GENERAL GARCIA ROSADO, 10 R/C
Junto ao Hospital da Estefania Telef. 56 27 58

ADULTOS

AULAS DE MANHÃ TARDE E NOITE
ABERTAS AS INSCRIÇÕES PREÇOS ACESSÍVEIS

PASSAPORTES COM RAPIDEZ

Wagons-Lits/Cook

14 LOJAS

LANIDOR

EM

SALDOS

29 - 30 - 31 AGOSTO

ESTRANGEIRO

GISCARD D'ESTAING NA ORTF

A Europa deve confiar apenas em si própria

PARIS, 28 — (R) — O presidente Valéry Giscard d'Estaing, fazendo, surpreendentemente, recordar antigas atitudes francesas em relação aos Estados Unidos, pediu a realização de uma cimeira do Mercado Comum para se encorajar a unidade europeia, visto a «Europa apenas poder confiar em si própria».

O apelo para a cimeira, feito ontem à noite, durante um discurso proferido pela televisão, três meses depois de Giscard d'Estaing ser investido, há muito que era aguardado, mas as razões do presidente para o fazer provocaram agitação.

Giscard d'Estaing disse que ficara espantado com a ausência da palavra «Europa» nos discursos do ex-presidente Nixon e do actual presidente Gerald Ford durante a mudança de chefia nos Estados Unidos.

A observação foi muito mais dura do que as críticas frequentemente cáusticas feitas por Michel Jobert, o ministro dos Negócios Estrangeiros do falecido presidente Pompidou, que, durante a guerra de Outubro no Médio Oriente, afirmou que os Estados Unidos e a União Soviética tinham tratado a Europa como «se não existisse».

A declaração de Giscard d'Estaing foi ainda mais surpreendente por causa das suas diligências para melhorar as relações com Washington desde que assumiu o seu alto cargo.

Até ontem à noite, abandonara o hábito dos últimos Governos franceses de achar erros em

muita da política externa norte-americana.

Observadores salientaram que bastara ao ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues, ter um breve encontro, durante um almoço, com o secretário de Estado norte-americano, dr. Henry Kissinger, em Ottawa, em Junho último, para resolver a disputa sobre consultas prévias entre aliados da NATO, que tinha envenenado, durante meses, as relações franco-americanas.

Esses observadores notaram, porém, com interesse que a primeira reacção no estrangeiro ao apelo de Giscard d'Estaing para uma cimeira europeia viera de Londres e que fontes britânicas bem informadas acolheram com agrado a iniciativa francesa, embora advertindo que não se deveria transformar numa manobra anti-americana.

Não se espera que a cimeira se efectue senão depois das eleições gerais britânicas, aguardadas em qualquer data de Outubro, e até o novo Governo britânico, que surgirá da consulta às urnas, ser formado.

Outra razão de Giscard d'Estaing para pedir maior unidade europeia — o conflito de Chipre — sublinhava a preferência do Governo pela Grécia em relação à Turquia.

O presidente notou que, como estava actualmente constituído, o Mercado Comum fora impotente para evitar a luta em Chipre, a despeito do facto de tanto a Grécia como a Turquia terem



acordos de associação com a Comunidade Económica Europeia.

Aludindo à Grécia, Giscard d'Estaing declarou: «Devemos à Grécia grande parte da nossa civilização, o que explica o afecto que a França tem pelo seu povo».

SILÊNCIO DE WASHINGTON

WASHINGTON, 28 — (FP) — As declarações do presidente Giscard d'Estaing em que afirma não parecer o presidente Ford, tal como o seu predecessor, preocupar-se grandemente com a Europa, ainda não originaram nenhum comentário nos meios americanos autorizados, mas são acolhidas com interesse e até com surpresa.

Chipre

Reúne-se amanhã o Conselho de Segurança

NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, 28 — (UPI-ANI e F.P.) — O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve reunir-se amanhã para discutir a questão de Chipre, segundo foi anunciado oficialmente naquela organização internacional.

O pedido da reunião foi feito pelo embaixador cipriota Zenon

Rossides, o qual teve também ontem conversações com o presidente do Conselho de Segurança, que é este mês o soviético Yakov Malik.

Um porta-voz da delegação cipriota justificou a reunião como destinada a chamar a atenção para o problema dos refugiados e muito particularmente para o que está a acontecer com a expulsão pela força e terror de toda a população cipriota grega no território invadido.

Entretanto Kurt Waldheim já chegou a Nova York proveniente de uma viagem a Chipre, Grécia, Turquia e Inglaterra (os principais intervenientes na questão), mas não fez qualquer declaração.

Na escala em Atenas, porém, Waldheim afirmou que os turcos desejavam que Chipre continuasse a ser um Estado independente, soberano, não-alinhado, mas «dotado de duas administrações diferentes».

A F.N.L.A. EM BUCARESTE: Angola poderá alimentar 50 milhões de habitantes

BUCARESTE, 28 — (FP) — O representante da Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.) à conferência sobre População Mundial que decorre em Bucareste, sob o patrocínio da O.N.U., declarou que Angola, com as suas riquezas e o seu território em parte inexplorado, poderá alimentar 50 milhões de habitantes.

Tangisina Kuzayiladio, o citado representante da F.N.L.A., acrescentou que, enquanto Angola não se tornar independente, esses problemas devem passar para segundo plano, a fim de que todos os esforços sejam desenvolvidos no sentido da obtenção da liberdade.

Um representante da Guiné-Bissau, Pedro Lopes, declarou, por sua vez, que o problema da população é, acima de tudo, uma questão de nutrição deficiente, de doença, de opressão e de exploração colonial.

Entretanto, o «Plano de Acção» das Nações Unidas, depois de emendado, foi apresentado à conferência reunida em sessão plenária. Os delegados deverão chegar a um acordo quanto aos 93 capítulos do documento, o que, tendo em conta as divergências de opinião até agora registadas, se afigura particularmente difícil.

Para acelerar os trabalhos, haverá sessões nocturnas. Na reunião de ontem, o representante da China Popular, Yu Wang, atacou a delegação soviética, acusando a U.R.S.S. de concentrar tropas nas suas fronteiras com a U.R.S.S. e afirmando que «o maior perigo de guerra provém antes de mais do social-imperialismo».

Mais de mil prisões na Rodésia

SALISBURY, 28 — (R) — As autoridades prenderam 1262 pessoas ligadas a actividades de guerrilheiros junto da fronteira nordeste da Rodésia, durante o ano passado, segundo revela o relatório anual da Polícia publicado hoje.

O documento diz que 1331 casos de «actividades terroris-

tas» na área foram investigados nesse ano, sendo esclarecidos 1124 deles.

As prisões foram efectuadas em ligação com crimes, desde assassinio e ataques contra herdeiras a auxiliar ou deixar de comunicar a presença de guerrilheiros.

Kissinger na China no fim do ano

WASHINGTON, 28 — (EFE/ANI) — O secretário de Estado, Henry Kissinger, espera visitar a China em fins do ano ou princípios de 1975 — informaram representantes oficiais.

Antes de que Kissinger vá a Pequim, ele irá este Outono, uma delegação do Congresso, presidida por William Fullbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Se bem que as relações comerciais entre os dois países tenham aumentado 15 vezes desde a diplomacia do «ping-

pong», os contactos políticos não progrediram ao mesmo ritmo.

Pequim tem-se queixado de que os Estados Unidos ainda não resolveram o problema da Formosa, onde têm uma embaixada, enquanto em Pequim só mantém um serviço de ligação.

A viagem de Kissinger é interpretada como uma indicação dos Estados Unidos à China no sentido de que as coisas não mudaram e se continuará a política de abertura da administração de Nixon.

A nave soviética prepara-se para regressar à Terra

MOSCOVO, 28 (R) — A nave espacial soviética Soyuz-15 está a terminar o seu voo e a preparar-se para regressar à Terra, segundo anunciou hoje a TASS.

A agência noticiosa não explicou por que razão a Soyuz-15, lançada na segunda-feira, à noite, efectuava uma missão tão curta, aparentemente sem atra-

car à Salyut 3, o laboratório espacial soviético, como se aguardava.

Observadores de Moscovo, dizem que, baseados nos dados que conheciam da Soyuz-14, os astronautas da Soyuz-15 teriam atracado à Salyut 3, às primeiras horas de hoje.

A TASS revelou que a Salyut 3 continuaria a voar automaticamente de acordo com o pro-

grama actual.

Disse que a Soyuz-15 estaria fora da zona de contacto pela rádio até às 16 horas locais (14 de Lisboa) e que os astronautas descansariam.

Nas últimas 24 horas os dois astronautas experimentaram técnicas de pilotagem da nave «em fases diferentes de voo».

A TASS disse ainda que os dois astronautas, Gennady Sarafonov, de 32 anos, e Lev Demin, de 48, se aproximaram «muitas vezes» da estação espacial em órbita e a inspeccionaram.

Contudo, a agência noticiosa não aludiu a uma acoplagem com a Salyut 3, que se esperava geralmente em Moscovo ser a missão principal da Soyuz-15.

A última nave soviética, a Soyuz-14, que foi lançada para uma órbita terrestre, no mês passado, atracou à Salyut 3 e os dois astronautas que a tripulavam passaram uma semana no laboratório espacial soviético.

MORREU O "PRÍNCIPE NEGRO"

CADIZ, 28 — (FP) — O príncipe italiano Valerio Borghese, conhecido neofascista, morreu, segunda-feira, numa clínica de Cádiz, anuncia a agência «Europa Press». O cognominado «Príncipe Negro» passava as suas férias em Espanha. Nascera há 68 anos.



Homens e mulheres da Marinha dos Estados Unidos da América do Norte podem agora viver nas mesmas barracas do Forte Dix. Nas mesmas barracas mas em andares alternados, conforme pronto esclarecimento dos dirigentes da Marinha (Telefoto UPI-Telimprensa)

SADAT BREVEMENTE EM MOSCOVO ?

BEIRUTE, 28 — UPI-ANI

— O presidente Anwar Sadat do Egipto visitará em breve Moscovo para conferenciar com dirigentes do Kremlin sobre questões bilaterais e sobre a situação no Médio Oriente — anuncia o jornal «Beirut», da capital libanesa.

O jornal acrescenta que uma das principais razões para a deslocação de Sadat a Moscovo era arranjar meios de exercer pressão sobre Washington, de modo que os Estados Unidos por seu turno pressionem Israel.

ATAQUES PALESTINIANOS

DAMASCO, 28 — (R.) — Comandos palestinos disseram terem infligido pesadas baixas aos israelitas numa série de operações ontem levadas a efeito em Israel e no território árabe ocupado pelos israelitas e que quatro dos seus homens haviam sido feitos prisioneiros depois de serem feridos.

A agência noticiosa palestina WAFA citou um porta-voz

dos guerrilheiros como tendo dito que os comandos travaram uma feroz batalha com as forças israelitas entre Toubas e Jenin, na margem ocidental ocupada do Jordão. Acrescentou que a batalha na qual os israelitas utilizaram helicópteros, durou algumas horas.

Quatro dos comandos, que utilizaram foguetes, metralhadoras e granadas de mão, foram alvejados e depois aprisionados.

O porta-voz informou também que os comandos levaram a cabo duas operações nas áreas de Netanya e Haifa, infligindo aos israelitas pesadas perdas em homens e material.

Entretanto, em telegrama datado do Cairo a F.P. informa que Mahmud Riad, secretário-geral da Liga Árabe, recebeu na terça-feira uma mensagem de Yasser Arafat pedindo-lhe para informar os países membros da organização Pan-Árabe de que a OLP (Organização da Libertação da Palestina) tinha decidido apresentar o problema palestino à Assembleia Geral das Nações Unidas como um problema separa-

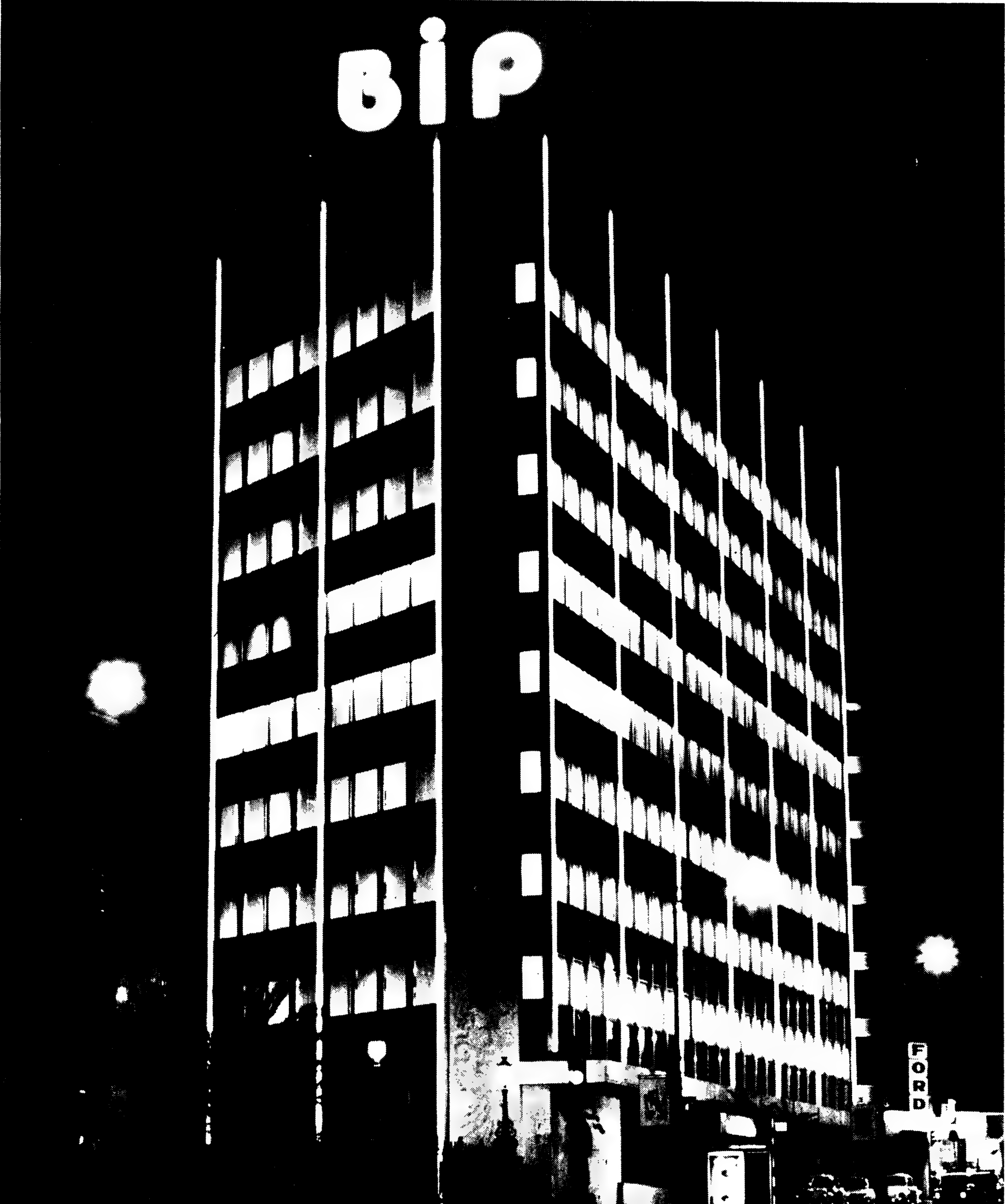
do da crise do Médio Oriente.

Indica-se na capital egípcia que Arafat pediu também a inclusão da questão da Palestina na ordem do dia da reunião do conselho da Liga Árabe, marcada para Setembro.

INCIDENTE ISRAELO-SOVIÉTICO

TELEVIVE, 28 — (F.P.) — Deu-se outro incidente naval entre unidades soviéticas e israelitas, terça-feira no Canal de Suez declarou à noite o ministro da Defesa Shimon Peres, a uma delegação do Apelo Judaico Unificado Americano. Em resposta aos avisos de duas unidades pequenas israelitas, dois dragaminas soviéticos em vez de se retirarem das águas territoriais do Sinai dominadas por Israel, apontaram fortíssimos jactos de água aos barcos israelitas, mas isso não intimidou os seus marinheiros e os soviéticos acabaram por retirar.

Entretanto, anuncia-se nesta capital que terminaram ontem à tarde as manobras militares iniciadas 48 horas antes.



Bip

Bip

BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS

MUDOU OS SERVIÇOS CENTRAIS
DA SUA SEDE PARA A

Av. FONTES PEREIRA DE MELO, 7-13 - LISBOA 1

UM BANCO COM MUITO PARA FAZER (CONSIGO!)

TELEFONES: 53 15 95 - 53 25 93 - 53 25 09 - 53 44 83 - 53 46 40 - 56 18 18 - 56 19 13 - 56 22 00 - 56 22 48 - 56 23 66 - 56 26 40 - 56 27 55

**muito antes
de v. escolher a sua nova casa
já tínhamos pensado
em si!**



**Chegamos sempre a tempo a toda a parte
onde contam com os nossos serviços.
Distribuir bem electricidade é a nossa vocação.**

**COMPANHIAS REUNIDAS
GÁS E ELECTRICIDADE**
as duas forças da comodidade



técnicas e homens em acção permanente ao serviço do consumidor

MULHER

Por
GINA DE FREITAS



Maria Júlia

A força ignorada das companheiras que se mantiveram na sombra — 5

Muitas dessas companheiras representaram de facto uma força ignorada e silenciosa. Sem intervenção, mas presente. Milhares de companheiras cujo drama continuará na sombra. Muitas delas sem terem sequer uma noção exacta do papel que representaram. Como Maria Júlia, uma mulher simples e corajosa, que hoje recorda o passado difícil com um sorriso de tranquilidade. «A minha mulher sofreu muito, foi uma companheira extraordinária, mas ela nem se apercebe do valor que tem, julga-se sempre inferior às outras pessoas», disse-nos Manuel Pedro, um homem marcado pela doença e pelos anos difíceis que viveu na prisão, mas que soube manter intacto o poder de luta e de permanente actividade numa causa em que empenhou a sua vida.

— Eu quando casei nem sabia o que era política, diz Maria Júlia a sorrir. Casei muito nova, tinha dezoito anos e o meu marido 20. Eramos duas crianças. Mas fomos muito felizes um com o outro. Nunca houve nada. Já eu tinha 24 anos a primeira vez que ele foi preso. Ele

tinha ido fazer uma viagem e quando veio é que eu fiquei grávida pela segunda vez, pois já tínhamos a nossa filha mais velha. Estava no sexto mês de gravidez quando o prenderam. Como já disse, eu não sabia o que era política. Quer dizer, o meu marido nunca me falou de nada. Eu achava que havia ali qualquer coisa de bom, porque não há dúvida nenhuma que ele foi sempre bom e era impossível que se metesse em coisas más, mas eu estava com os olhos completamente fechados. Dessa vez ele esteve só três meses preso. Saiu no dia 10 de Maio. Eu tinha ido à António Maria Cardoso e quando lá cheguei eles disseram: «A senhora vá para casa que tem lá hoje o seu marido». Eu ia por aquelas ruas a correr, numa alegria tão grande que ia sendo atropelada.

Os pides nunca a trataram mal nem lhe fizeram interrogatórios?

— Não. Só uma vez no Aljube, um homem feio que eu sei lá, é que me perguntou: «Então o seu marido foi à Rússia, não foi?» Eu disse-lhe que sabia que ele tinha ido a França, mas mais na-

da. Ele não gostou da minha resposta e resmungou qualquer coisa. Depois, quando ele foi preso pela segunda vez já a minha filha do meio ia fazer um ano. Aquela menina que ali está quase nunca teve um pai ao pé dela. Só durante dois anos, nos 16 que ela tem.

— Quantas prisões teve o seu marido?

— Teve três. Ao todo fez onze anos de prisão. A primeira foi muito pequena, só três meses, na segunda apanhou 2 anos e um mês, mas esteve lá 5 anos e 7 meses, e da terceira foi até ao 25 de Abril. Quando ele foi preso pela segunda vez foi o pior tempo que nós tivemos. Tinha ele dois anos de prisão quando faleceu o meu pai, de maneira que eu tive que ir trabalhar. Enquanto ele foi vivo nunca me deixou trabalhar, porque eu tenho uma epilepsia desde os 14 anos. O primeiro ataque que tive julgaram que tinha sido um desmaio. Depois tive o segundo ataque aos 18 anos, no sétimo mês de gravidez. E daí para a frente comecei a ter ataques com frequência. Na altura de nascer a minha filha mais nova é que tive um grande ataque, estávamos nós na clandestinidade.

Tenho que fazer sempre um tratamento, tomo 3 comprimidos por dia. Se não tomar, caio. Agora há já 6 anos que não tenho ataques e há pouco até fiz um exame à cabeça e a médica disse que eu estou a ficar melhor.

— Portanto durante a segunda prisão do seu marido é que a sua vida foi mais difícil, não é verdade?

— Depois da morte do meu pai, eu tive que ir trabalhar e nessa altura ganhava um conto de réis para cinco pessoas, duas filhas, a minha mãe e um sobrinho que vivia comigo. Era miúdo, tinha catorze anos, mas também teve que começar a trabalhar para ajudar. O meu pai era polícia e a pensão da minha mãe eram 300\$00. Trezentos escudos era a renda da casa e depois o que é que ela comia?

— Como conseguiram sobreviver?

— Ora, passámos fome. As meninas não, porque eram miúdas e nós lutámos por isso. Às vezes lá íamos comer a casa dos meus irmãos... Era como se enchessemos a barriga. De maneira que... foi viver, não é?

— E nunca se revoltou contra as ideias do seu marido?

— Não! Quando ele saiu pela segunda vez ele explicou-me as coisas e eu achei que a vida dele tinha de ser aquela. A vida do povo. O povo precisa de ajuda e nós todos temos que lutar por isso.

— Em que altura foram para a clandestinidade?

— Da segunda vez o meu marido saiu a 14 de Dezembro e fomos para a clandestinidade no dia 8 de Junho, em 65. Estivemos lá quatro anos e meio. A minha filha foi comigo, mas na terra onde estávamos a professora mandou uma pessoa bater à porta para saber quantos miúdos havia e eu como não podia dizer até respondi mal à moça que lá foi. Depois caí em mim e fui falar com a professora e pedir-lhe desculpa. Eu tinha sido malcriada, mas não podia explicar que estava nervosa, porque nós andávamos assustados, vivemos uma vida muito dura, muito difícil, sem podermos sair. Eu não podia sair de casa, só às vezes um bocadinho à noite ao lusco-fusco. Sempre que saía à rua encontrava logo uma pessoa conhecida. E tínhamos imediatamente que mudar de terra. Se não fossemos embora nessa noite, podiam-nos bater à porta. Tivemos pouca sorte na medida em que passámos a vida a andar de um lado para o outro. Até que houve uma altura em que o meu marido disse para eu não sair mais. Estive oito meses fechada em casa. A minha filha mais velha, como esta-

va comigo, é que ia à praça e fazer as compras. Com catorze anos começou a tratar da vida, mudanças de casa e tudo.

— E no fim desses quatro anos e meio de clandestinidade ele foi novamente preso.

— Sim, veio a Lisboa e foi preso na Avenida de Roma. E eu não sabia de nada. Esperei por ele dois dias e como vi que não aparecia, eu e a minha filha pegámos na mais pequena, que nessa altura era um bebé de dezoito meses e viemos embora. As pessoas amigas é que nos auxiliaram a arranjar um quarto. Mas enganaram a pessoa que foi alugar o quarto e quando lá chegámos eram só paredes. Lá arranjámos um colchão que pusemos no chão para as três. Mas a mais pequenina arranhou uma enterite nervosa, ia mesmo morrendo e tive que a mandar para casa da avó, porque nós não tínhamos condições de vida. A do meio também já estava com a avó, as duas com a avó paterna. E nós ficámos por ali...

— Então continuou praticamente na clandestinidade apesar do seu marido estar preso?

— Eu estava à espera que ele fosse a tribunal, porque depois já não havia perigo para mim. Quando vi que as coisas estavam a ser mais bem encaminhadas, então regressei a casa da minha sogra. A minha filha foi a primeira a ir ver o pai, e como não lhe

Continua na pág. 18



Boas Férias em Portugal

para os Portugueses que trabalham no estrangeiro

Neste seu regresso a Portugal deixe-nos repetir-lhe um conselho que há muito tempo vimos a dar-lhe: Acabe com o velho e perigoso costume de ter guardado em casa o dinheiro que tanto lhe custou a ganhar.

Depositadas no Banco, as suas economias deixam de correr qualquer risco rendem-lhe juros que podem ir até aos 8% ao ano ajudam a construir o novo Portugal



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Depois do casamento, um passeio de carruagem: assim, decidiram uns noivos de Roma, que souberam, deste modo, aliar o romantismo ao combate à poluição. (Telefoto UPI-Telimprensa).

PEANUTS



QUEM ME DERA TER ALGUÉM COM QUEM PATINAR!



PRECISO DE UM PAR ELEGANTE E SIMPÁTICO...

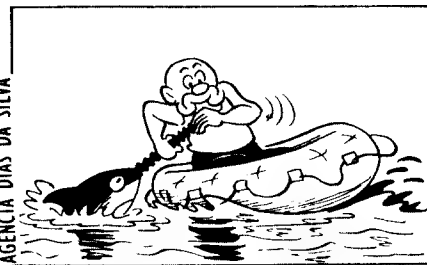
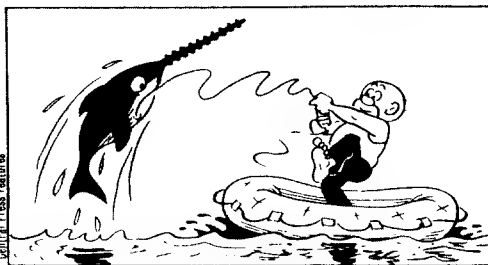
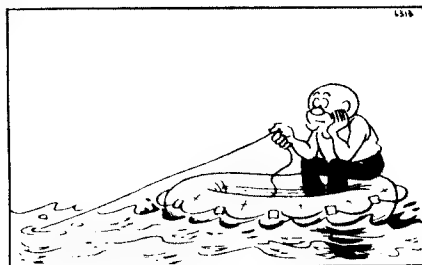


CHAMASTE-ME, QUERIDINHA?



CAROL DAY

by DAVID WRIGHT



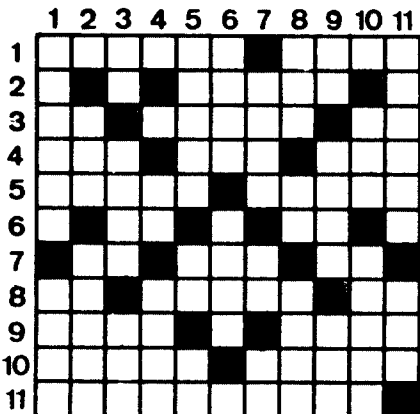
palavras cruzadas

COM PROVÉRPIO

PROBLEMA N.º 10872

HORIZONTAIS

- 1 Passas por crivo. Numeral.
- 2 Apelido.
- 3 Reis. Benefício. Plural.
- 4 Distrito da antiga Índia Portuguesa. Rente. Preposição.
- 5 Lourado. Executa.
- 6 Estrepto de desmoronamento. Prata. (s.g.)
- 7 Pronome reflexivo. Cabelos brancos. Alternativa.
- 8 Rio de Itália. Obséquio. Catedral.
- 9 Grande cão de fila. Parupas. (a cavalgada).
- 10 Unhas. O Arão da Bíblia.
- 11 Cingiríamos.



VERTICAIS

- 1 Fardos. Remuneração.
- 2 Estou Radiado.
- 3 Item. Aprel. Donzela de Orleães.
- 4 Pronome pessoal. Exteriormente.
- 5 Amargo. Aqui. Viração.
- 6 Rio de Moçambique. Nau.
- 7 Rio Isolado. Apelido.
- 8 Mágica. Utensílio doméstico. Mau.
- 9 Osmio. (s.g.). Que não vê a favor de.
- 10 Preposição. Empregais.
- 11 Nome de peixe. Época.

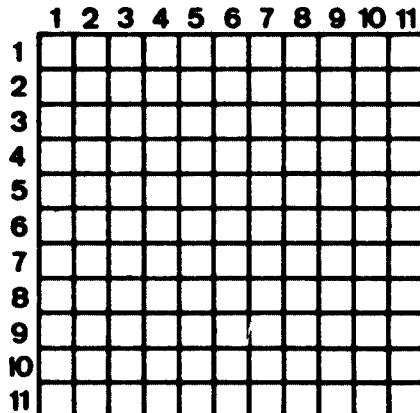
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passelembro o PROVÉRPIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7030

HORIZONTAIS

- 1 Velharia. (fig). Espécie de chibo africano.
- 2 Plantio de amieiros. La Alemanha.
- 3 Cúmplice. Prova de regularidade. (pl).
- 4 Grandes. Rabino.
- 5 Rio da Suíça. Personagem da literatura fantástica inglesa. Seguros.
- 6 Aconselhais.
- 7 Túpico do verbo ir. (una na Suécia. Boas Festas).
- 8 Amónio. (s.g.). Bebida alcoólica.
- 9 Clareira. Arremessa.
- 10 Fêmea do cavalo. Ilha do Pequeno Bell.
- 11 Interjeição que designa ódio ou vingança. Queimas.



VERTICAIS

- 1 Rompe. Tem valor de.
- 2 Freguesia do concelho do Seixal. Aliado.
- 3 Picara com o bico. (ave).
- 4 Rio da Europa central que desagua no Dravo, na Hungria.
- 4 Tombas. Tempo do verbo ir. Igual.
- 5 Olé. Pera. Mios.
- 6 Tecido de algodão ou linho muito transparente.
- 7 Conceder. Bário. (s.g.). Ruim.
- 8 Igar. Não nascidas.
- 9 Dais a cor do mel a. Seguias.
- 10 O mesmo que ameba. Cidade do Estado da Baía.
- 11 Um gosto no meio de muitos dissabores. Preposição e artigo definido. (pl).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10871

HORIZONTAIS

- 1 Adama. Barca.
- 2 Pecar. Anel.
- 3 Avoca. Rasga.
- 4 Re. Amuro. Or.
- 5 Ano.
- 6 Arco. O. Chia.
- 7 Iodo. Pior.
- 8 Arrei. Ocos.
- 9 Ma. Sus. Asa.
- 10 Aço. Eiros.
- 11 Raros. Rias.

VERTICAIS

- 1 Aparta. AMOR.
- 2 DEVE. Rir.
- 3 Aço. Acordar.
- 4 Ma. Ode. Co.
- 5 Arma. Sós.
- 6 O. N. U. Tu.
- 7 Barro. SER.
- 8 Arão. Cio.
- 9 Rir. Chocoso.
- 10 CEG. Irosos.
- 11 Alarga. Sás.

Provérpio: O AMOR DEVE SER CEGO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7029

HORIZONTAIS

- 1 Traça. Praça.
- 2 Aaro. Amar.
- 3 Lie. Com. Ala.
- 4 Avaro. Erram.
- 5 Radio. Sogro.
- 6 As. Ló.
- 7 Ca. Cl. Pá. Pi.
- 8 Adiantareis.
- 9 Coar. Impa.
- 10 Ar. Al. Rapar.
- 11 Resma. Asa.

VERTICAIS

- 1 Talar. Caçar.
- 2 Raiva. Adore.
- 3 Areada. Ia.
- 4 Co. Riscaram.
- 5 Coo. In. La.
- 6 Só. Ti.
- 7 Més. Da. Rá.
- 8 Ra. Rolarias.
- 9 Amargo. Empa.
- 10 Calar. Pipa.
- 11 Aramo. Isara.

TRABALHADORES DA MENSOR

Os trabalhadores da Mensor, Empresa de Estudos Económicos, da qual é principal accionista a Sociedade Nacional de Sabões, emitiram um comunicado em que referem ter sido parcialmente satisfeito o seu caderno reivindicativo, acrescentando que por acordo com a administração e o Ministério do Trabalho, haverá novas negociações em Outubro.

Fazendo alusão a «provações directas aos trabalhadores», o documento salienta o seguinte:

«A situação nos últimos dias tem-se agudizado, nomeadamente através do levantamento

de um processo disciplinar à única empregada da firma que estava autorizada a fazer a análise da contabilidade para, como atrás foi dito, em Outubro se estabelecerem novamente negociações com a administração para melhoria das condições dos trabalhadores.

Fazem também parte das manobras da administração a ameaça constante aos trabalhadores de que a empresa em Janeiro irá fechar, e para tal vão atrasando progressivamente a entrega dos nossos serviços aos clientes para estes com justa causa anularem os seus contratos com a firma, suspeitando-se também que

um administrador e um director desta firma vão abrir nova empresa do mesmo ramo de actividade.

Os trabalhadores da Mensor denunciam estas manobras da administração da empresa, que constituem mais um exemplo de como a classe capitalista portuguesa está empenhada em travar o desenvolvimento das conquistas democráticas feitas no dia 25 de Abril. Como tal os trabalhadores da Mensor apelam para as entidades oficiais a fim de intervirem e evitarem que mais 60 trabalhadores caiam no desemprego por simples capricho da classe capitalista.

A força ignorada das companheiras que se mantiveram na sombra—5

Continuação da pag. 17

aconteceu nada comecei eu a ir também. Ainda mais uma coisa: quando regresses da clandestinidade é que soube da morte da minha mãe. Disseram-nos que morrera na aflição de não saber onde eu estava, tinha medo que andasse a dormir por escadas.

«Depois fui ter com o meu patrão, que a princípio disse que já não tinha lugar para mim, mas depois acabei por voltar para lá. Trabalho na Buraca, na Editora Arcádia, que agora é a Expresso.

— O seu trabalho é violento?

— E um trabalho muito pesado. É de embalagens e às vezes carregar coisas quando é preciso. E sempre um esforço.

— E esta última prisão do seu marido foi difícil?

— A prisão do meu

marido foi muito má porque ele esteve muito doente. Foi operado ao estômago e à vesícula. E depois de umas grandes torturas que lhe fizeram, ficou paralisado do lado esquerdo durante três horas e enquanto ele estava assim não deixaram que fosse visto por um médico que também estava preso. Esperaram pelo médico da cadeia. A paralisia foi em Agosto e em Dezembro meteram-no numa cela derivado de um levantamento de rancho, porque na verdade a comida era péssima. Ele por exemplo estava com dieta e a dieta dele era sempre bacalhau com batatas. Mas um bacalhau do mais ordinário. De maneira que eu fui falar ao director e disse-lhe que ele estava a ser um assassino. E estava, porque o meu marido se mais tempo estivesse na cela, mor-

ria. Também fui perseguida e tive muitos telefonemas anónimos até ao 25 de Abril. Uma vez com insultos. Durante um tempo havia sempre um telefonema às 4 da manhã, nós levantámo-nos, iam ao telefone e ninguém respondia. Agora já as coisas são diferentes. Tenho todos ao pé de mim. Não sei se é por causa da doença, mas uma coisa de que eu preciso é de ter todos ao pé de mim, marido e filhas. E também começámos a viver um pouquinho melhor porque a minha filha mais velha trabalha, ela é que ganha para as irmãs. Ela e eu, claro. Esta que aqui está também quis ir trabalhar, mas a irmã disse que não. Para sacrificada bastava ela.

Maria Júlia calou-se, com um sorriso feliz: agora tem todos ao pé dela.

O capitalismo em letra de Imprensa-1

Continuação da pág. 3

mo. Com tudo o que aí vai, até pode parecer elogio. A ordem é fundamental: o comunismo é que é igual ao fascismo.

Quanto aos cartazes, são do sr. Almeida Araújo, que os fez. Amorosamente, claro. E, no seu propósito de «informação independente», o «Tempo Novo» reproduz os emblemas no topo da sua última página: foice e martelo igual a cruz gamada.

Ao lado, o sr. Almeida Araújo. E quem é o sr. Almeida Araújo? Alguém que combate pela democracia, contra o fascismo e contra o comunismo. Certamente por modéstia, não nos diz bem todo o seu passado de denodado combatente pela democracia durante o Governo desposto. Diz mesmo isto, que é um pouco estranho: «Estou habituado a viver em democracias verdadeiras, ocidentais, as quais, como é evidente, nada têm comum com as Repúblicas Socialistas do outro lado da Cortina de Ferro.

A curiosidade do leitor é aqui inevitável: se o sr. Almeida Araújo está habituado a viver «em democracias verdadeiras», onde é que o sr. Almeida Araújo tem vivido até hoje?

E a entrevista acaba assim:

«Abusa-se da ingenuidade de um povo bom, emotivo, totalmente despolitizado, e agora mal informado por uma minoria de civis fanáticos ou menos bem intencionados, para os quais os partidos estão acima dos interesses do Povo Português. Para mim, o único partido, eterno indiscutível, é Portugal». E é assim que o sr. Almeida Araújo, heróico militante antifascista, acolhe na sua ingenuidade uma das principais teses do fascismo: a curiosa tese do «partido inteiro», a de Portugal acima dos partidos, a de Portugal-partido único. Trata-se, como se pode ver, de um verdadeiro democrata.

Será, como é óbvio, inútil recensarmos as referências anticomunistas de «Tempo Novo». Limitemo-nos a assinalar as expressões de rejeição: a exploração capitalista («a chamada exploração capitalista» — p. 1) ou a luta de classes («em função da ortodoxia comunista da luta de classes» — p.6).

E registre-se o mais divertido: aquele passo na pág. 16 em que o sr. S. de Castelo Branco nos diz que o comunismo pretende «nivelar a Sociedade pela via do achatamento das almas». Esta do achatamento das almas parece-me um achado muito achato...

VII

SINAIS DE INDEPENDÊNCIA

O jornal chama-se «Tempo Novo» (repare-se como o título corresponde à metade boa de uma frase) e acrescenta: «se-

manário de informação independente».

Pode perguntar-se: «independente» de quê?

Muitos dos textos nada dizem sobre o lugar do jornal; Limitam-se a jogar naquele esquema da frase dupla, deixando sugerir que entre o primeiro lanço da frase e o segundo, nesse silêncio imaginário, nesse vazio isento, se situa a «independência» do jornal.

Mas outros textos preenchem tal vazio de forma bem explícita. Assim, na primeira pag. escreve-se: «Se exceptuarmos o Partido Popular Democrático, partidário de uma maior planificação da economia (e supondo um programa governativo com limites maiores que os outros à expansão da empresa privada), no plano económico-social, todos os outros partidos com certa expressão se assemelham: Liberal, Trabalhista, Democrático, Progresso (Movimento Federalista) e Popular Democrático» (p. 1).

E o jornal, sempre independente, logo propõe: «Todavia dá a impressão ao homem português que todos juntos (ou alguns deles juntos) constituíram uma grande força».

Pergunta-se:

a) Qual «homem português»? O sr. Almeida Araújo?

b) A restrição de «todos» para «alguns» será por causa do pequeno defeito físico do PPD, aquilo da planificação e da iniciativa privada com limites?

Fala-se mesmo numa Frente Ampla. Veja-se na página 16 o relato do gigantesco comício organizado pelo Partido Liberal no São Luís, onde 500 pessoas (entusiásticas) puderam ouvir o sr. Gastão da Cunha Ferreira, o da página 6.

Se «grande parte dos portugueses» são «certamente nossos leitores», grande parte dos leitores de «Tempo Novo» são certamente estes quinhentos!

E que disse Gastão da Cunha Ferreira, o liberal («o mais inflamado»)? Disse isto: «O comunismo condena muita coisa condenável, mas todos sabemos que a sua maneira de resolver os problemas é mais condenável ainda (...). O País saturou-se da ditadura fascista e está saturado desse circo de Moscovo que se exhibe permanentemente em todo o País com o letrado CDE-MDP».

Acrescenta o relato: «O Partido Liberal continua a distinguir-se dos outros pelo ar alegre com que faz política. A meio do discurso vem a piadinha, a graça, o riso. É raro. Normalmente, nas sessões políticas, as caras dos presentes ou transpiram ódio ou denotam aborrecimento. Pouca gente sabe rir».

Enganam-se aqui os redactores de «TEMPO NOVO»: nós, se por acaso lá estivéssemos, podemos assegurar (pelo relato) que teríamos rido muito mais — mesmo que fôssemos os últimos a rir.

VIII

«TEMPO NOVO» procura garantir aos seus leitores mais ingénuos que se situa num centro mítico.

O mito do centro é um alibi da direita: porque a luta de classes não tem centro, é o abrir de dois campos de luta, e o seu único centro é o mais vivo dessa luta.

Mas o centro é aqui o imaginário vazio isento que o discurso, na sua sintaxe calculada, tenta propor.

E vamos encontrar na «crítica de discos» a expressão (não muito delicada) destes princípios: «Quanto maior for o buraco do centro, menores são a esquerda e a direita».

O «centro» é a «independência» de «TEMPO NOVO». São a expressão do capital monopolista na sua versão mais conservadora.

O «centro» é a Frente Ampla dos partidos da extrema-direita.

A «independência» é a necessidade de esquecer a ligação dessa extrema-direita com o Governo fascista.

O «TEMPO NOVO» é apenas um novo tempo do fascismo português.

GRAL

STEPHANIE-SHOES SALDAMOS

EM GRANDE SUCESSO

★	SAPATOS	desde	150\$00
★	SOCAS	desde	120\$00
★	CALÇAS	desde	190\$00
★	TEE-SHIRTS	desde	90\$00
★	CAMISEIROS	desde	199\$00
★	MALAS	desde	100\$00

16-A — RUA ANTÓNIO PEREIRA CARRILHO (Junto à Praça do Chile)



As CHAPAS GALVANIZADAS NERVURADAS garantem efectivamente protecção contra a humidade e o salitre

As CHAPAS GALVANIZADAS NERVURADAS constituem, na protecção duma empena, a solução técnica e esteticamente indicada

FABRICO DA SIDERURGIA NACIONAL, S.A.R.L.



TERMAS
de CALDELAS

FAMOSAS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS
INTESTINAIS

ABERTAS DE 1 DE JUNHO A 10 DE OUTUBRO

GRANDE HOTEL DA BELA VISTA
GRANDE HOTEL DE CALDELAS

Beneficiários da A. D. S. terão direito ao desconto de 10 % nas inscrições e tratamentos, no mês de Junho e de 25 de Setembro a 10 de Outubro.

DESPORTOS

Suspensão e inquérito ao dr. Sardoeira Pinto

Absolutamente inevitável: um despacho do secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, exarado ontem, manda instaurar processo disciplinar ao licenciado Fernando Arnaldo Sardoeira Pinto, presidente da Associação de Futebol do Porto que, igualmente por despacho imediato, fica suspenso do exercício das suas funções no organismo portuense que representou no famigerado Congresso futebolístico em que se cometeu toda a série de atentados à educação e ao bom senso.

Fernando Lacerda e Melo, inspector-orientador da D.G.C., é o inquiridor deste processo. Recordar-se que uma das frases proferidas pelo dr. Sardoeira Pinto, perante a estupefacção dos representantes da Imprensa, de muitos congressis-

tas e da direcção federativa, foi a seguinte:

«É tão legítimo abater na estrada um carteirista como admitir que o público aplique sanções a um homem vestido de preto que rouba um resultado desportivo!»

Após a constatação de que esta «brilhante» tirada fora mesmo proferida perante dezenas de testemunhas, a Comissão Central dos Arbitros de Futebol reuniu e deliberou enviar, ao director-geral dos Desportos, o telegrama seguinte:

«Esta Comissão Central interpretando o sentido de todos os árbitros manifesta a V. Ex.^a veemente protesto palavras proferidas no Congresso de Futebol por indigno dirigente desportivo pedimos providências.»

A propósito da impugnação do alargamento da pri-

meira divisão, «resolvido» pelo Congresso federativo: as Associações de Lisboa, Coimbra, Faro e Funchal entregaram ontem o assunto ao advogado dr. Miguel Galvão Teles que está a organizar o processo de molde a que ele seja hoje entregue na Federação e, imediatamente após, transite para julgamento do Conselho Superior de Justiça.

Entretanto, uma informação: a resolução do aumento dos escalões do futebol português não foi ainda homologada superiormente, o mesmo sucedendo aos calendários elaborados no sorteio nocturno do passado domingo, pelo que (à cautela) o primeiro «Totobola» da temporada, referente a jogos que terão lugar a 8 de Setembro, inscreve somente encontros de Angola e de Espanha.

SOBRE FUTEBOL

Oliveira deixa as Antas

Parece concretizada a colocação de Oliveira na lista de cedências portista: a sua atitude perante uma ordem dada por Amoré Moreira, no decorrer do encontro F.C.Porto-Peñarol (na sequência de outras anteriores) estarão na base da drástica decisão dos dirigentes das Antas.

COIMBRA

Sob direcção do uruguaio Caraballo (que figurou ao serviço do Montijo) estão a processar-se os treinos do União de Coimbra que obteve o reforço de Catinana, que alinhava no União de Leiria, esperando também a volta de Niza (que esteve no Canadá). Entretanto, foram dispensados Carlinhos e Leão.

COVILHÃ

Raul Machado (que jogou no Benfica e atingiu a internacionalização) é o novo treinador do Sporting da Covilhã. O clube contratou também os seguintes jogadores: Babá (que alinhava no Beira-Mar), Adilson e Betinho (ambos ex-Penafiel) sendo igualmente possível que Alemão

(colega de Babá) se transfira para a Covilhã.

ANTAS

O F.C.Porto enfrenta esta noite, nas Antas, o clube polaco Lech, que recentemente foi derrotado pelo Farense (0-2). Ainda uma notícia portista: Teixeira, vindo do Leixões, obteve a transferência militar da Escola Prática de Cavalaria (Santarém) para o Regimento de Cavalaria 6 (Porto).

JUNIORES

O Benfica foi batido (1-2) no jogo final do «Torneio de Juniores» que está a decorrer em Elche. Os «encarnados» alinharam assim: Costa, Pedrosa, Zuredo, Alberto, FONSECAL, Veríssimo, Dinis e Salvado, Pina, Carlos e Cavungi. Costa fez um autogolo e Fonseca foi o autor do tento português. No encontro inicial da competição, perante o Elche B, o Benfica tinha triunfado por 4-1 (golos de Carlos, Fonseca, Cavungi e Bravo).

ESPINHO

O portista Ricardo e o beira-marense Arménio estão indigitados para o «plantel» do Sporting de Espinho.

PORTIMÃO

Mário Nunes passa a ser jogador-treinador do Portimonense.

AVEIRO

Jovem para o Beira-Mar: Rodrigo, que pertence aos quadros do F.C.Porto, foi cedido por uma temporada ao «team» de Aveiro.

BRAGA

Completado o serviço militar no Algarve, o futebolista Sobral retornou ao Sporting de Braga, grupo que continua a tentar reforçar-se com os sportinguistas Nando, Moniz e Valter.

CHAVES

Oliveirinha é o novo técnico do Desportivo de Chaves, que se reforçou com Adé (Beira-Mar), Borges (Abrantes), Carlos Machado e Santos (F.C.Porto).

VILANOVENSE

Carneiro (que alinhava pelo Boavista) e Jorginho (que representou o Foz) transferiram-se para o Vilanovense.

LUSO

Na noite da próxima 6.^a feira é decidida, pelos associados do Luso do Barreiro, a continuidade (ou a suspensão) da prática do futebol em categoria de seniores.

Os «Leões» em risco de perderem Yazalde, Di Stefano e... o título

Começou muito mal a época do futebol sportinguista e, ainda ontem, uma derrota por grandes penalidades, frente ao Farense, confirmou a fragilidade do onze leonino nesta fase preparatória das competições a sério. Acontece que, se mal começou, há indícios de poder piorar, com a desarticulação da qual se conseguiu manter de pé relativamente à estrutura que levou o clube ao título de campeão nacional.

Assim, para além da crise de dirigentes (saída de pedras fun-

damentais do Departamento) em Sevilha nem tudo foram rosas nas relações entre os membros da comitiva, estando-se longe de «funcionar» a primor dentro do futebol sportinguista. Em Faro, os dois jogos, as duas actuações da equipa e a conversa havida entre Lino e Di Stefano, terão convencido este último que ou muita coisa muda (isto é: regressa à prática do ano passado) ou o técnico vai-se mesmo embora para a Espanha.

Di Stefano, dizem os círculos próximos do futebol sportinguista, condicionaria a assinatura do contrato com o Sporting à continuação de Yazalde no quadro de jogadores contratados e à contratação de um outro avançado «feito», apontando mesmo Duda, que esteve já esta época em negociações com o clube de Alvalade. Simplesmente, parece difícil a assinatura de Yazalde como é muito elevada a verba pedida pelo Vitória de Setúbal para deixar sair o seu melhor avançado.

O campeonato (se houver campeonato...) está à porta e o Sporting corre o risco de se apresentar insuficientemente preparado. Recorde-se que Mário Lino pretendia que as férias dos jogadores se iniciassem logo a seguir «à Taça de Portugal», com os treinos a reiniciarem-se no início de Julho e, na realidade, tanto o fim das actividades como no começo da

preparação sotreram um atraso de um mês. Di Stefano não conhece a equipa (tanta agora a fazer experiências) e nem sequer sabe com que jogadores pode contar...

Em suma: o tempo escasseia e o Sporting tarda em resolver a constituição e preparação da

sua equipa. Isto, já não falando nas tentativas, algumas levadas a seu termo, de destruir a estrutura que levou o clube a reconquistar um campeonato há três anos perdido. A menos que seja planejado: e o Sporting esteja a preparar novo período de três anos de jejum...



Yazalde e Mário Lino: dois homens que estiveram na base de uma grande campanha. O primeiro pode abandonar Alvalade: o segundo passou-se para o Farense e logo venceu o Sporting

Sporting derrotado em Faro

FARENSE: Benje; Caneira, Almeida, I. Viola e Lampreia; Manuel José (Barbosa), Sérgio e Almeida II; Manuel Fernandes (Amâncio), Adilson (Farias) e Mirobaldo.

SPORTING: Damas Manaca, Bastos, Alinho e Carlos Pereira (Inácio); Paulo Rocha Vagner e Valter (Tomé); Márinho, Nelson e Dé.

Marcaram-se dois golos (por Sérgio e Dé) no tempo regulamentar. Prolongou-se o jogo

por mais meia hora e nada. Depois, recorreu-se ao processo de marcação de grandes penalidades: concretizadas por Farias, Mirobaldo, Lampreia, Almeida II e Amâncio (Farense), por Nelson, Dé e Vagner (Sporting). As falhas foram de Inácio e Alinho. O troféu (no valor de 70 contos) ficou na mão dos novos pupillos de Mário Lino. E o Sporting volta a Lisboa com a nova derrota no pouco prometedor activo deste início de temporada.

UM LEITOR DEFENDE ALVES BARBOSA

Dirigida ao nosso leitor e com o pedido de publicação recebemos do nosso leitor sr. Adérito Gaspar Cardoso de Menezes (de Lisboa) uma carta referente a um texto publicado neste jornal (durante a «Volta a Portugal» em bicicleta) pelo nosso colaborador Raul Calado. O teor da missiva do nosso estimado leitor é o seguinte:

«Tendo em conta a elevada estima para com V. Ex.^a e todos os que trabalham nesse Jornal, leva-me a requerer a atenção de V. Ex.^a para a carta aberta ao Sr. Alves Barbosa, que o Sr. Raul Calado (em 14 de Agosto do corrente ano) faz na página desportiva do «Diário de Lisboa».

«O Sr. Raul Calado inicia a sua crítica nestes termos: Você para mim é apenas um antigo ciclista profissional». O que, em Portugal, nem sequer significa grande coisa. Todos sabemos, você melhor que nós, que ser ciclista «profissional» significa ser pedreiro, cavador, operário e, depois, durante um mês, às vezes só durante os 15 dias da Volta, ganhar uns 100 ou 200 escudos por dia e CO-MER. E mais adiante acrescenta:

Eu vi-o e, você sabe o Alves Barbosa, comer 3 ou 4 frangos, 5 ou 6 bifes, 2 ou 3 pães numa só refeição! Por necessidade! Com certeza, que o esforço é grande. Mas especialmente por gula, por satisfação, por miséria acumulada. Porque era comida de borla...

«Com que direito Sr. Director se pode permitir tamanhas insinuações a desportistas? Será que a condição social terá a ver com o ser «bom» ou «mau» ciclista? O desporto não está aberto a todas as camadas sociais? Será que os ciclistas irão precisar do Sr. Raul Calado para lhes regulamentar o controlo «anti-doping» porque eles, os mais interessados, não saíram os malefícios ou benefícios que daí advirão? Agora parece-me que o Sr. Raul Calado querendo desprestigar o Sr. Alves Barbosa (prestígio inegável), está a dividir ainda mais os ciclistas. Terá o Sr. Raul Calado alguma coisa a lucrar com esta divisão e com o desprestígio dos ciclistas portugueses?

«Não me alongo mais em considerações que considero desnecessárias, solicitando a publicação desta carta.»

A «VOLTA» ÀS VOLTAS

Os clubes que abandonaram a «Volta a Portugal» na hora da saída da Mealhada para o Cadaval, reuniram-se ontem, no Porto, com a Imprensa, tornando pública «a sua razão», fundamentada «no modo irregular como se recolheram os líquidos orgânicos após as etapas de Castelo de Vide e Guarda».

Foi emitido um extenso comunicado que, nas linhas gerais, garante que o delegado federativo José Maria Simões «reconheceu verbalmente tais irregularidades mas recusou-se a confir-

mar tal afirmativa por escrito».

O documento é assinado por representantes da Ambar, Coelima, Salgueiros e Sangalhos, tendo o F. C. Porto faltado à reunião. No decorrer do encontro com a Imprensa foi alvitado, pelo dr. Manuel Faria (director da Ambar) que «urge promover um Congresso para desmascarar a Federação correr com ela. E, se as atitudes sub-reptícias continuassem, que se criasse mesmo um organismo autónomo no Norte, denominado de União de Ciclismo do Norte».

Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca

Sede: Av. Elias Garcia, n.º 123-2. — Telef. 76 50 23/24 Centro Social: R. da Palma, n.º 278-2. — Telef. 86 00 34

LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sindicalizados/TAP para uma reunião plenária, a efectuar hoje, dia 28 de Agosto, às 21 horas, no Clube Atlético de Campo, de Ourique (Travessa do Cabo, n.º 3-A, em Lisboa), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Informações;
- 2.º — Caderno Reivindicativo apresentado por trabalhadores da Manutenção;
- 3.º — ACT/IAP.

Atendendo à importância de todos estes pontos, é absolutamente indispensável que as deliberações a tomar sejam discutidas e apoiadas pelo maior número possível de trabalhadores. Só a comparação massiva dos interessados poderá garantir a representatividade que se pretende.

* COMPARECE!

A Comissão Directiva Provisória

DESPORTOS

HÓQUEI EM PATINS

LUTA DE CRISTAS ENTRE BENFICA E F.C. PORTO

Os campeonatos prosseguem esta noite

Prosseguem esta noite, no Norte e no Sul, os Campeonatos Metropolitanos de hóquei em patins, que estão a decorrer com particular animação, a despeito do desinteresse manifestado pelo público, principalmente no Sul.

Na última jornada o F.C. Porto esteve em grande evidência, ao triunfar nas categorias de seniores e juniores, ambos os encontros fora de casa (5-2 frente ao Sporting e 4-3 perante o Oeiras, respectivamente). O Benfica, ao derrotar o Académico, no Porto (por 6-2) mantém-se em luta, ombro-a-ombro, com os «portistas», na disputa do primeiro lugar dos seniores. Na categoria de juniores comanda o F.C. Porto, sendo a única equipa que pontuou até agora.

Seguem-se os resultados e as classificações actuais dos três Campeonatos, principiando pelo Sul:

INICIADOS: Sintra, 7; Sanjoanense, 3 e Salesiana, 4; Sanjoanense, 9.

JUNIORES: Oeiras, 3; F. C. Porto, 4 e Sporting, 1; F. C. Porto, 5.

SENIORES: Oeiras, 4; Sanjoanense, 3; Sporting, 2; F. C. Porto, 5; Oeiras, 1; F. C. Porto, 4 e Sporting, 9; Sanjoanense, 3.

CLASSIFICAÇÕES

SENIORES: F.C. Porto, 6 pontos; Benfica, 6; Inf. Sagres, 3; Oeiras, 3; P. Arcos, 3; Sporting, 2; Sanjoanense, 1; Académico, 0.

JUNIORES: F. C. Porto, 4 pontos; Oeiras, 0; Sporting, 0; Inf. Sagres, 0.

INICIADOS: Sintra, 2 pontos; Sanjoanense, 2; Salesiana, 0; Carvalhos, 0.

A JORNADA DE HOJE

As competições prosseguem esta noite com os seguintes encontros:

Seniores: Benfica-Oeiras e Paço de Arcos-Sporting, às 22 e 23 horas, no Pavilhão dos Desportos; Sanjoanense-Académico e F.C. Porto-Infante de Sagres, às 22 e 23 horas, no Pavilhão do Lima.

Juniores: Oeiras-Sporting, às 21.12 horas, no Pavilhão dos

Desportos; F. C. Porto-Infante de Sagres, às 21.15 horas no Pavilhão do Lima.

Iniciados: Sintra-Salesiana, às 20.30 horas no Pavilhão dos Desportos; Sanjoanense-Carvalhos, às 20.30 horas no Pavilhão do Lima.

NORTE CONTRA A FEDERAÇÃO

Ao principiarem estes campeonatos, os quatro clubes do Norte nele representados distribuíram um comunicado entre a assistência presente no Pavilhão do Lima, em que, depois de saudarem o público, afirmam:

«O Académico, o F. C. Porto, o Infante de Sagres e a Sanjoanense consideram e afirmam-no publicamente que este campeonato vai decorrer sob o signo da injustiça antidessportiva e inadmissível nos dias de hoje.

Estes clubes lutaram quanto puderam para que a equidade e o bom senso imperassem, mas forças que hoje já deviam estar cerceadas ainda puderam esmagar a voz da razão.

O público é conhecedor através da Imprensa, das circunstâncias que rodearam a elaboração do calendário dos jogos deste campeonato e, portanto, dispensamo-nos de repetir a sua história — história que ficará a marcar a última violência que permitiremos dentro do hóquei em patins de dirigentes federativos e de certos clubes imperialisistas...

As nossas equipas vão competir, onde os clubes de Lisboa querem e a Federação nos manda, apenas porque, em consciência, não podemos atraí-los a nós, a confiança e o apoio dos nossos adeptos.

E por vós, e só por vós, que as equipas do Norte estão presentes.»

A FEDERAÇÃO EXPLICA-SE

Aquele comunicado respondeu a Federação de Patinagem

com outro documento, no qual dá conta, publicamente, da forma como foram designados os recintos para a disputa dos jogos e elaborado o respectivo calendário, revelando que tudo se fez de harmonia com o respectivo regulamento e o prévio conhecimento dos clubes. Nem quando foram inicialmente informados dos Pavilhões escolhidos, nem depois, aquando do sorteio, foi levantada qualquer questão a tal respeito. Aliás, como de costume, os clubes demonstraram o mais completo desinteresse pela sessão do sorteio a que apenas compareceram (explica a Federação) o F. C. Porto, o Paço de Arcos, o Benfica e o Sporting. Foi exactamente nessa reunião que ficou assente, nos jogos do Sul, utilizar sempre o Pavilhão dos Desportos de Lisboa, no Norte, estabelecer que os encontros se disputariam nos quatro pavilhões dos clubes interessados, estabelecendo uma rotação tão uniforme quanto possível.

Só posteriormente os clubes do Norte fizeram chegar à Federação uma proposta para que os encontros se efectuassem quase exclusivamente no Pavilhão do F.C. Porto, com excepção para três únicas jornadas que se celebrariam em S. João da Madeira.

A Federação explica que não via qualquer inconveniente na proposta, mas não podia alterar decisões que tinham sido exaradas em acta e ratificadas pelos Delegados dos clubes presentes ao sorteio, sem previamente apresentar a esses mesmos clubes a sugestão que os representantes nortenhos então propunham.

E o comunicado federativo, conclui:

«Assim a Direcção da Federação Portuguesa de Patinagem procedeu de acordo com os mais sãos princípios democráticos ao pretender ouvir todos os interessados, demonstrando então que não lhe repugnava alterar uma decisão anteriormente tomada, caso se verificasse acordo total.

«A Direcção da Federação Portuguesa de Patinagem apetece ainda perguntar como seria aceite e definida em termos políticos uma decisão tomada, aceitando a Proposta dos quatro clubes do Norte, sem ouvir os restantes Clubes concorrentes, e, portanto alterando por processos que hoje já se não admitem — conforme a insinuação constante em todo o texto do Comunicado daqueles Clubes — repete-se, tomadas em reunião legal? Desenvolvemos, pois, tal insinuação.

«A Direcção entende que aquela sim, a concretizar-se, seria uma decisão violenta, ditatorial e imperialista, contra a qual sempre lutou e continuará a lutar.

«Finalmente, a Direcção da Federação Portuguesa de Patinagem não se dispôs de «contra a história das circunstâncias que rodearam a elaboração do Calendário de Jogos deste Campeonato» e esclarece, mais uma vez, que se encontra exarada em Acta e devidamente ratificada pelos Delegados dos seis clubes presentes que estaria perfeitamente aberta para alterar a decisão tomada, anteriormente, se todos os clubes, tivessem acordado na alteração proposta pelos filiados do Norte.»



O capitão Pimenta da Gama, montando «Ribamar», conquistou o troféu «Prémio dos Vencedores», no concurso internacional de Cascais

REGISTO

TIRO AOS PRATOS: torneio organizado pelo Clube de Caçadores da Região da Figueira da Foz, a 1 de Setembro, no Campo das Dunas de Quaios. Homenagem, no momento, aos atiradores Artur de Almeida, José Machado, José Machado Júnior, Pompeu de Freitas e Victor Varalunga.

ANDEBOL: congresso da modalidade no próximo dia 7 de Setembro, no I.N.E.F., para apresentação da planificação preparada para a próxima época (nos campos desportivo, técnico, financeiro e administrativo), apreciação de alteração ao regulamento de provas, análise ao comportamento do Centro de Medicina Desportiva, sorteio do campeonato metropolitano, apreciação do plano orçamental

e outros temas de interesse para o andebol português.

VOLEIBOL: assembleia geral da Associação do Porto, na noite de 2 de Setembro, para eleição dos novos corpos gerentes.

GINASTICA: A partir de 2 de Setembro (e das 21 e 30 às 23 horas de todos os dias úteis) encontram-se abertas as inscrições para todos os associados do Vitória Clube de Lisboa, que desejem praticar ginástica na colectividade.

A estruturação da modalidade dentro do Clube tem supervisão do campeão nacional absoluto José Filipe de Abreu, o qual fica ao serviço do Vitória como treinador.

Informa-se, ainda, que as inscrições são gratuitas para todos os associados bem como para seus filhos.

“Barça” em frente

O Barcelona (campeão da Espanha) derrotou ontem à noite, o campeão da Polónia (Stal Mielec) por 2-1 e ganhou o troféu «Ciudad de Palma» em futebol. Ao intervalo os espanhóis ganhavam por 1-0.

As equipas: STAL MIELEC: Vukla; Rzesny, Kosinski, Wiacek e Ver; Gasiar, Sekulski (Adamavicz)

e Oratoonski; Proski, Domaski e Karas.

BARCELONA: Mora, Rife, Torres, Gallego e De La Cruz; Costas, Clares e Neekens; Cruyff, Stiles e Marcial.

Os golos dos espanhóis foram marcados por Marcial e Neekens (este de «penalty»). Pelos polacos marcou Karas.

CICLISMO

CIRCUITO DA MALVEIRA DE NOVO INTERNACIONAL

As afluências presenças de Pigeon, Mortensen e Alain Valenker, conferem carácter internacional, pela segunda vez, ao tradicional «Circuito Ciclista da Malveira», que se realiza no próximo domingo, a partir das 13 horas.

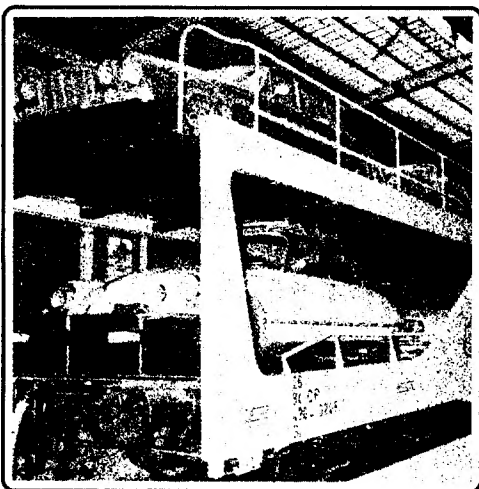
Organizada, como as anteriores, pelo Atlético Clube da Malveira, esta 33.ª edição do conceituado circuito segue, assim, uma linha de valorização gradual e sensível, graças ao dinamismo e espírito empreendedor dos dedicados dirigentes daque-

la prestimosa colectividade. Pelos nomes consagrados dos ciclistas estrangeiros que este ano irão estar na Malveira, cujos contratos atingem valores apreciáveis para o nosso meio (basta atentar na cotação de que esses homens desfrutam no campo internacional), se pode avaliar o esforço financeiro que as suas presenças representam para um clube de tão poucos recursos, e, igualmente, definir o empenho com que os dirigentes do clube procuram elevar o nível espectacular e desportivo da competição. Basta recordar que Pigeon já venceu uma Volta à França, que Mortensen conta no seu «palmarés» um título de campeão do Mundo e que Alain Valenker, já foi campeão de França em pista. São, pois, todos eles nomes de cartão, a que não falta retumbância para atrair o público à Malveira.

Acresce ainda que, ao lado destes campeões estrangeiros, irão competir as melhores estradistas portuguesas para um confronto sempre aliciente. Com efeito os organizadores do Cir-

cuito da Malveira anunciam a presença de todas as equipas nacionais: Benfica, Sporting (não sabemos se com Agostinho...), Porto, Ambar, Coelima, Sangalhos, Tavira, Salgueiros e Louletano. Isto equivale por dizer que lá estarão, dispostos a dar o seu melhor, os benfiquistas Fernando Mendes, Dinis Silva e António Martins, os sportinguistas Firmino Bernardino, Vítor Rocha e Leonel Miranda, os portistas Albano Costa, Joaquim Andrade e Custódio Gomes, os tavienses César Aires e Carlos Vitorino, os «coelimas» José Martins e Mário Silva, os «ambarinos» António Guedes e M. Oliveira, os sangalheses Joaquim Sousa Santos e João Marta, e os salgueiristas Luciano Vale e V. Pereira.

Cumpra a prova de estrada (circuito) realizar-se-á às 15 horas, na pista «Túlio Pereira», um conjunto de provas que completam a tarde ciclista da Malveira, cuja expectativa suscitada pelo programa está a ultrapassar largamente (e justificadamente) o entusiasmo registado nos outros anos.



serviço diário

AutoExpresso

Lisboa-Porto-Lisboa

informe-se nas estações e agências de viagens

CP Caminhos de Ferro Portugueses



Ciclismo: sempre um grande espectáculo

NACIONAL

"JORNAL DO COMÉRCIO"

Da saída de um "Jornal de greve" à reunião de todos os trabalhadores para estudo das atitudes a tomar

Os trabalhadores do «Jornal do Comércio», após terem falhado as negociações que ontem decorreram no Ministério do Trabalho, entre a sua comissão de representantes e o administrador-delegado da empresa, eng. Gabriel dos Reis, publicaram hoje o seu «jornal de greve», que contém apenas factos relacionados com o processo de luta, iniciado no dia 22.

Essa edição dá, nomeadamente, uma «cronologia dos acontecimentos», fala da «censura interna» e insere ainda uma convocatória feita pelos trabalhadores da empresa, através dos seus delegados, convidando os trabalhadores das restantes empresas do grupo Borges e Irmão para uma reunião a realizar hoje, às 21 horas para o estudo de posições a tomar em conjunto.

A publicação do «jornal de greve» foi decidida em assembleia geral, por as conversações de ontem não terem levado a qualquer saída para o problema que é, para a administração, o caderno reivindicativo dos trabalhadores, dado que o porta-voz daquela não se considerava com poderes deliberativos. O ponto fundamental das reivindicações refere-se à demissão de Carlos Machado, director daquele matutino. Segundo um comunicado dos trabalhadores, o administrador-delegado teria reconhecido a validade das razões apresentadas para essa demissão, embora não pudesse tomar posição.

Foi igualmente discutido o problema dos vencimentos: na empresa é usual as folhas de salários serem fechadas no dia

15 de cada mês, embora os vencimentos sejam pagos a 28, o que, segundo os trabalhadores, lhes concede desde já e sem prejuízos de ulteriores decisões, o direito de receberem os vencimentos no período de 15 de Julho a 15 de Agosto, dado que a greve se iniciou no dia 22.

O representante da entidade patronal, apenas neste assunto achou que podia tomar posição, prontificando-se a contactar com a administração.

O JORNAL DE GREVE

A «responsabilidade dos trabalhadores» substitui hoje o nome do dr. Carlos Machado no cabeçalho do «Jornal do Comércio», «o diário mais antigo do País»: os trabalhadores redigiram, compuseram e imprimiram um jornal de greve inteiramente dedicado à luta que estão travando contra a administração.

O editorial «Razões de uma atitude» é contra o dr. Carlos Machado, cuja irradiação da empresa constitui o «ponto não-negociável» das reivindicações. Escreve o trabalhador-administrador Carlos Machado, os órgãos legais dos trabalhadores eram letra morta. Mas as pessoas não contam mais. Espere-se de todos e de tudo. Apanha-se por meios da mentira, da intriga, do suborno, da ameaça e da ofensa sordida, sem respeitar ninguém. Era, assim, profundo o fosso entre ele, o despota, e o pessoal trabalhador, ofendido e humilhado. Não exageramos (...) A mesquinhez foi sempre o seu

forte. Nunca lhe importou a ética jornalística nem a qualidade do jornal. E assim, o péssimo jornal que todos tinham a noção clara de fazer».

«Na reunião do Ministério do Trabalho compareceu um administrador sem poderes deliberativos» é a «manchete» do dia. A primeira página insere uma aviso aos delegados dos trabalhadores do «Grupo Borges», uma cronologia dos acontecimentos, uma descrição do mesmo grupo Borges (proprietário do jornal) e a letra de «Grândola, Vila Morena», sob a epígrafe de «Honra e Glória ao Movimento das Forças Armadas».

A última página insere uma crítica ao funcionamento do jornal, uma explicação aos assinantes e leitores e a denúncia de «uma entre as muitas anomalias administrativas», além de uma pequena «solta» em que os trabalhadores da Redacção do «J.C.» lamentam publicamente a indiferença que o Sindicato Nacional dos Jornalistas tem mantido face à situação que é vivida por estes profissionais da Imprensa, quando já lhe foi manifestado o apoio dos restantes sindicatos que enquadram os trabalhadores da empresa».

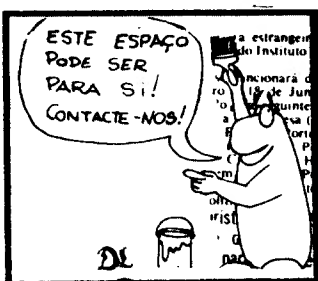
«Unida no mesmo ideal, a Imprensa portuguesa está vivendo a nossa luta» (pág. 3) dá conta das provas de solidariedade recebidas dos trabalhadores dos outros órgãos de Informação. Na pág. 2, uma nota sobre a censura interna («mordida abjecta») que se praticava na Redacção: «sistematicamente, ostensivamente, certas notícias, por certo não coincidentes com os interesses do grupo económico Borges, passaram a não ser publicadas, apesar de elaboradas pelos trabalhadores da Redacção.»

A pág. 5 traz um grande anúncio, a toda a largura do pé-de-página: «Só os trabalhadores podem resolver os seus problemas». Logo acima uma reportagem sobre as assembleias e plenários que têm realizado nas instalações do jornal.

Nas páginas 6 e 7, os trabalhadores publicam o seu caderno reivindicativo, que abrange todas as secções do jornal, e um importante documento: os «estatutos dos trabalhadores da empresa».

SANEAMENTO NO MEC

O ministro da Educação e Cultura em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto N.º 366/74, de 19 de Agosto de 1974, acaba de nomear para presidente da Comissão Ministerial para o Saneamento e Reclassificação o prof. dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro e, para vogais da mesma Comissão, o prof. eng. Ario Lobo de Azevedo e o dr. Alberto Martins de Carvalho.



televisão

HOJE

1.º Programa (22.15)
VENTOS DE FORTUNA
A RTP inicia esta noite um novo folhetim «Ventos de Fortuna», realizado pela Televisão inglesa cujo 1.º episódio será interpretado por Peter Gilmore, Anne Stally Brass, Edward Chapman, Brian Rawlinson, Philip Bond e Howard Lang

2.º Programa (21.00)
Encontro com o Mundo
A SOBREVIVÊNCIA DO HOMEM

HOJE	AMANHÃ
1.º Programa 1.º Período 12.45 Abertura e desenhos animados 13.00 A Lei e o Povo 13.15 A Tal rapariga 13.45 Telejornal - 1.ª edição 14.00 Fronteiras do amanhã 14.15 Logo à noite 14.20 Fecho 2.º Período 19.30 Minijornal 19.35 TV Juvenil 20.00 Em defesa da saúde 20.15 Perspectiva 21.00 Telejornal - 2.ª edição 21.30 Os Políticos do Século XX-Lenine 22.30 Ventos de fortuna 23.15 O Teatro e as máscaras 23.45 Telejornal - 3.ª edição 00.00 Fecho 2.º Programa 20.00 Abertura e desenhos animados 20.15 A tal rapariga 20.40 A lei e o povo 21.00 Encontro com o Mundo 21.50 A Mala de Hamburgo 22.40 Telejornal 23.10 Fecho	1.º Programa 1.º Período 12.45 Abertura e desenhos animados 13.00 Pica-Pau 13.15 Encontro 13.45 Telejornal - 1.ª edição 14.00 Da saúde e da vida 14.15 Logo à noite 14.25 Fecho 2.º Período 19.30 Minijornal 19.35 TV Infantil 19.45 Sonhos e armas 20.30 TV Palco 21.00 Telejornal - 2.ª edição 21.30 Teatro - «A Menina Casadoira» 22.00 E «A Mais Forte» 23.00 Ópera - «The Fantasticks» 23.35 Telejornal - 3.ª edição 23.45 Fecho 2.º Programa 20.00 Abertura e encontro 20.15 Pick Van Dyke 20.40 Da saúde e da vida 21.00 Os Clássicos do cinema 22.05 Documentário 22.30 Telejornal 23.00 Fecho

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco predominando de Nordeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	18°
P. DOURADAS	19°
COIMBRA	14°
PORTALEGRE	23°
LISBOA	18°
FARO	25°
FUNCHAL	20°

TEMPERATURAS EXTREMAS

FORTE BOA
..... Máxima 37,0°

P. DA SAÚDE
..... Mínima 6,8°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 16,0°
Atmosfera 20,9°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
1.09 3,2 m	6.55 1,7 m
13.28 3,4 m	19.31 1,5 m

Dia 29

1.59 3,3 m	7.39 1,5 m
14.14 3,6 m	20.08 1,8 m

Dia 30

2.41 3,5 m	8.15 1,3 m
15.54 3,8 m	21.40 1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco ou moderado do quadrante Norte, aumento progressivo de nebulosidade na Faixa Costeira para Norte do Tejo podendo estender-se nas regiões do interior a partir do noite.

AMANHÃ

NAScer AS 7.02
OCASO AS 20.13

DIA 1

DIA 9

DIA 16

DIA 23

RADIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário.
16.05 Radiograma.
16.10 Diálogo.
18.22 Palavra do dia: no final Terço e bênção da Basílica dos Mártires.
19.00 Jornal do serviço de notícias e reportagens de Rádio Renascença.
19.30 Página 1
21.04 Meditando.
21.08 Selector.
21.30 Livros e leituras.
21.45 Pentagrama.
22.00 Quando o telefone toca.
22.30 Esquema.
23.05 A 23ª hora.

RADIO CLUBE

Onda Média
16.00 Noticiário.
16.04 Programa CDC.
18.02 Programa Movimento.
20.40 Programa Movimento Rádio teatro.
21.03 Rádio «placard».
21.32 Quando o telefone toca.
22.00 Noticiário.
22.05 Antiquário.
22.30 Quando o telefone toca.
23.05 Variação conta-lhe...
23.30 No mundo aconteceu.
02.00 A noite é nossa.
06.00 Diário rural.
07.00 Talismã.

Modulação de frequência
16.00 Noticiário.
16.04 Programa CDC.
18.02 O nosso programa.
19.04 Em órbita-1.
20.00 Noticiário.
21.02 Boa noite em FM.
22.02 Clube à gô-gô.
00.02 Em órbita-2.
01.02 Bandas sonoras Sonipol.

RADIO VOZ DE LISBOA

11.00 às 14.30

C. RADIOFÓNICO DE PORTUGAL
14.30 às 17.00

RADIO PENINSULAR
22.00 às 02.00

PAVIMENTOS LIMPOS!

ALCATIFA
MADEIRA
MOSAICO

VINYL
CIMENTO
TIJOLEIRA

GRASMANN

lava enxuga encera lustra

em **1**

SÓ OPERAÇÃO!

PEÇA UMA DEMONSTRAÇÃO!

modelos: domésticos industriais

varequipe

Lisboa Av. Inao XXI-66 r/c D-T. 773292-773630
Porto R. Serpa Pinto 247 T. 496315

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURN OF 1
(Até às 22 horas)

AJUDA
Lidia Almeida, Calçada da Ajuda 170 (Tel. 637318)

ALCANTARA
Probidade, Rua de Alcântara 15-A-B (Tel. 638589)

ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa 104 (Tel. 841912)

ALVALADE
Selo, Av. de Roma 53 (Tel. 776314); Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Tel. 765262)

ANJOS
Guerra, Rua Andrade, 32-38 (Tel. 845513)

AREIRO
Central do Areiro, Avenida Paris, 2-2-A (Tel. 720820)

AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica, Rua das Pretas, 12-14 (Tel. 322588)

AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Avenida Praia da Vitória, 53-55 (Tel. 43938); Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (Tel. 763016)

BAIRRO ALTO
Oliveira, Rua D. Pedro V 123-125 (Tel. 827880)

BAIRRO DA LIBERDADE
Ascenso, Praça do Norte, 11-A (Tel. 311216)

BENFICA
Marques, Estrada de Benfca, 648 (Tel. 700096)

CARNIDE
S. João, Estrada da Luz, 124-A (Tel. 783179)

CAMPOLIDE
Rualto, Rua Alto do Carvalhão, 5-A-B (Tel. 651721)

CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Tel. 666206)

CHARNECA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge (às Galinheiras) (Tel. 790969)

ESTRELA
Auréli Rego, Calçada da Estrela, 139 (Tel. 661758)

GRAÇA
Aves de Carvalho, Rua Vale St.º António, 79 (Tel. 840125); Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Tel. 866360)

GRILLO
Griló, Rua do Grilo 25 (Tel. 385264)

OLIVAIS
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 Olivaes Sul (Tel. 311091)

PENHA DE FRANÇA
Dimer, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Tel. 842533)

TURN OF 2
(TODA A NOITE)

ALCANTARA
Infante Santo, Rua do Olival, 290 (Tel. 661003)

ALMIRANTE REIS
Alança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Tel. 50487)

ALVALADE
Alentejo, Av. da Igreja, 28-B (Tel. 712682); Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B (Tel. 725859)

AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges, Rua Alex. Herculano, 28 (Tel. 40536)

AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A/B/C (Tel. 772291)

BAIRRO DOS ACTORES
Alança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Tel. 50487)

BAIXA
Internacional, Rua Aurea, 228 (Tel. 322017 e 30203)

BENFICA
Vitez, Estrada de Benfca, 373-B (Tel. 780548)

CAMPOLIDE
Imparcial, Rua General Taborda, 28 (Tel. 680931)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Tel. 681726)

CONDE REDONDO

Contemporânea, Rua Conde de Redondo, 26-30 (Tel. 45048)

GRAÇA

Monte, Rua Senhora do Monte, 30-A/B (Tel. 867842)

LUMIAR

Paulista Herdeiros, Rua do Lumiar, 122-124 (Tel. 790332)

OLIVAIS

Central dos Olivaes, Rua Alferes Barrilero Ruas 7-C (Olivaes Norte)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Lafina, Av. António Augusto de Aguiar, 17-A (Tel. 42312)

S. BENTO

Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90 (Tel. 679453)

PICHELEIRA

Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720773 e 728395)

SANTO AMARO

Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Tel. 637070)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (Tel. 212081)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. eng. Bonnevillle Franco (Tel. 2435147)

OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058)

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2471054)

MURTAL
Primavera, R. das Parreiras, 2 (Tel. 2472278)

ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Tel. 260391)

CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170); Nova, Est. de Alvide - Fontainhas (Tel. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P. D. João I, Lote 146-B, Janeiro (Tel. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (Tel. 932210); Jardim, Av. Conde de Oeiras, Loja X-1-Reboleira (Tel. 938424)

DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Tel. 970461)

QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Tel. 950045); Correia, L. do Mercado, 3 (Tel. 950906); Correia e Pinto

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181)

MEM MARTINS
Rodrigues Rato

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Tel. 960456)

SINTRA
Marras, L. Rainha D. Amélia, 20 (Tel. 2950155)

COLARES
Abreja (Tel. 29908)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)

ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Tel. 2766498)

BAIXA DA BANHEIRA

Alança, Est. Nacional, 178-A (Tel. 2040302)

BARREIRO

Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (Tel. 2073035)

COVA DA PIEDADE

Atlântico, Manuel Bernardes, 1 (Tel. 2764466)

MOITA

Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)

MONTIJO

Diogo, R. Almirante Reis, 42 (Tel. 230032)

SESIMBRA

Leão, Av. Salazar, 13 (Tel. 229471)

SETUBAL

Bocageana, R. do Romeu (Tel. 23425); Bairros, B. Santos Nicolau (Tel. 23330)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

10.º TURNO

SUB TURNO A
Canavarro, Rua da Restauração, 53; Constituição (da), Rua da Constituição, 93; Ferreira de Carvalho, Rua do Bonjardim, 354; Oriental, Rua do Bonjardim, 727; Padrao, Largo do Padrao, 342; Ramos, Pr. Exérc. Libertador, 91.

SUB TURNO B
Figueiredo, Ld.ª, Rua de Cedeira, 125; Lidador (do), Rua do Lidador, 171; Parente, Rua das Flores, 114; Sousa Soares, Rua de Santa Catarina, 141; Vitória, Rua de S. R. da Lameira, 756.

COIMBRA

TURN O L
S. Sebastião, Rua António Jardim; Silar, Rua Ferreira Borges; Paiva, Praça do Comércio.

Cinemas

ALVALADE (T. 717480)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo A (6 anos)
Colorido
Walt Disney apresenta PATO DONALD. E C. a grande parada das férias

AVIZ (T. 47163)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
2.ª Semana! Colorido
O Clube da Alegria com Ann Smyrner e Eddi Arent

BERNA (T. 776093)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
Color Todd-AO 35
Jim Brown A CLUBE DA ALEGRIA DO INFERNO. Sexo e violência no sub-mundo de New York

CASINO ESTORIL (T. 264521/234946)

17.00 e 21.30
Grupo B (10 anos)
JULIO CESAR obra de arte modelada sobre figuras imortais da Roma antiga com Marlon Brando e James Mason

CINEMA CASTIL (T. 530194)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-PALEIA

CINEARTE (T. 660446)

15.30 e 21.30
Grupo D (18 anos)
Colorido
PUNHOS DE VINGANÇA realização de Chang Hong Mau

CONDES (T. 322523/326710)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
16.ª Semana! Colorido
Julie Christie e Donald Sutherland AQUELE INVERNO EM VENEZA o acto de amor... como jamais foi visto no écran "The Sun"

EDEN (T. 320768)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
A NOVA VIAGEM DE SINBAI com John Philip Law

ESTUDIO (T. 555135)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel "LA GRANDE BOUFFE" (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri
este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção-Geral dos Espectáculos

ESTUDIO APOLO 70 (T. 763319)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Jean Gabin e Eric Von Stroheim A GRANDE ILUSÃO de Jean Renoir

ESTUDIO 444 (T. 779095)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-PALEIA

EUROPA (T. 661016)

15.15 e 21.30
3.ª Semana!
Não aconselhável a menores de 18 anos
TRATAMENTO DE CHOQUE, um filme de Alan Jessup, com Annie Girardot e Alain Delon

IMPERIO (T. 555134)

15.15 e 21.30
Não aconselhável a menores de 18 anos
2.ª Semana!
Um filme de William Wyler com Lee J. Cobb, Barbara Hershey, Lee Majors e Lita Falana O PREÇO DO SILENCIO

CONDESA (T. 322523/326710)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
16.ª Semana! Colorido
Julie Christie e Donald Sutherland AQUELE INVERNO EM VENEZA o acto de amor... como jamais foi visto no écran "The Sun"

EDEN (T. 320768)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
A NOVA VIAGEM DE SINBAI com John Philip Law

ESTUDIO (T. 555135)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel "LA GRANDE BOUFFE" (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri
este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção-Geral dos Espectáculos

ESTUDIO APOLO 70 (T. 763319)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Jean Gabin e Eric Von Stroheim A GRANDE ILUSÃO de Jean Renoir

ESTUDIO 444 (T. 779095)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-PALEIA

EUROPA (T. 661016)

15.15 e 21.30
3.ª Semana!
Não aconselhável a menores de 18 anos
TRATAMENTO DE CHOQUE, um filme de Alan Jessup, com Annie Girardot e Alain Delon

IMPERIO (T. 555134)

15.15 e 21.30
Não aconselhável a menores de 18 anos
2.ª Semana!
Um filme de William Wyler com Lee J. Cobb, Barbara Hershey, Lee Majors e Lita Falana O PREÇO DO SILENCIO

CONDESA (T. 322523/326710)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
16.ª Semana! Colorido
Julie Christie e Donald Sutherland AQUELE INVERNO EM VENEZA o acto de amor... como jamais foi visto no écran "The Sun"

EDEN (T. 320768)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
A NOVA VIAGEM DE SINBAI com John Philip Law

ESTUDIO (T. 555135)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel "LA GRANDE BOUFFE" (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri
este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção-Geral dos Espectáculos

ESTUDIO APOLO 70 (T. 763319)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Jean Gabin e Eric Von Stroheim A GRANDE ILUSÃO de Jean Renoir

ESTUDIO 444 (T. 779095)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-PALEIA

LONDRES (T. 801313)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
7.ª Semana! Colorido
O filme de Luis Buñuel "Una mujer en Portugal" (ELLERRE) com Catherine Deneuve

MONUMENTAL (T. 555131)

15.15, 18.15 e 21.30
Não aconselhável a menores de 13 anos
2.ª Semana! Colorido
A MULHER DO PALETO com Sophia Loren e Marcello Mastroianni

MUNDIAL (T. 538743)

15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
5.ª Semana triunfal!
BELA ECA COM PEQUENAS FANTASIAS FISICAS, PROCURAM CAVALEIROS malandrin, prada tesouros

ODEON (T. 326283)

21.30
Interdito a menores de 18 anos
Estreia hoje no estilo artes marciais A MAIS BRAVA VINGANÇA
15.15 e 18.15
Grupo B (18 anos)
Despedida do grande êxito UMA HISTÓRIA PERVERSA

OXFORD (CASCAIS)

16.00 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Scope-Technicolor
Uma sátira divertida num espectáculo de graça e boa disposição ADULTERIO A ITALIANA com Nino Manfredi e Catherine Spaak

PHATE (Tel. 821923)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo B (18 anos)
2.ª Semana!
Pela primeira vez a espantosa versão integral de BLOW-UP (História de um fotógrafo)
Vanessa Redgrave, Sarah Miles e David Hemmings. A obra-prima de Antonioni. Grande Premio do Festival de Cannes (Metro Arrois)

POLITEAMA (T. 326305)

15.15, 18.15 e 21.45
Grupo B (18 anos)
5.ª Semana da divertida audácia em "sensualidade"
EMPRESTA-ME O TEU MOTORISTA com Lando Buzzanca num super-macho. Que tinha ele a mais para ser desejado pelas mulheres?

RETELO (T. 610375)

21.30
Grupo D (18 anos)
Uma pacata aldeia invadida pelos hippies. VEM AI OS CABELUDOS com Dani, Michel Galabru e Jean Lefebvre

ROYAL (T. 875037)

15.00 e 21.00
Grupo C (14 anos)
O BRAÇO VIOLENTO DO KUNG-FU em complemento O MAIOR ROUBO DO OESTE

ROMA (T. 727778)

15.30, 18.30 e 21.45
2.ª Semana
Não aconselhável a menores de 18 anos
2.ª Semana Technicolor
BILLY JACK, com Tom Laughlin

ROXI (T. 48560)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
O célebre filme de Eric Rohmer uma crónica de amor livre! A COLECCIONADORA com Hayde Politoff, Patrick Bauchau e Mijanou

S. JORGE (T. 54154/54153)

15.15, 18.15 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
3.ª Semana!
O ULTIMO TANGO EM PARIS
Aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes
Direcção dos Serviços de Espectáculos

SATELITE (T. 562632)

15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrel "LA GRANDE BOUFFE" (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
Direcção-Geral dos Espectáculos

TIVOLI (T. 570595)

15.15 e 21.15
2.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
Technicolor 70 mm
O maior filme de todos os tempos! OS DEZ MANDAMENTOS

VOX (T. 720808)

15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
14.ª Semana de êxito! Color
Laura Antonelli e Alessandro Momo em MALICIA

EXPOSIÇÕES

BELAS ARTES — Perspectiva-74 e gravuras (das 4 às 20 h.)

BLOCO (CASCAIS) — Colectiva (das 16 às 20 h.)

ESCOLA PRIMARIA DA DAMAIA — Colectiva de pintura e tapeçaria (das 21 às 23 h.)

CASINO ESTORIL — Pinturas de Vamona Navelcar (das 15 às 3 h.)

FOTO CLUBE 6X6 — Trabalhos de Alfredo Cunha (3.ªs e 6.ªs-feiras, das 21.30 às 24h.)

GALERIA 111 — Colectiv. de gravuras, litografias e serigrafias (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

GRUPO AMIGOS DA COSTA — Trabalhos de Barbara Guerreiro (das 15 às 19 e das 21 às 24 h.)

PALÁCIO FOZ — Trabalhos de Bernardette Stern, serigrafias de Acácio Assunção e António Brito Caiola (das 5 às 20 h.)

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS



O JORNAL motor

BARS BOITES

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.
Zorina

GERAL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º 2.º e 3.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 37
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

Marcelo Caetano desmente as torturas da Pide

RIO DE JANEIRO, 28 — (Por Michael Arkus, da REUTER) — O antigo chefe do Governo Português deposto a 25 de Abril, Marcelo Caetano, afirma no seu livro de memórias, que em Portugal nunca ninguém foi preso pelas suas ideias mas apenas por actos cometidos e faz o elogio da PIDE/DGS «que lutou contra a subversão na metrópole e no Ultramar com eficiência e entusiasmo».

Referindo-se ao problema da tortura, Marcelo Caetano afirma ter ordenado inquéritos que nunca provaram qualquer dessas acusações e acrescenta: «A regularidade com que chegavam à Presidência do Conselho cartas com queixas sobre torturas e uma certa uniformidade nas acusações e no estilo mostravam tratar-se de um movimento orquestrado».

«Não posso garantir que no tratamento dos detidos nunca tenha

havido algo menos correcto, mas não conheço nenhuma Polícia do mundo que esteja isenta de pecado. «Veremos, com o tempo, se o novo regime pode dispensar este tipo de Pide e se a sua actuação será melhor».

No seu livro de 300 páginas, a que chama «Depoimento» Marcelo Caetano refere-se desenvolvendo, mas não entra em pormenores sobre o Movimento das Forças Armadas que o derrubou.

O antigo primeiro ministro revela a que teria preferido assistir a uma derrota militar das Forças Portuguesas na Guiné do que entrar em negociações com o PAIGC. Essa declaração feita ao general Spínola chocou o então governador e comandante supremo da Guiné, que tinha ido a Lisboa apresentar ao Governo a sugestão de um cessar-fogo com os guerrilheiros.

AZAMBUJA: SUSPENSA A GREVE DOS RURAIS

Ontem ao fim da manhã, já trabalhavam normalmente quase todos os ranchos de assalariados rurais nos campos da Azambuja. Não se concretizou assim, de facto, a decisão de greve geral daqueles trabalhadores iniciada na segunda-feira, e que em princípio deveria prolongar-se no dia de ontem, na fase crucial da apanha do tomate. Segundo informações que pudemos obter no local e noutras fontes dignas de crédito, a suspensão do movimento grevista deve-se à iniciativa da comissão pró-sindical dos trabalhadores rurais do concelho de Azambuja, que iniciou nova batalha, apoiada pelo Ministério do Trabalho, pela conquista das justas reivindicações dos trabalhadores do campo e sua defesa contra os oportunismos exploradores da sua miséria.

A insatisfação daqueles assalariados manifestou-se em tomadas de atitude mais radicais após longas esperas inúteis, em que os proprietários do concelho no âmbito da ALA (Associação Livre dos

Agricultores) evitaram todas as respostas concretas ao projecto de convenção apresentado pela comissão pró-sindical, e no qual se reivindicam salários de 135500 para as mulheres e 170500 para os homens (após correcção do texto inicial); décimo terceiro mês para os trabalhadores contratados ao mês; subsídio de férias a 100 por cento; horário de trabalho de 44 horas; no sistema de semanungues; pagamento legal das horas extraordinárias e dias de descanso semanal e feriados; assistência social e seguros.

O trabalho recomeçou mas ficam depés, conscientemente, as justas reivindicações destes assalariados sem protecção e que, na emergência, têm demonstrado uma elevada maturidade profissional e cívica, dispersos pelos campos e metidos entre as habilidades patronais de divisão e o trabalho difícil de consciencialização levado a cabo pelos seus representantes legítimos.

DE NOVO O EXTRAORDINÁRIO

"CURRILLO"

D. RIBEIRO TELLES

JOSÉ JOÃO ZOIO




ESPADAS "CURRILLO"

RICARDO CHIBANGA

FORÇADOS

AMADORES DE MONTEMORE

capitaneados

por Antonio José Zuzarte

8 TOIROS 8

DE CABRAL ASCENÇÃO



CAMPO PEQUENO

Grupos A - maiores 6 anos

AMANHÃ, ÀS 22 HORAS

PONDO TERMO À GREVE

A TAP sujeita ao foro militar

Quatro meses após o 25 de Abril, e no mesmo dia em que foi divulgado o teor de um diploma que estabelece as limitações do direito à greve, o Conselho de Ministros decidiu pôr termo à greve de 2500 trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, que contavam com o apoio de quase todos os outros sectores, determinando o enquadramento militar dos serviços e do pessoal da companhia.

A decisão foi comunicada ao País a noite passada, através da Televisão, pelo ministro da Comunicação Social, major Sanches Osório, que justificou a drástica medida invocando «consequências (...) de particular gravidade», resultantes da paralisação do trabalho, que tivera início às 19 horas de antecem.

Antes da resolução de sujeitar a TAP e os seus trabalhadores ao regime militar, o ministro do Trabalho tentara pessoalmente demover os trabalhadores de prosseguirem com a greve. Um dos encontros verificou-se das 2 e 50 até perto das 6 horas da madrugada de ontem, no edifício dos serviços de manutenção, onde o ministro compareceu acompanhado de elementos do seu Ministério tendo mais de uma vez avisado os trabalhadores de que a TAP seria mobilizada se mantivessem a sua atitude. A sugestão do ministro era no sentido de o secretariado da greve tomar por si a decisão de suspender a paralisação, convocando um plenário para o dia seguinte, onde aquela seria ratificada. Em resposta, os elementos do secretariado afirmaram que não podiam tomar uma tal atitude, uma vez que ela iria contra uma decisão colectiva, tomada no plenário de 5.ª feira passada (que votou a greve, caso o caderno reivindicativo não obtivesse resposta no prazo marcado) e ratificado no plenário de antecem à tarde.

Durante o encontro, não foi dada resposta ao caderno reivindicativo que está na base da decisão de paralisação do trabalho.

Quase ao mesmo tempo que o ministro do Trabalho, com a sua comitiva, entrara na Divisão dos Serviços de Manutenção, uma força militar composta por carros de assalto estacionava junto do aeroporto. Entretanto, o ministro procurou certificar-se junto da comissão de trabalhadores que os voos de Bissau, que trazem os soldados de regresso, não seriam afectados. Tendo obtido a promessa firme de que assim aconteceria («Como anticolonialistas que somos, apoiamos o regresso das tropas e colaboramos nele»), o capitão Costa Martins afirmou que ia tomar uma grande responsabilidade: a de mandar a tropa embora. Eram 5 e 38 quando o ministro se retirou da sala de reuniões para cumprir essa decisão. Efectivamente, a força militar retirava pouco depois, e cerca de 12 minutos após ter saído, o ministro regressava até junto do secretariado, onde uma vez mais lhe foi garantido que os voos de Bissau, continuariam a verificar-se normalmente (como tinha acontecido durante o dia), e que as instalações da TAP não seriam danificadas, como chegou a admitir.

SOLIDARIEDADE

Eram cerca de 6 horas quando o ministro abandonou as instalações da TAP, para ali voltar durante a tarde enquanto no refeitório decorria o plenário para o qual ha-

viam sido convocados todos os trabalhadores da empresa e que se destinava a informá-los e esclarece-los dos últimos acontecimentos.

Ao mesmo tempo, algumas centenas de trabalhadores não solidários com a greve manifestavam, em frente do refeitório, o seu desacordo.

No entanto, já nessa altura se tinham verificado adesões à greve por parte de todos os sectores da empresa, à excepção da Escala de Pessoal e do Pessoal de Voo, conforme veio a ser revelado num comunicado do secretariado da greve. Do mesmo modo, os serviços da TAP em Luanda tinham-se solidarizado com os seus camaradas grevistas de Lisboa.

Pouco depois de difundido no noticiário das 21 horas da televisão um comunicado do Ministério do Trabalho, condenando a greve, elementos do secretariado dirigiram-se a este Ministério, onde estiveram cerca de um quarto de hora, tendo distribuído pouco depois aos órgãos de Informação um comunicado em que, por sua vez, rebatiam as acusações consideravam que na comunicação governamental era deturpada a realidade dos factos e defendiam as suas posições.

À noite, após a interrupção do Conselho de Ministros, compareceram em S. Bento o general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, governador militar de Lisboa e comandante-adjunto do COPCON: A reunião terminou à 1 e 40. Pouco depois, o major Sanches Osório comunicava ao País o enquadramento militar da TAP e a sua sujeição à disciplina e foro militares, nos seguintes termos:

GREVE EXTEMPORÁNEA

1. «Como é do conhecimento geral, os Transportes Aéreos Portugueses encontram-se paralisados devido a terem-se declarado em greve os trabalhadores da Divisão de Material e Engenharia. As repercussões deste conflito de trabalho justificam que o Governo elucide o País acerca da sua natureza e consequências, no prosseguimento de uma política objectiva de informação pública.

2. Tiveram início em devido tempo negociações relativas a um novo acordo colectivo de trabalho que estão a decorrer normalmente no Ministério do Trabalho, tendo-se verificado acordo das partes na maioria dos pontos discutidos. Em 19 de Agosto, contudo, foi apresentado directamente à Comissão Administrativa da TAP um caderno reivindicativo dos trabalhadores da Divisão de Material e Engenharia, fora do processo em curso. Na verdade, apesar de a Divisão de Material e Engenharia estar representada na comissão de trabalhadores que negocia o acordo colectivo de trabalho, decidiu aquela divisão, contrariamente à vontade da maioria dos trabalhadores da TAP, declarar-se em greve.

3. Em face da gravidade da situação o ministro do Trabalho reuniu-se ontem com a comissão de trabalhadores da TAP, tendo-se constatado que a grande maioria dos sindicatos e dos trabalhadores não apoiavam a posição da Divisão de Material e Engenharia. Os trabalhadores daquela divisão paralisaram o trabalho a partir das 19 horas do dia 26, uma vez que não tinham sido aceites as suas reivindicações.

4. As consequências de tal atitude

de revestem-se de particular gravidade no momento presente da vida do país. Assim:

A. A paralisação da TAP custa ao país centenas de contos por hora.

B. Algumas carreiras aéreas internacionais com rota por Lisboa interromperam os seus voos para o nosso País, onque provoca consequências de toda a ordem, nomeadamente no fluxo normal de turismo.

C. Num momento em que se acaba de celebrar o protocolo de acordo de cessar-fogo entre o Governo Português e o P.A.I.G.C., não se pode admitir que uma greve extemporânea ponha em causa a normalidade do regresso dos soldados portugueses.

5. Nestas circunstâncias o Conselho de Ministros reconhece o interesse público de assegurar o funcionamento da empresa concessionária de serviço público, «Transportes Aéreos portugueses — TAP», indispensável à economia nacional e ao regular o regresso das forças militares vindas da Guiné, pelo que decreta o seu enquadramento militar e sujeição à disciplina e foro militares, enquanto as circunstâncias onimpuserem.

DITURPAÇÃO DOS FACTOS

O comunicado dos trabalhadores da Manutenção, distribuído pelo secretariado da greve, dizia o seguinte:

«Os trabalhadores da TAP repudiam veementemente o comunicado do Ministério da Comunicação Social, difundido pela Radiotelevisão Portuguesa, no noticiário das 21 horas do dia 27 do corrente, por deturpar a realidade dos factos e tentar virar a opinião pública contra quem luta pelos mais elementares direitos dentro da sociedade capitalista.

«Os mesmos trabalhadores afirmam que o movimento de greve na empresa se alarga a quase totalidade dos sectores, excluindo-se apenas a Escala de Lisboa e o Pessoal de Voo, sendo este último uma aristocracia pequeno-burguesa com elevadas remunerações.

Em plenário, os trabalhadores decidiram não abdicar da greve até à resolução na totalidade do caderno reivindicativo apresentado à comissão administrativa da TAP.

Depois de expirado o prazo concedido para a satisfação do caderno reivindicativo, os trabalhadores da TAP responsabilizam a comissão administrativa e o Ministério do Trabalho pela situação criada.

Ficou, entretanto, anunciado um novo comunicado, mais completo e pormenorizado, dos trabalhadores.

Entretanto, o Ministério do Trabalho emitira, através do N.C.S., o seguinte comunicado:

«Rompendo as negociações entre a comissão sindical e a comissão administrativa da TAP, uma reduzida minoria de trabalhadores, incluindo 2 ou 3 delegados sindicais, optaram pelo recurso à paralisação do trabalho, sem qualquer aviso, para apoiarem a solução do conflito aberto naquela empresa quanto a várias reivindicações relacionadas ou não com a aprovação de um novo acordo colectivo de trabalho, reivindicando essas apresentadas há cerca de 8 dias e enquanto decorriam as negociações em bom andamento.

«O desencadeamento de acção grevista deve-se sobretudo às tomadas de posição de um sector minoritário entre os trabalhadores da TAP: parte da D.M.E. (Divisão de Manutenção e Engenharia), que, pelas funções a seu cargo, tem a faculdade de paralisar os voos.

«O Ministério do Trabalho, através dos sectores competentes, nomeadamente, os serviços de Acção Social e a Divisão de Contratação

Colectiva, tem acompanhado de muito perto as negociações para o novo acordo da TAP, às quais tem fornecido um apoio técnico altamente qualificado.

«Com base nesse apoio, sempre pronto e eficaz, a comissão sindical e a comissão administrativa já tinham chegado a acordo quanto a mais de 120 cláusulas importantes do novo acordo colectivo em negociações, assentando-se já que não haveria lugar a despedimentos sem justa causa, que a retroactividade, quando se impusesse, vigoraria a partir de 1 de Julho findo, que gratificações e subsídios de várias ordens passariam a ser incluídos nos ordenados. Entre outras cláusulas aprovadas, ficara definido ainda o critério-base de fixação de remunerações para o pessoal de Voo e houve acordo quanto às cláusulas sobre faltas justificadas, quanto ao princípio que proíbe o encerramento temporário da empresa ou a cessação da actividade e quanto ao período de subsídio de férias (26 dias úteis subsidiados a 100 por cento) para todos os trabalhadores.

«Apesar do andamento das negociações de poder encerrar com optimismo e de o Ministério do Trabalho ter enviado todos os esforços para evitar a deterioração do conflito, que não assenta em reivindicações prioritárias tendo em conta a actual conjuntura da economia nacional, parte da Divisão de Manutenção e Engenharia (D.M.E.), arrastando a outra parte, resolveu recorrer à paralisação apoiando-se sobretudo na questão do saneamento e fazendo perigar grandemente a necessária unidade dos trabalhadores legitimamente representados pela comissão sindical formada por delegados de 24 sindicatos.

«A TAP tem 8885 trabalhadores: 6505 na sede e 2380 nas delegações. Todos eles estão representados através dos seus sindicatos, na comissão sindical da empresa. Entre os 24 organismos sindicais tem especial relevo pelo número de trabalhadores representados, o Sindicato dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca (3800 filiados, entre o pessoal da TAP), Sindicato do Pessoal de Voo (1100), Sindicato dos Metalúrgicos, de que faz parte a D.M.E. (1600) e Sindicato dos Electricistas (400).

«A atitude de um sector minoritário entre o pessoal da TAP pode vir a prejudicar as regalias já alcançadas pela maioria dos trabalhadores da empresa, uma paralisação que não disponha de uma base intaceável arrisca-se a quebrar a unidade necessária entre trabalhadores, cujo leque de remunerações não se inscreve, de modo nenhum, nos escalões mais desfavorecidos para as categorias idênticas.

«E de assinalar, por outro lado, que esta paralisação custa ao país 1000 contos por hora.

«Além disso, os voos que se realizam apesar de greve (transporte de militares da Guiné) levantam problemas de ordem técnica, nomeadamente quanto à segurança, de assuntos que já foi ventilado pelos pilotos.

«Entretanto, os responsáveis pela paralisação apresentam uma proposta em que se faz uma referência ao Ministério do Trabalho, que não corresponde à verdade.

«Quando nessa proposta se afirma que aquele Ministério não tomou posição nem se pronunciou sobre o caderno reivindicativo esquece-se que, além da actuação dos serviços ministeriais já referida, o próprio ministro do Trabalho esteve em contacto pessoal com os trabalhadores desde as 15 horas de ontem até às 6 horas da madrugada de hoje (27). Hoje ainda, o ministro do Trabalho voltou a deslocar-se à TAP, pelas 15 horas, mantendo-se em reunião com outros trabalhadores em greve e só regressando às 19 horas e 30.»

14 LOJAS

LANIDOR

EM

SALDOS

29 - 30 - 31 AGOSTO

Chefe do Estado-Maior General das F.A.

Continuação da pág. 1

e os chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das F.A. constituem o Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas (C. E. M.), na dependência do Presidente da República. Este último órgão exerce a competência legislativa própria e orienta e coordena a defesa nacional, tanto em tempo de

paz como em tempo de guerra. Tanto o C. E. M. G. F. A. como o C. E. M. são apoiados pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, agora criado. A definição da competência do C. E. M. G. F. A., dos vice-chefes do E. M. G. F. A. e do C. E. M. está contida no diploma legal aprovado em Conselho de Ministros e hoje remetido para o «Diário do Governo».